



Número: **0020407-92.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 7ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **25/04/2020**

Valor da causa: **R\$ 8.825,79**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO (AUTOR)	dinara guimaraes da silva (ADVOGADO) JOSIMAR CARVALHO DE SOUZA (ADVOGADO)
GENTE SEGURADORA SA (REU)	RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)	RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
61077 178	25/04/2020 17:51	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
61077 179	25/04/2020 17:51	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição em PDF
61077 181	25/04/2020 17:51	<a href="#">01 - RG e CPF</a>	Documento de Identificação
61078 732	25/04/2020 17:51	<a href="#">02 - Comprovante de Residência</a>	Documento de Comprovação
61078 734	25/04/2020 17:51	<a href="#">03 - Procuração</a>	Procuração
61078 735	25/04/2020 17:51	<a href="#">04 - Declaração de Pobreza</a>	Documento de Comprovação
61078 736	25/04/2020 17:51	<a href="#">05 - Boletins de Ocorrência</a>	Documento de Comprovação
61078 737	25/04/2020 17:51	<a href="#">06 - Valor Pago</a>	Documento de Comprovação
61078 738	25/04/2020 17:51	<a href="#">07 - Documentos Hospitalar</a>	Documento de Comprovação
61078 739	25/04/2020 17:51	<a href="#">08 - Laudo Médico</a>	Laudo
61078 740	25/04/2020 17:51	<a href="#">09 - Raios X</a>	Documento de Comprovação
61078 741	25/04/2020 17:51	<a href="#">10 - Declaração de Inexistência de Laudo do IML</a>	Documento de Comprovação
61078 742	25/04/2020 17:51	<a href="#">11 - Informes sobre convênio TJPE e TJPB</a>	Documento de Comprovação
61078 743	25/04/2020 17:51	<a href="#">12 - Ofício 005 - 2015 TJPE</a>	Documento de Comprovação
61078 744	25/04/2020 17:51	<a href="#">13 - Termo de Convenio e 1o. Termo Aditivo Seg.Lider x TJRN.compressed</a>	Documento de Comprovação
61088 687	27/04/2020 07:37	<a href="#">Despacho</a>	Despacho



61160 411	28/04/2020 10:38	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
64293 890	07/07/2020 15:09	<a href="#">Contestação</a>	Contestação
64293 894	07/07/2020 15:09	<a href="#">2732796_CONTESTACAO_01</a>	Petição em PDF
64293 898	07/07/2020 15:09	<a href="#">ANEXO 1</a>	Outros (Documento)
64293 900	07/07/2020 15:09	<a href="#">KIT_SEGURADORA_LIDER 1</a>	Outros (Documento)
64293 901	07/07/2020 15:09	<a href="#">PROCURACAO_LIDER</a>	Procuração
64293 906	07/07/2020 15:09	<a href="#">subs gente seguradora sa</a>	Substabelecimento
64293 907	07/07/2020 15:09	<a href="#">GENTE SEGURADORA SA ATOS</a>	Procuração
64326 993	08/07/2020 06:43	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
64699 135	15/07/2020 09:35	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
65345 409	28/07/2020 07:56	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
65345 410	28/07/2020 07:56	<a href="#">CIT/INT GENTE SEGURADORA SA</a>	Aviso de recebimento (AR)
65692 407	03/08/2020 15:45	<a href="#">Petição</a>	Petição
65692 412	03/08/2020 15:45	<a href="#">2732796_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01</a>	Petição em PDF
65692 414	03/08/2020 15:45	<a href="#">ANEXO 1</a>	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas
65741 119	04/08/2020 11:13	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
65795 330	05/08/2020 01:00	<a href="#">Agendamento</a>	Petição em PDF
65799 065	05/08/2020 07:34	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
65800 735	05/08/2020 07:47	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
65988 611	07/08/2020 14:14	<a href="#">Petição</a>	Petição
65988 614	07/08/2020 14:14	<a href="#">2732796_PETICAO_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS</a>	Petição em PDF
65988 615	07/08/2020 14:14	<a href="#">ANEXO 1</a>	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas
65988 616	07/08/2020 14:14	<a href="#">ANEXO 2</a>	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas
67773 016	10/09/2020 16:00	<a href="#">Laudo</a>	Petição em PDF
67773 017	10/09/2020 16:00	<a href="#">LAUDO 0020407-92.2020.8.17.2001</a>	Laudo Pericial
67786 631	11/09/2020 06:58	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
67797 325	11/09/2020 08:05	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
67803 106	11/09/2020 09:52	<a href="#">Alvará</a>	Alvará
67932 929	14/09/2020 20:28	<a href="#">Impressão de alvará</a>	Petição em PDF
67979 023	15/09/2020 13:35	<a href="#">Manifestação sobre perícia</a>	Petição
68524 507	24/09/2020 16:14	<a href="#">Petição</a>	Petição
68524 511	24/09/2020 16:14	<a href="#">2732796_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01</a>	Petição em PDF
69160 029	07/10/2020 08:27	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
69166 615	07/10/2020 10:02	<a href="#">Intimação</a>	Intimação



70945 671	12/11/2020 16:02	<a href="#">Certidão Trânsito em Julgado</a>	Certidão Trânsito em Julgado
71667 302	26/11/2020 15:42	<a href="#">Cumprimento de sentença</a>	Petição
71667 303	26/11/2020 15:42	<a href="#">Planilha de débitos judiciais</a>	Documento de Comprovação
71696 696	27/11/2020 09:34	<a href="#">Certidão</a>	Certidão



Petição Inicial e Documentos em PDF, anexos.







**CARVALHO E SOUZA - ADVOCACIA**

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DA CAPITAL  
RECIFE/PE.

**ANA PAULA DE ANDRADE ARAÚJO**,  
brasileira, solteira, Do Lar, portadora do RG nº 6.559.534 SDS/PE, inscrita no CPF/MF sob o  
nº 093.803.654-89, residente e domiciliada na Rua Travessa Gease Alves Silva, 35, Centro,  
Macaparana-PE - CEP: 55.865-000 (**Docs. 01 e 02**), sem endereço eletrônico cadastrado, por  
seus advogados subscritores da presente, constituídos nos termos do Instrumento Procuratório  
anexo (**Doc.03**), com endereço profissional e eletrônico no rodapé da exordial, local onde  
receberão intimações, vem perante V.Exa., **AJUIZAR** a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE**  
**SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT**

Em face de **GENTE SEGURADORA S/A.**,  
estabelecida na Av. Rui Barbosa, nº 715, Loja 05, Graças, Recife/PE. – CEP 52011.040,  
inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0013-38 e **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS**  
**DE SEGURO DPVAT**, estabelecida na Rua Senador Dantas, nº 76, 3º Andar, Centro, Rio de  
Janeiro/RJ - CEP: 21.031-205, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 09.248.608/0001-04, pelos  
fatos e fundamentos que expõe e requer:

**DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA:**

Inicialmente, requer a V. Exª. que sejam deferidos os  
benefícios da Gratuidade de Justiça, com fulcro no art. 99  
do CPC/2015, por não ter condições de arcar com as custas processuais e honorários

---

Rua Matias de Albuquerque, 223, sl. 804, Edf. Bancomércio, Santo Antônio, Recife-PE  
Fone: (81) 9.9987-5498 / 34240144- email: carvasouza.assessoria@gmail.com







advocatícios sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, conforme atestado de pobreza que instrui a exordial (**Doc.04**)).

**AINDA PREFACIALMENTE**, requer que todas as intimações e publicações referentes a Autora sejam efetuadas em nome dos Beis. JOSIMAR CARVALHO DE SOUZA – OAB/PE 40.200-D e DINARA GUIMARÃES DA SILVA – OAB/PE 14.650, sob pena de nulidade

**ENCERRANDO AS PRELIMINARES**, Declaram os causídicos signatários da presente peça que os documentos anexos juntados representam cópias legítimas de seus respectivos originais, razão pela qual requer que tais documentos sejam assim tratados, de acordo com o art. 425, IV do CPC.

**DA DISPENSA DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**

A Requerente opta pela não realização da audiência de conciliação ou mediação, conforme preceitua o art. 319, VII do CPC, sob o argumento de que as Requeridas não firmam acordo sem a realização da perícia técnica conclusiva.

No caso em tela, em que se pretende a cobrança de valor referente à complementação do seguro obrigatório (DPVAT), o cotidiano forense nos permite constatar a completa desarmonia da interpretação literal do art. 334 do CPC, com espírito da Constituição Federal (Art 5º, Inciso LXVIII da CF/88), haja vista que, nas inúmeras demandas distribuídas, invariavelmente restam infrutíferas as tentativas de conciliação, uma vez que, segundo informam as seguradoras rés que compõem o *pool* gestor dessa modalidade de seguro, por orientação da FENASEG, não lhes é dado conciliar, mormente porque necessária realização de perícia médica para se verificar o tipo de lesão e seu respectivo grau.

**DOS FATOS:**

A Requerente foi vítima de acidente de trânsito em 01.05.2019 (**Doc. 05**), e sendo assim, requereu administrativamente, perante as Demandadas, a indenização do seguro obrigatório – DPVAT.







Em 30.09.2019 a Requerente recebeu das empresas seguradoras requeridas a importância de **R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, em decorrência do pagamento indenizatório do seguro obrigatório – DPVAT (**Doc.06**).

Acontece que, dúvida não existe no tocante ao acidente, bem como no que diz respeito à invalidez permanente suportada pela Demandante, posto que, consoante se observa claramente nos documentos médico/hospitalares, em decorrência do referido acidente, o autor apresenta as seguintes sequelas: **“Fratura dos Ossos do Antebraço Direito”**, sendo submetida a tratamentos cirúrgicos no Hospital Otávio de Freitas em Recife/PE, conforme documentos ora acostados aos autos ((**Docs. 07, 08 e 09**)).

Esclareça-se, entretanto, que a Autora não realizou perícia traumatológica junto ao IML (Instituto Médico Legal), em virtude que não existe o referido instituto que atenda na região do acidente ou no município da residência deste (**Doc. 10**).

#### **DO DIREITO:**

Sendo a demandante, vítima de acidente de trânsito, atrai para si a aplicação da Lei nº 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoa transportada ou não), em seu Art, 3º, alínea b, que dispõe:

*“Art. 3º. Os danos pessoais coberto pelo seguro estabelecido no art.2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que seguem, por pessoa vitimada:  
(...)  
b) até 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;”*

Ocorre que, no tocante ao valor a ser pago, não obstante a inovação trazida pela Lei nº 11.945/09, que alterou a Lei nº 6.194/74, e introduziu a Tabela para Cálculo da Indenização em Caso de Invalidez Permanente, limitando, assim, a indenização de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), de acordo com a gravidade da debilidade suportada, acreditamos ser devida a complementação para que seja alcançado o







teto máximo previsto na lei, que de acordo com a tabela instituída pela lei, o percentual a ser aplicado, no caso em tela, é de 70% (setenta por cento) de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Ou seja: R\$ 9.450,00 – R\$ 2.362,50 = **R\$ 7.087,50 (Sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

Dessa forma, a Demandante não pode admitir a recusa das seguradoras rés em pagar o complemento do seguro obrigatório-DPVAT, no valor de **R\$ 7.087,50 (Sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, por entender contrariar o texto legal, reunindo, deste modo, todos os documentos necessários ao requerimento administrativo, emitidos por órgãos públicos e privados do Estado, comprovando o sinistro, bem como, as sequelas oriundas deste, motivo pelo qual propõe a presente ação, a fim de receber o valor que, legalmente, lhe é devido.

E no que diz respeito à possibilidade de julgamento do processo sem a juntada do laudo do IML, observa-se que a própria lei que rege o DPVAT o admite, pois abre a possibilidade de verificação de registros hospitalares, e outros meios que podem ser utilizados para que se chegue a uma conclusão sobre a incapacidade da vítima de acidente, no caso de dúvida quanto ao nexo da causa e efeito entre o acidente e as lesões, consoante estabelece a Lei nº 6.194/74, em seu art. 5º, § 4º, in verbis:

*“Art. 5º, § 4º: Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992).”*

E nesse sentido, vejamos os seguintes julgados:

*“AGRAVO DE INSTRUMENTO - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT – INVALIDEZ PERMANENTE - A comprovação da invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico pode ser feita por qualquer meio de prova em direito admitida - Primado do art. 332 do CPC - RECURSO IMPROVIDO. (Al nº 1163554-0/5, 34ª Câmara de Direito Privado, Rei. DES. ANTÔNIO NASCIMENTO) Seguro obrigatório (DPVAT). Cobrança. Inépcia da inicial, por ausência de documento indispensável à propositura da ação. Inexistência. Laudo do IML não é documento essencial à propositura da ação. A incapacidade da autora e o nexo de causalidade com o acidente sofrido podem ser demonstrados durante o processo. Recurso desprovido. (Al Nº1183011- 0/3, 28ª Câmara de Direito Privado, Rel. DES. JÚLIO VIDAL)*







*“Seguro obrigatório - DPVAT - Cobrança – Inépcia da iníciai, em razão da falta de documento indispensável à propositura da demanda - Inocorrência - Laudo de exame de corpo de delito da autora não é documento indispensável à propositura da ação, porque a apuração da existência de seqüelas incapacitantes, decorrentes do acidente que ela sofreu, pode ser feita durante o processo, através de prova pericial - Agravo não provido. (Al N°1165324- 0/3, 28a Câmara de Direito Privado, Rei. Silvia Rocha Gouvêa)”*

O seguro obrigatório – DPVAT garante uma indenização às pessoas envolvidas em acidentes com veículos automotores de via terrestre. O seguro obrigatório – DPVAT indeniza as vítimas nas seguintes situações: morte, invalidez permanente e despesas médicas e hospitalares (DAMS). No presente caso, o Autor apresenta invalidez permanente, o que garantiu o recebimento administrativamente de parcela da indenização que as Seguradoras julgavam devida. Logo, busca o Autor com a presente lide, tão somente, receber a complementação da indenização que lhe é assegurada por lei.

Outrossim, nossa jurisprudência é pacífica, no presente caso. Vejamos:

*“(…) De logo convém registrar: para efeito de pagamento do seguro DPVAT, o valor do quantum indenizatório nas hipóteses de invalidez permanente pode assumir três possibilidades: 1. Para os sinistros ocorridos antes da Medida Provisória nº 340 (29.12.2006), convertida na Lei nº 11.482/2007 (31.05.2007), e portanto sob a égide da Lei nº 6.194/74, a indenização corresponderá a quarenta salários mínimos vigentes. 2. Já para os sinistros ocorridos após a legislação referida, a indenização se resumirá no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), adotando-se o estipulado no art. 8º da Lei nº 11.482/2007. 3. Por fim, na hipótese de o sinistro ser efetivado após o advento da Medida Provisória nº 451, de 18.12.2008, convertida na Lei Complementar nº 11.945 de 24.06.2009 é que se adotará, para efeitos de indenização, os percentuais de gradação de invalidez por ela previstos. No caso em tela, o acidente ensejador da demanda ocorreu em 04.10.2009. A regra em vigor àquela época é, portanto, a Lei nº 11.945/09 (grifo nosso). De acordo com a determinação introduzida pela citada Lei, nos casos desta natureza a cobertura do seguro DPVAT é devida no montante de R\$ 13.500,00, sendo necessário quantificar o grau de invalidez para se obter o valor proporcional da indenização nos termos do artigo 31 da Lei nº 11.945/09. Portanto, entendendo acertada a decisão de parcial procedência, proferida pelo juiz “a quo”, em face de haver restado sobejamente comprovada pelo exame complementar (fls.12) a ocorrência de seqüela definitiva do pé direito, com diversas perdas de mobilidade para o referido membro, que, segundo o anexo da já referida lei, configura invalidez parcial (perda funcional completa de um dos pés) a ser indenizado segundo o percentual ali informado, qual seja, 50% (cinquenta por cento) do valor máximo da cobertura. Deste modo, o apelante Magno Galdino faz jus a indenização securitária no valor de 50% de R\$ 13.500,00 (teto máximo), qual seja, R\$ 6.750,00 (grifo nosso). Por oportuno, faço ver que anteriormente decidi em sentido contrário em caso análogo, no entanto, posteriormente me convenci ser a posição mais adequada esta que ora me inclino, pois em conformidade com o entendimento dominante do Superior Tribunal de Justiça(…)”. (Proc. 0032929-89.2010.8.17.0001. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO. GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO. 3ª CÂMARA CÍVEL. Apelação Cível nº 230825-0.*







Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Apelado: Magno Galdino do Nascimento. Relator: Eduardo Sertório **DECISÃO TERMINATIVA.**

Em vista das alegações acima apontadas, torna-se notório o direito da Demandante em receber o complemento no valor de **R\$ 7.087,50 (Sete mil oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, valor pelo qual, corresponde a diferença que as rés deixaram de lhe pagar pela invalidez permanente, não restando outra alternativa ao Demandante, em ingressar com a presente ação, a fim de receber o valor correspondente ao referido complemento do seguro obrigatório – DPVAT, calculados com base no valor da data da efetiva liquidação.

Através da documentação que ora a Demandante acosta, comprova claramente sua debilidade permanente em decorrência do acidente de trânsito. Porém, na hipótese desse MM. Julgador entender que o Autor necessite de outra prova pericial, este não se opõe, todavia, deve ser observado que o mesmo não tem condições de arcar com honorários periciais. Em anexo a esta exordial, o Demandante acosta os quesitos que devem ser respondidos pelo perito a ser designado.

Certo que, a presente ação versa em torno do direito ou não do Demandante em receber a complementação da indenização do Seguro Obrigatório – DPVAT. A Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, bem como as que compõem o *pool* gestor dessa modalidade de seguro, não firmam acordo e/ou é condenada a pagar, sem a realização da perícia técnica conclusiva, porque necessária realização de perícia médica para se verificar o tipo de lesão e seu respectivo grau, razão pela qual o Demandante concorda com sua realização.

A Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT, ora 2ª (segunda) Demandada, firmou um TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO – Convênio 05/2015, bem como, com os Tribunais de Justiça de outros Estados, onde a mesma está custeando todas as perícias médicas referente as ações do DPVAT, onde compromete-se a pagar o valor de R\$ 200,00 (Duzentos Reais) por perícia realizada. Tal pagamento será realizado após a perícia, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da intimação para esse fim, conforme documentos acostados (**Doc. 11,12 e 13**).







**DO PEDIDO:**

Ante o exposto, requer a V.Exa., com fundamento no Art. 3º, da Lei nº 6.194/74, alterada pelo Art.8º da Lei nº 11.482/07 e pela Lei nº 11.945/09, que a presente ação seja julgada totalmente procedente, para o fim de condenar as Demandadas ao pagamento do complemento da indenização em epígrafe no valor de **R\$ 7.087,50 (Sete mil oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, com os devidos acréscimos, bem como sejam ainda condenadas ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a base de 30% (trinta por cento) sobre o valor da condenação.

Requer a citação da GENTE SEGURADORA S/A e da SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT, nos endereços indicados no preâmbulo da presente, para, querendo, contestarem a presente ação, sob pena de revelia e confissão.

Também, requer que sejam deferidos os benefícios da justiça gratuita aos pobres na forma da lei.

Considerando que, para o deslinde da causa, necessária se faz a prova pericial, requer que seja determinada a realização de perícia técnica judicial, por perito médico designado por esse MM. Juízo, cuja perícia será custeada pela Seguradora Líder, segunda Demandada, nos termos do Convênio firmado com o Tribunal do Justiça do Estado de Pernambuco.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos.

Declararam os petiçãoários da presente, sob pena de responder civil e criminalmente, sob as penas do Art.425, IV do CPC, que todos os documentos em cópia xerográficas, juntados à presente exordial, são cópias fiéis dos originais.







**CARVALHO E SOUZA - ADVOCACIA**

Dá-se à causa o valor de **R\$ 7.087,50 (Sete mil oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

Nestes termos,  
Pede e espera deferimento.  
Recife, 24 de abril de 2020.

**JOSIMAR CARVALHO DE SOUZA**  
**OAB/PE Nº 40.200**

**DINARA GUIMARÃES DA SILVA**  
**OAB/PE Nº 14.650**

#### **QUESITOS – PERÍCIA TÉCNICA**

01. Qual o tipo de lesão sofrida pelo(a) autor(a), em decorrência do acidente de trânsito, mencionado na presente ação? Que membro(s) foi(ram) lesionado(s)?
02. As lesões sofridas pelo(a) autor(a) são compatíveis com os laudos médicos e/ou radiografias apresentados à perícia?
03. Descreva a definição de invalidez permanente de membro ou órgão em caráter definitivo.
04. Há possibilidade de cura ou recuperação significativa na lesão sofrida pelo(a) autor(a)?
05. Havendo sequelas, qual(is) o(s) tratamento(s) recomendado(s) para corrigi-la(s) ou atenuá-la(s)?
06. Há algum outro ponto que o Sr.(a). Perito(a) repute relevante sobre o exame pericial realizado.

---

Rua Matias de Albuquerque, 223, sl. 804, Edf. Bancomércio, Santo Antônio, Recife-PE  
Fone: (81) 9.9987-5498 / 34240144- email: carvasouza.assessoria@gmail.com









## NOTA FISCAL | FATURA | CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA 2a VIA

COMPANHIA ENERGÉTICA  
DE PERNAMBUCO  
AV. JOÃO DE BARROS, 111, BOA VISTA,  
RECIFE, PERNAMBUCO  
CEP 50050-902  
CNPJ 10.835.932/0001-08  
INSCRIÇÃO ESTADUAL 0005943-93



Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02  
COMERCIAL 116 | PRONTIDÃO 116  
Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142  
Ouvidoria 0800 282 5599  
Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado  
de Pernambuco-ARPE: 0800-727-0167-Ligação Gratuita de Telefones Fixos  
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL  
167-Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis

<b>DADOS DO CLIENTE</b> PAULO DE ARAUJO CPF: 296.151.274-34 NIS: 12343478432		<b>DATA DE VENCIMENTO</b> <b>26/02/2020</b> <b>TOTAL A PAGAR (R\$)</b> <b>0,00</b>	<b>DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL</b> 17/02/2020 <b>DATA DA APRESENTAÇÃO</b> 17/02/2020 <b>NÚMERO DA NOTA FISCAL</b> 097312501	<b>CONTA CONTRATO</b> 001203144012 <b>Nº DO CLIENTE</b> 2000707384 <b>Nº DA INSTALAÇÃO</b> 0001910789
<b>ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA</b> TV GEASE ALVES SILVA 35 CENTRO/MACAPARANA 55865-000 MACAPARANA PE		<b>CLASSIFICAÇÃO</b> <b>B1 RESIDENCIAL - BAIXA RENDA COM NIS</b> <b>Monofásico</b>		
As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta em nossas unidades de atendimento e no site www.celpe.com.br		<b>RESERVADO AO FISCO</b> <b>C77E.1F04.3F20.0EA6.F4A4.12DB.5BFD.F607</b>		

## DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO	VALOR (R\$)
Consumo-TUSD até 30 kWh	30,00	0,09967836	2,99
Consumo-TUSD superior a 30 até 100 kWh	70,00	0,17087719	11,96
Consumo-TUSD superior a 100 até 220 kWh	34,00	0,25631578	8,71
Consumo-TE até 30 kWh	30,00	0,09172149	2,75
Consumo-TE superior a 30 até 100 kWh	70,00	0,15723684	11,00
Consumo-TE superior a 100 até 220 kWh	34,00	0,23585526	8,01
Acréscimo Bandeira AMARELA			0,44
Contrib. Ilum. Pública Municipal			11,58
ICMS Subvenção-CDE-NF 089526746-21/12/19			0,61
Multa por atraso-NF 089526746 - 21/12/19			1,65
Juros por atraso-NF 089526746 - 21/12/19			1,15
Atualização IGPM-NF 089526746 - 21/12/19			0,57
PRÓ-CRIANÇA-(081)3412-8960 0800 031 8989			4,00
<b>TOTAL DA FATURA</b>			<b>65,42</b>

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS			
ICMS		PIS	
BASE DE CÁLCULO	%	BASE DE CÁLCULO	%
0,00		45,86	0,75
COFINS		VALOR DO IMPOSTO	
BASE DE CÁLCULO	%	BASE DE CÁLCULO	%
45,86	3,49	1,60	

EM ATÉ 15 DIAS, DÉBITOS EXISTENTES CAUSARÃO CORTE.

Vencido	Dt Reav	Valor
27/01/20	17/02/20	62,33

Este comunicado NÃO substitui aviso de débitos anteriores e NÃO contempla débitos em discussão judicial. Caso a suspensão do fornecimento persista por dois ciclos de faturamento, poderá ocorrer o encerramento do contrato, podendo também existir cobrança conforme os critérios definidos no Art. 99 REN 414/ANEEL. Podem ocorrer ações de cobrança, bem como inclusão nos registros de restrições de crédito SPC e SERASA.

Tarifas Aplicadas		HISTÓRICO DO CONSUMO	
Consumo-TUSD até 30 kWh	0,09545200	FEV 20	134
Consumo-TUSD superior a 30 até 100 kWh	0,16363200	JAN 20	128
Consumo-TUSD superior a 100 até 220 kWh	0,24544800	DEZ 19	162
Consumo-TE até 30 kWh	0,08783250	NOV 19	139
Consumo-TE superior a 30 até 100 kWh	0,15057000	OUT 19	141
Consumo-TE superior a 100 até 220 kWh	0,22585500	SET 19	92
		AGO 19	98
		JUL 19	121
		JUN 19	176
		MAI 19	141
		ABR 19	90
		MAR 19	107
		FEV 19	97

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO	
Geração de Energia	20,71 45,15
Transmissão	2,42 5,28
Distribuição (Celpe)	14,72 32,10
Encargos Setoriais	1,44 3,14
Tributos	1,94 4,23
Perdas de Energia	4,63 10,10
TOTAL	45,86 100

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
NÚMERO DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	ATUAL DATA	LEITURA	Nº DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO kWh	
N68958	CAT	20/01/2020	18.494,00	17/02/2020	18.628,00	28	1,00000	0,00	134,00

DATA PREVISTA PARA A PRÓXIMA LEITURA: 18/03/2020

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES					
DESCRIÇÃO	CONJUNTO	VALOR APURADO	META MENSAL	META TRIM.	META ANUAL
dez/2019					
DIC-No.de horas sem Energia	MACAPARANA	1,17	5,31	10,62	21,25
FIC-No.de vezes sem Energia		1,00	3,30	6,60	13,20
DMIC-Duração máxima de interrupção contínua		1,17	3,03	0,00	0,00
DICRI-Duração de interrupção em dia crítico					Limite DICRI: 12,22
EUSD-Valor do Encargo de Uso = R\$ 22,65					
Todo Consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo.					

INFORMAÇÕES IMPORTANTES									
Pague no ponto mais perto de você! j e embalagens: r vig pelo 70 centro / mercadinho fonseca: av. joao francisco de moura queiroz 260 centroLista completa em www.celpe.com.br. Na data da leitura a bandeira em vigor é a Verde. Mais informações em www.aneel.gov.br. Cobrança ICMS sobre subvenção CDE, conforme Decreto Estadual 39.459/13. O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. Pagto. em atraso gera multa 2%(Res414/ANEEL), Juros 1%a.m(Lei 10.438/02) e atualização monetária no próx. mês Isenção do ICMS conforme art. 9, XLVIII, a, 2.2.2, do RICMS-PE. Desconto pela aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei Nº 10.438 de 26/04/02 - R\$ 31,73. O cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial. Em caso de suspensão de fornecimento, o encerramento do contrato poderá ocorrer após 2 ciclos de faturamento, podendo também ser cobrado o custo de disponibilidade no ciclo em que ocorrer a suspensão. O consumidor pode cancelar a cobrança de serviços de terceiros na fatura a qualquer tempo - Art 7º REN 581/13.									

NÍVEIS DE TENSÃO		
TENSÃO NOMINAL(V)	LIMITE DE VARIAÇÃO(V)	
	MÍNIMO	MÁXIMO
220	202	231

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

DESTAQUE AQUI

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	TOTAL A PAGAR(R\$)	VENCIMENTO	TALÃO DE PAGAMENTO
001203144012	02/2020	0,00	26/02/2020	Evite dobrar, perfurar ou rasurar. Este canhoto será usado em leitora ótica.

JRA PAGA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

1/2



Assinado eletronicamente por: JOSIMAR CARVALHO DE SOUZA - 25/04/2020 17:51:07

https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2004251751078990000060009346

Número do documento: 2004251751078990000060009346







# PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO, brasileira, solteira, do lar, portador do RG nº 6.559.534 - SDS/PE, inscrita no CPF/MF sob o nº 093.803.654-89, residente e domiciliada na Rua Travessa Gease Alves Silva, 35, Centro, Macaparana-PE, CEP: 55.865-000.

**OUTORGADOS:** DINARA GUIMARÃES DA SILVA, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PE sob o nº 14.650 e JOSIMAR CARVALHO DE SOUZA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº 40.200-D, ambos com endereço profissional sito na Rua Matias de Albuquerque, 223, Edifício Bancomércio, 8º andar, Aptº 804, CEP: 50.010-090.

**PODERES:** Pelo presente Instrumento Particular de Mandato o(a) OUTORGANTE acima qualificado(a) nomeia e constitui seus bastantes procuradores os OUTORGADOS retro qualificados, o qual confere os poderes da cláusula “AD ET EXTRA JUDICIA” para o foro em geral, podendo praticar todos os atos indispensáveis ao fiel e integral cumprimento deste Mandato, o que o(a) OUTORGANTE dará tudo por firme e valioso, como se por ele fora realizado, inclusive substabelecer (em conjunto ou isoladamente, com ou sem reserva de poderes), dar quitação, acordar, transigir, desistir, receber intimações, citações e notificações, agir em nome do outorgante em juízo ou fora dele, declarar o estado de pobreza do outorgante, dentre outros previstos em lei.

Também através do presente Instrumento Particular de Contrato de Honorários Advocatícios, vêm, o (a) contratante, pactuar o valor dos honorários profissionais em 30% (trinta por cento) do valor BRUTO e devidamente atualizado da Condenação, quer em caso de conciliação, quer em caso de execução, os quais serão destinados ao Bacharel: Josimar Carvalho de Souza (OAB/PE 40.200-D).

O Contratante autoriza, desde já, a retenção do percentual pactuado quando da liberação do crédito a que porventura venha a ter direito nos presentes autos. Assim, estando justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e valor, elegendo o foro de Recife para dirimirem possíveis dúvidas ou omissões, por mais privilegiado que outros o sejam.

Recife-PE, 02 de janeiro de 2020.

  
OUTORGANTE





## DECLARAÇÃO DE POBREZA

EU, ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO, brasileira, solteira, do lar, portador do RG nº 6.559.534 - SDS/PE, inscrita no CPF/MF sob o nº 093.803.654-89, residente e domiciliada na Rua Travessa Gease Alves Silva, 35, Centro, Macaparana-PE, CEP: 55.865-000. Declaro para os devidos fins, que sou pobre na forma da lei, encontrando-me em situação econômica que não me permite demandar em juízo sem prejuízo do meu próprio sustento e da minha família, enquadrando-me nas condições estabelecidas no artigo 98 e 99 § 4º da Lei 13.105/2015 (NCPC), requerendo assim, os benefícios da assistência judiciária gratuita aos necessitados.

Recife-PE, 02 de janeiro de 2020.

*Ana Paula de Andrade Araújo*

Declarante





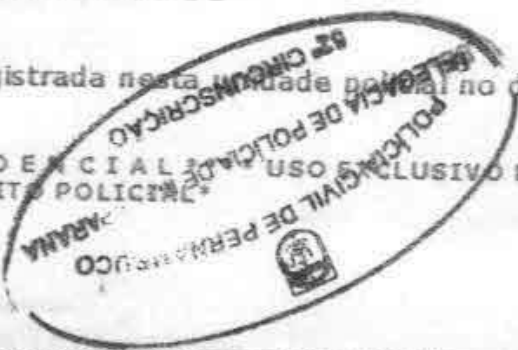


GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLICIA DA 052ª CIRCUNSCRIÇÃO - MACAPARANA -  
DP52ªCIRC DINTER1/11ªDESEC

BOLETIM DE Ocorrência (COMPLETO)  
Nº. 19E0142000565

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 12/07/2019 às  
19h32

\*\*\* CONFIDENCIAL \*\*\* USO EXCLUSIVO PARA INVESTIGACAO  
E/OU INQUERITO POLICIAL



Ocorrência

Natureza: ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culpeiro (Consumado)

Data: 11/5/2019 Hora: Não

Motivação: NÃO INFORMADO

Endereço do fato: MUNICIPIO DE MACAPARANA, 1. RUA NOVA,  
55000-000 CENTRO, MACAPARANA, PERNAMBUCO, BRASIL  
Local do fato: VIA PUBLICA

Envolvidos:

WILLIAMMS PAULO DE ARAUJO (AUTOR AGENTE)  
JAIR DE ANDRADE MORAES NETO (OUTRO)  
ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO (VITIMA)

Objetos:

VEICULO: MOTOCICLETA (Usado na geração da ocorrência) - Proprietário: JAIR DE  
ANDRADE MORAES NETO - Utilizado por: WILLIAMMS PAULO DE  
ARAUJO

Envolvidos

ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO (presente no plantão) Sexo: FEMININO;  
Orientação Afetivo-sexual: HETEROSSEXUAL; Identidade Afetivo-sexual:  
HETEROSSEXUAL; Mãe: MARIA ELIZABETE DE ANDRADE, Pai: PAULO DE  
ARAUJO; Nascimento: 18/3/1988; Nacionalidade: NÃO INFORMADO /  
PERNAMBUCO / BRASIL  
Documentos: 6889834/SSS/PE (RG), 09388369489 (CPF) Estado Civil: NÃO  
INFORMADO; Escolaridade: NÃO INFORMADO; Profissão: NÃO INFORMADO

07/08/2019 10:39





**Características Físicas:**

Idade aparente: **32**, Aparência: **FORTE**, Cor da pele: **PARDA**, Cor dos olhos: **CASTANHO**.

Peculiaridade: **OUTRO**

Pessoa com Deficiência: **SEM DEFICIÊNCIAS**

Endereço Residencial: **MUNICÍPIO DE MACAPARANA, 35; RUA GEASI ALVES DA SILVA; 55000-000; CENTRO; MACAPARANA; PERNAMBUCO; BRASIL**

**WILLIAMS PAULO DE ARAUJO** (não presente no plantão) Sexo: **MASCULINO**, Orientação Afetivo-sexual: **NÃO INFORMADO**, Identidade Afetivo-sexual: **NÃO INFORMADO**, Mãe: **MARIA ELIZABETE DE ANDRADE**, Pai: **PAULO DE ARAUJO**, Nascimento: **13/2/1989**, Nacionalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**, Estado Civil: **NÃO INFORMADO**, Escolaridade: **NÃO INFORMADO**, Profissão: **NÃO INFORMADO**

**Características Físicas:**

Idade aparente: **31**, Aparência: **DESCONHECIDO**, Cor da pele: **DESCONHECIDA**, Cor dos olhos: **DESCONHECIDO**.

Peculiaridade: **OUTRO**

Pessoa com Deficiência: **SEM DEFICIÊNCIAS**

Endereço Residencial: **MUNICÍPIO DE MACAPARANA, 35; RUA GEASE ALVES DA SILVA; 55000-000; CENTRO; MACAPARANA; PERNAMBUCO; BRASIL**

**JAIR DE ANDRADE MORAES NETO** (não presente no plantão) Sexo: **MASCULINO**, Orientação Afetivo-sexual: **NÃO INFORMADO**, Identidade Afetivo-sexual: **NÃO INFORMADO**, Mãe: **NÃO INFORMADO**, Nascimento: **NÃO INFORMADO**, Nacionalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**, Estado Civil: **NÃO INFORMADO**, Escolaridade: **NÃO INFORMADO**, Profissão: **NÃO INFORMADO**

**Características Físicas:**

Aparência: **DESCONHECIDO**, Cor da pele: **DESCONHECIDA**, Cor dos olhos: **DESCONHECIDO**, Cor dos cabelos: **DESCONHECIDO**.

Peculiaridade: **OUTRO**

Pessoa com Deficiência: **SEM DEFICIÊNCIAS**

Endereço Residencial: **MUNICÍPIO DE MACAPARANA, 43; RUA PEDRO VAZ FERREIRA PAIVA; 55000-000; CENTRO; MACAPARANA; PERNAMBUCO; BRASIL**

**Objetos**

**MOTOCICLETA (VEICULO)**

Categoria/fabricante/modelo: **MOTOCICLETA / HONDA / POP 300**

Não

Número de Série: **NÃO INFORMADO**, Cor: **NÃO INFORMADO**, Quantidade: **1**, Circunscrição: **33**, Unidade: **NÃO INFORMADA**, Valor Unitário: **(MOEDA NÃO INFORMADA)**

Placa: **PCH8716 (PERNAMBUCO / NÃO INFORMADO)**

Ano Fabricação/Modelo: **2017 / 2017**

**Complemento**

**A VITIMA INFORMA QUE TRAFEGAVA NA GARUPA DA REFERIDA MOTO QUANDO TEVE UM MAL SUBITO VINDO A CAIR, TENDO SOFRIDO FRATURA EXPOSTA NO ANTE BRAÇO DIREITO.**

S.O. registrado pelo policial: **ZEFERINO MAIA DANIEL - MAT. 208.651-4**

*Ana Paula de Andrade Araújo*

07/08/2019 10:39







GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 052ª CIRCUNSCRIÇÃO - MACAPARANA - DP52ªCIRC  
DINTER1/11ºDESEC

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA (COMPLETO)**  
**Nº. 19E0142000565**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **12/07/2019** às **16:32**

**\*\*\* CONFIDENCIAL \*\*\*** USO EXCLUSIVO PARA INVESTIGACAO E/OU INQUERITO  
POLICIAL\*

Ocorrência

Natureza: **ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado)**

Data: **1/5/2019** Hora: **Noite**  
Motivação: **NÃO INFORMADO**  
Endereço do fato: **MUNICIPIO DE MACAPARANA, 1, RUA NOVA, 55000-000 CENTRO, MACAPARANA, PERNAMBUCO, BRASIL**  
Local do fato: **VIA PUBLICA**

Envolvidos:

WILLIAMMS PAULO DE ARAUJO ( AUTOR \ AGENTE )  
JAIR DE ANDRADE MORAES NETO ( OUTRO )  
ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO ( VÍTIMA )

Objetos:

VEICULO: MOTOCICLETA (Usado na geração da ocorrência) - Proprietário: **JAIR DE ANDRADE MORAES NETO**  
- Utilizado por: **WILLIAMMS PAULO DE ARAUJO**

Envolvidos

**ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO (presente ao plantão)** Sexo: **FEMININO**; Orientação Afetivo-sexual: **HETEROSSEXUAL**; Identidade Afetivo-sexual: **HETEROSSEXUAL**; Mãe: **MARIA ELIZABETE DE ANDRADE**; Pai: **PAULO DE ARAUJO**; Nascimento: **18/3/1988**; Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**  
Documentos: **6559534/SDS/PE (RG), 09380365489 (CPF)** Estado Civil: **NAO INFORMADO**; Escolaridade: **NAO INFORMADO**; Profissão: **NAO INFORMADO**

Características Físicas:

Idade aparente: **32**; Aparência: **FORTE**; Cor da pele: **PARDA**; Cor dos olhos: **CASTANHO**;

Peculiaridade: **OUTRO**

Pessoa com Deficiência: **SEM DEFICIÊNCIAS**

Endereço Residencial: **MUNICIPIO DE MACAPARANA, 35; RUA GEASI ALVES DA SILVA; 55000-000; CENTRO; MACAPARANA; PERNAMBUCO; BRASIL**





**WILLIAMMS PAULO DE ARAUJO** (não presente ao plantão) Sexo: **MASCULINO**; Orientação Afetivo-sexual: **NÃO INFORMADO**; Identidade Afetivo-sexual: **NÃO INFORMADO**; Mãe: **MARIA ELIZABETE DE ANDRADE**; Pai: **PAULO DE ARAUJO**; Nascimento: **13/2/1989**; Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**; Estado Civil: **NAO INFORMADO**; Escolaridade: **NAO INFORMADO**; Profissão: **NAO INFORMADO**

Características Físicas:

Idade aparente: **31**; Aparência: **DESCONHECIDO**; Cor da pele: **DESCONHECIDA**; Cor dos olhos: **DESCONHECIDO**;

Peculiaridade: **OUTRO**

Pessoa com Deficiência: **SEM DEFICIÊNCIAS**

Endereço Residencial: **MUNICIPIO DE MACAPARANA, 35; RUA GEASE ALVES DA SILVA; 55000-000; CENTRO; MACAPARANA; PERNAMBUCO; BRASIL**

**JAIR DE ANDRADE MORAES NETO** (não presente ao plantão) Sexo: **MASCULINO**; Orientação Afetivo-sexual: **NÃO INFORMADO**; Identidade Afetivo-sexual: **NÃO INFORMADO**; Mãe: **NÃO INFORMADO**; Nascimento: **NÃO INFORMADO**; Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**; Estado Civil: **NAO INFORMADO**; Escolaridade: **NAO INFORMADO**; Profissão: **NAO INFORMADO**

Características Físicas:

Aparência: **DESCONHECIDO**; Cor da pele: **DESCONHECIDA**; Cor dos olhos: **DESCONHECIDO**; Cor dos cabelos: **DESCONHECIDO**;

Peculiaridade: **OUTRO**

Pessoa com Deficiência: **SEM DEFICIÊNCIAS**

Endereço Residencial: **MUNICIPIO DE MACAPARANA, 43; RUA PEDRO VAZ FERREIRA PAIVA; 55000-000; CENTRO; MACAPARANA; PERNAMBUCO; BRASIL**

## Objetos

### MOTOCICLETA (VEICULO)

Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA / HONDA / POP 100** - Objeto apreendido: **Não**

Número de Série: **NÃO INFORMADO** Cor: **NAO INFORMADO** Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Valor Unitário: **(MOEDA NÃO INFORMADA)**

Placa: **PCH6710** (PERNAMBUCO / NÃO INFORMADO)

Ano Fabricação/Modelo: **2017 / 2017**

## Complemento

**A VITIMA INFORMA QUE TRAFEGAVA NA GARUPA DA REFERIDA MOTO QUANDO TEVE UM MAL SUBITO VINDO A CAIR ,TENDO SOFRIDO FRATURA EXPOSTA NO ANTE BRAÇO DIREITO.**

B.O. registrado pelo policial: **ZEFERINO MAIA DANIEL - MAT. 208.651-4**





## SINISTRO 3190520560 - Resultado de consulta por beneficiário

---

**VÍTIMA** ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO  
**COBERTURA** Invalidez  
**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** GENTE SEGURADORA S/A  
**BENEFICIÁRIO** ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO  
**CPF/CNPJ:** 09380365489  
**Posição em 20-04-2020 10:00:57**

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.  
Data do Pagamento: XX/XX/XXXX  
Valor da Indenização: R\$00.000,00  
Juros e Correção: R\$00.000,00  
Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
30/09/2019	R\$ 2.362,50	R\$ 0,00	R\$ 2.362,50





**FICHA DE EMERGÊNCIA**

EMERGÊNCIA: ( ) MÉDICA ( ) PEDIÁTRICA ( ) OBSTÉTRICA/GINECOLÓGICA

( ) CIRÚRGICA ( ) ORTOPÉDICA

DATA: 01/05/19 HORA: \_\_\_\_\_ Nº DE REGISTRO \_\_\_\_\_

NOME: Ana Paula de Andrade Araújo

DN: 18/3/88 IDADE: 31 RG: \_\_\_\_\_

CADSUS: [ ]

SEXO: ( ) M ( ☒ ) F ( ) IGN RAÇA: ( ) BRANCA ( ☒ ) PARDA ( ) NEGRA ( ) INDÍGENA

ESTADO CIVIL: ( ) CASADO ( ☒ ) SOLTEIRO ( ) UNIÃO ESTÁVEL ( ) VIÚVO ( ) DIVORCIADO

FONE: ( ) \_\_\_\_\_ ENDEREÇO: Av João Francisco 35

CIDADE: macapara

GENITORA: \_\_\_\_\_

RESPONSÁVEL PELO PACIENTE: O mesmo

QUEIXAS: \_\_\_\_\_

vitimou acidente com moto  
com fratura exposta no antebraço  
direito

PRESCRIÇÃO MÉDICA: \_\_\_\_\_

At braço + voltado

tratado pt Otávio Frit

01/05/19

Dr. Jorge V. Nevêz  
Médico  
CRM - 4428-PE

( ) INTERNAMENTO ( ) OBSERVAÇÃO ( ☒ ) TRANSFERÊNCIA

( ) ALTA ( ) ÓBITO

Juc.  
RECEPCIONISTA

[Assinatura]  
MÉDICO





**UNIDADE MISTA JOAQUIM FRANCISCO DE MELO CAVALCANTI**

**Declaração**

Declaro para os devidos fins que Ana Paula de Andrade Araújo, deu entrada nesta Unidade de Saúde no dia 01/05/2019, após queda de moto, apresentando fratura dos ossos do antebraço D.

Tendo sido transferido para o Hospital Otávio de Freitas.

Macaparana, 14 de agosto de 2019.

  
**Thiago Ribeiro de Almeida**  
**Médico**  
CRM PE 19314

**Médico Plantonista**

**Unid. Mista Joaquim Francisco de Melo Cavalcanti**

**07.165.026/0001-39**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**DE MACAPARANA**

Unid. Mista Joaquim Francisco  
de Melo Cavalcanti  
Rua Dr. Antônio Xavier, S/N  
Macaparana-PE  
55865-000

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACAPARANA**  
CNPJ/MF: 07.165.026/0001-39  
RUA DR. ANTÔNIO XAVIER, S/N, CENTRO.  
CEP: 55.865-000 – MACAPARANA  
<http://macaparana.pe.gov.br/portal/>







Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco  
Hospital Otávio de Freitas

Nome:  
ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO  
Sexo:  
FEMININO  
Mãe:  
MARIA ELIZABETE DE ANDRADE

Idade:  
31 Anos 1 Mês 14 Dias  
Contatos:  
81. 92430120 | Celular: 81.

Nasc.  
19/03/1988

CNS:  
704809522143545

Endereço:  
AVENIDA JOAO FRANCISCO, N.º 35 - 35 BAIRRO: CENTRO - CIDADE: MACAPARANA  
- UF: PE

Dados do Atendimento:

Data/Hora Atend.: 02/05/2019 01:24  
Prontuário: 281767  
Nº. Atendimento: 3327580  
Serviço: CIRURGIA

Enfermaria/Leito:

Médico:  
MEDICO PLANTONISTA

## Admissão

### Queixa Principal

DOR, SANGRAMENTO E IMPOTENCIA FUNCIONAL DO ANTEBRAÇO DIREITO

### História Clínica

REFERE ACIDENTE DE AUTO, APRESENTA FRATURA EXPOSTA DO ANTEBRAÇO DIREITO

### Exame Físico

DOR, SANGRAMENTO E IMPOTENCIA FUNCIONAL DO ANTEBRAÇO DIREITO

### Observações

RX: FRATURA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO DIREITO

### Conduta

TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO ANTEBRAÇO DIREITO

JULIANO MACHADO ALVES DA SILVA - CRM: Nº.15979

Dr. Juliano Machado  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-PE 15.979 TFD

CADASTRADO  
SAME/HOF

REVISADO

23/05/19  
Concursos

PRÓTESE

Hospital Otávio de Freitas - CNES: 426 - CNPJ: 10.572.048/0004-70  
Rua Aprígio Guimarães, s/nº - Tejupá - Recife/PE CEP: 50.920-640 Fone: (81) 3182.8500





Rua Dr. Antonio Xavier, s/n  
CEP 55865-000 - Macaparana-PE  
CNPJ: 11.361.888/0001-04  
Fone: (81) 3639.1156  
www.macaparana.com.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
**LAUDO PARA TRANSPORTE DO PACIENTE**

Unidade Mista Joaquim Francisco de Melo Cavalcanti

Nome do Paciente: Paulo de Almeida

Destino: HOF (altos)

Senha: 5674780

Diagnóstico: Fratura em articulação do joelho

**REMOÇÃO**

Motivo (Registro Detalhado)

Fratura do fêmur, em TCC (clivagem), por um  
acidente de trânsito - RX confirmou fratura. à remoção.

Assinatura do Médico

Nº do CRM

Data: 04 / 05 / 19

Hora da Saída: \_\_\_\_\_

07.165.026/0001-39  
PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MACAPARANA  
Unid. Mista Joaquim Francisco  
de Melo Cavalcanti  
Rua Dr. Antonio Xavier, S/N  
Macaparana-PE  
55865-000

Unid. Mista Joaquim Francisco de Melo Cavalcanti







Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco  
Hospital Otávio de Freitas

Nome: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO Idade: 31 Anos 3 Meses 23 Dias Nasc. 18/03/1988  
Sexo: FEMININO CNS: 704809522143545 Contatos: 81. 92430120 | Celular: 81.  
Mãe: MARIA ELIZABETE DE ANDRADE  
Endereço: AVENIDA JOAO FRANCISCO, N.º 35 - 35 BAIRRO: CENTRO - CIDADE: MACAPARANA  
- UF: PE

Dados do Atendimento:

Data/Hora Atend.: 02/05/2019 13:33  
Prontuário: 281767  
Nº. Atendimento: 3327928  
Serviço: ORTOPEdia E

Enfermaria/Leito:  
TRAUMATOLOGIA POSTO 1-07-03

Médico:  
DILAMAR MOREIRA PINTO

DESCRIÇÃO CIRÚRGICA DETALHADA

AVISO DE CIRURGIA: DATA AVISO CIRURGIA: ATENDIMENTO: CÓDIGO PACIENTE:  
03327928 00281767  
NOME DO PACIENTE: SITUACÃO CIRURGIA:  
ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO  
TIPO DE ANESTESIA: COM CEC: COM ROBÓTICA:  
BLOQUEIO PLEXO BRAQUIAL  
CID FINAL:  
FRATURA DAS DIAFISES DO RADIO E DO CUBITO [ULNA] - S524  
Procedimento  
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DIAFISARIA DE AMBOS OS OSSOS DO ANTEBRAÇO (C/ SINTESE) - 0408020423  
Material:  
DATA / HORA INICIAL: DATA / HORA FINAL:  
03/05/2019 15:50 03/05/2019 17:10

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA:

CIRURGIÃO: ROBERTO WANDERLEY  
1 AUX: EDUARDO KRUG  
ANESTESISTA: DIOGO TORRES

1. ASSEPSIA + ANTISSEPSIA
2. APOSIÇÃO DOS CAMPOS CIRÚRGICOS
3. INCISÃO LONGITUDINAL EM BORDO ULNAR EM ANTEBRAÇO DIREITO
4. ABERTURA POR PLANOS COM EXPOSIÇÃO DE FOCO DE FRATURA ULNAR DIREITA
5. LIMPEZA EXAUSTIVA DE FOCO DE FRATURA COM SF 0,9% + DESBRIDAMENTO DE TECIDOS DESVITALIZADOS
6. SINTESE POR PLANOS COM MONONYLON 3.0
8. CURATIVO
9. TALA AXILO-PALMAR

OBS.: FERIMENTO E HEMATOMA COM ASPECTO INFECCIOSO.  
APÓS EXPLORAÇÃO CONSTATADA EXPOSIÇÃO APENAS DA ULNA DIREITA  
NÃO UTILIZADO FIXADOR EXTERNO PELA FALTA DO FIXADOR EXTERNO PARA ANTEBRAÇO







Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco  
Hospital Otávio de Freitas

Dados do Atendimento:

Data/Hora Atend.: 02/05/2019 13:33  
Prontuário: 281767  
Nº. Atendimento: 3327928  
Serviço: ORTOPEDIA E

Nome: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO  
Sexo: FEMININO  
Mãe: MARIA ELIZABETE DE ANDRADE  
Endereço: AVENIDA JOAO FRANCISCO, N.º 35 - : 35 BAIRRO: CENTRO - CIDADE: MACAPARANA - UF: PE  
Idade: 31 Anos 3 Meses 23 Dias  
Nasc.: 18/03/1988  
CNS: 704809522143545  
Contatos: 81. 92430120 | Celular: 81.

Enfermaria/Leito:  
TRAUMATOLOGIA POSTO I-07-03  
Médico:  
DILAMAR MOREIRA PINTO

CIRURGIA PROPOSTA:

TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA EXPOSTA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO DIREITO

CIRURGIA REALIZADA:

TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA EXPOSTA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO DIREITO

DIAGNOSTICO INICIAL:

FRATURA EXPOSTA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO DIREITO

DIAGNOSTICO CIRURGICO:

FRATURA EXPOSTA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO DIREITO

INTERCORRÊNCIA:

NDN

ÓRTESE E PRÓTESE:

NÃO UTILIZADO  
FIXADOR EXTERNO PARA ANTEBRAÇO INDISPONÍVEL

NOME DO MÉDICO : DILAMAR MOREIRA PINTO

☐ LIBERA AVISO DE CIRURGIA PARA CONFIRMACAO

Hospital Otávio de Freitas - CNES: 426 - CNPJ: 10.572.048/0004-70  
Rua Aprígio Guimarães, s/nº - Tejipió - Recife/PE CEP: 50.920-640 Fone: (81) 3182.8500







## HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS SES/PE



### RELATÓRIO DA OPERAÇÃO

NOME DO PACIENTE: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO	Nº DO REGISTRO: 281767	
CLÍNICO: ORTOPEDISTA	Nº DO LEITO: 2-1	
OPERADOR: DR EDUARDO QUEIROZ		
1º ASSISTENTE: DR ULYSSES BARBOSA	2º ASSISTENTE: DR RICARDO VILLAR	
INSTRUMENTADOR:	ANESTESISTA: DR OMAR	
ANESTESIA: BLOQUEIO + SEDAÇÃO	DURAÇÃO:	
DATA DA OPERAÇÃO: 13/05/19	INÍCIO:	FIM:
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: FRATURA DE OSSOS DO ANTEBRAÇO DIREITO		
DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO: O MESMO		
OPERAÇÃO PROPOSTA: TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DE OSSOS DO ANTEBRAÇO		
OPERAÇÃO REALIZADA: CIRURGIA SUSPensa NO INTRA-OPERATÓRIO DEVIDO A CONDIÇÕES CLÍNICAS		

### DESCRIÇÃO DO ATO OPERATÓRIO

1. PACIENTE EM DDH SOB ANESTESIA
2. POSICIONAMENTO DE GARROTE PNEUMÁTICO
3. ASSEPSIA E ANTIASSEPIA
4. INCISÃO DE HENRY EM ANTEBRAÇO DIREITO
5. DIVULSÃO POR PLANOS
6. SUTURA POR PLANOS
7. CURATIVO COMPRESSIVO
8. RETIRADA DE GARROTE
9. APOSIÇÃO DE TALA AXILO-PALMAR
10. A SRA

OBS: PACIENTE APRESENTOU COMPLICAÇÕES ANESTESIOLÓGICAS DURANTE O PROCEDIMENTO CIRÚRGICO QUE SE ESTENDERAM POR MAIS DE 40 MINUTOS. OPTADO POR FECHAMENTO DE FERIDA OPERATÓRIA E REALIZAÇÃO DE CIRURGIA POSTERIORMENTE DEVIDO AO RISCO QUE AS COMPLICAÇÕES TRARIAM À PACIENTE A AO RESULTADO DA CIRURGIA.







# HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS SES/PE



## RELATÓRIO DA OPERAÇÃO

NOME DO PACIENTE: ANA PAULA DE ANDRADE ARAÚJO	Nº DO REGISTRO: 281767	
CLINICO: ORTOPEDISTA	Nº DO LEITO: 07-03	
OPERADOR: DR EDUARDO QUEIROZ		
1º ASSISTENTE: DR ULYSSES BARBOSA	2º ASSISTENTE: DRA MONICA / DR ARTUR	
INSTRUMENTADOR:	ANESTESISTA: DR OMAR	
ANESTESISTA: GERAL + BLOQUEIO	DURAÇÃO:	
DATA DA OPERAÇÃO: 20/05/2019	INÍCIO:	FIM:
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: FRATURA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO DIREITO		
DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO: O MESMO		
OPERAÇÃO PROPOSTA: TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO		
OPERAÇÃO REALIZADA: A MESMA		

## DESCRIÇÃO DO ATO OPERATÓRIO

1. DECUBITO DORSAL SOB ANESTESIA + GARROTE DE MSD
2. ASSEPSIA + ANTISSEPSIA + APOSIÇÃO DE CAMPOS
3. INCISÃO VOLAR SOB INCISÃO PREVIA PARA ACESSO A FRATURA DE RÁDIO + ABERTURA POR PLANOS
4. REDUÇÃO DA FRATURA
5. APOSIÇÃO DE PLACA E PARAFUSOS
6. INCISÃO ULNAR SOB INCISÃO PRÉVIA PARA ACESSO À FRATURA DA ULNA + ABERTURA POR PLANOS
7. REDUÇÃO DA FRATURA
8. APOSIÇÃO DE PLACA E PARAFUSOS
9. VISUALIZADO BOA REDUÇÃO SOB RADIOSCOPIA
10. LAVAGEM COM SF 0,9%
11. SUTURA POR PLANOS
12. CURATIVO
13. TALA AXILO PALMAR
14. RETIRADO O GARROTE
15. PULSOS E PERFUSÃO NORMAIS

EMPRESA:	MATERIAL USADO:
ORTOMÉDICA	02 PLACAS DCP 3,5
PARAFUSOS	12 PARAFUSOS CORTICAIS

  
Mônica Magalhães  
Médica  
CRM-PE 26962





Atendimento: 3327928

Dt Atendimento: 02/05/2019 - 13:33

Dt Alta: 22/05/2019 - 12:14

Paciente: 281767 ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

Serviço: 37 ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

Convênio: 1 SUS - INTERNACAO

Leito: 128 TRAU 07-03 - POSTO I

Plano: 1 PLANO UNICO

Motivo Alta: 5 ALTA COM PREVISAO DE RETORNO P

Usuário: JULIAFS

Diretor Clínico:

CID: S524 FRATURA DAS DIAFISES DO RADIO E DO CUBITO [ULNA]

Procedimento de Alta - Procedimento não Informado

Observação de Alta

SOULMV - SIMPLES E COMPLETO







SES  
HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS  
End. Rua Aprígio Guimarães S/N Tejupó-Recife-PE PABX 3182-8500

## RECEITUÁRIO/REQUISIÇÃO DE EXAMES

Nome: Ans. Paulo de S. Silva Registro: \_\_\_\_\_

Clínica: \_\_\_\_\_ Procedência: \_\_\_\_\_

Univ. mes. 10

paciente vítima de acidente  
de moto Hm + 01 mês e 21  
dias.

tem fraturas da base do crânio  
direitas. foi realizado osteotomia  
e medula na cervical.

0125520

Data: 21/08/19

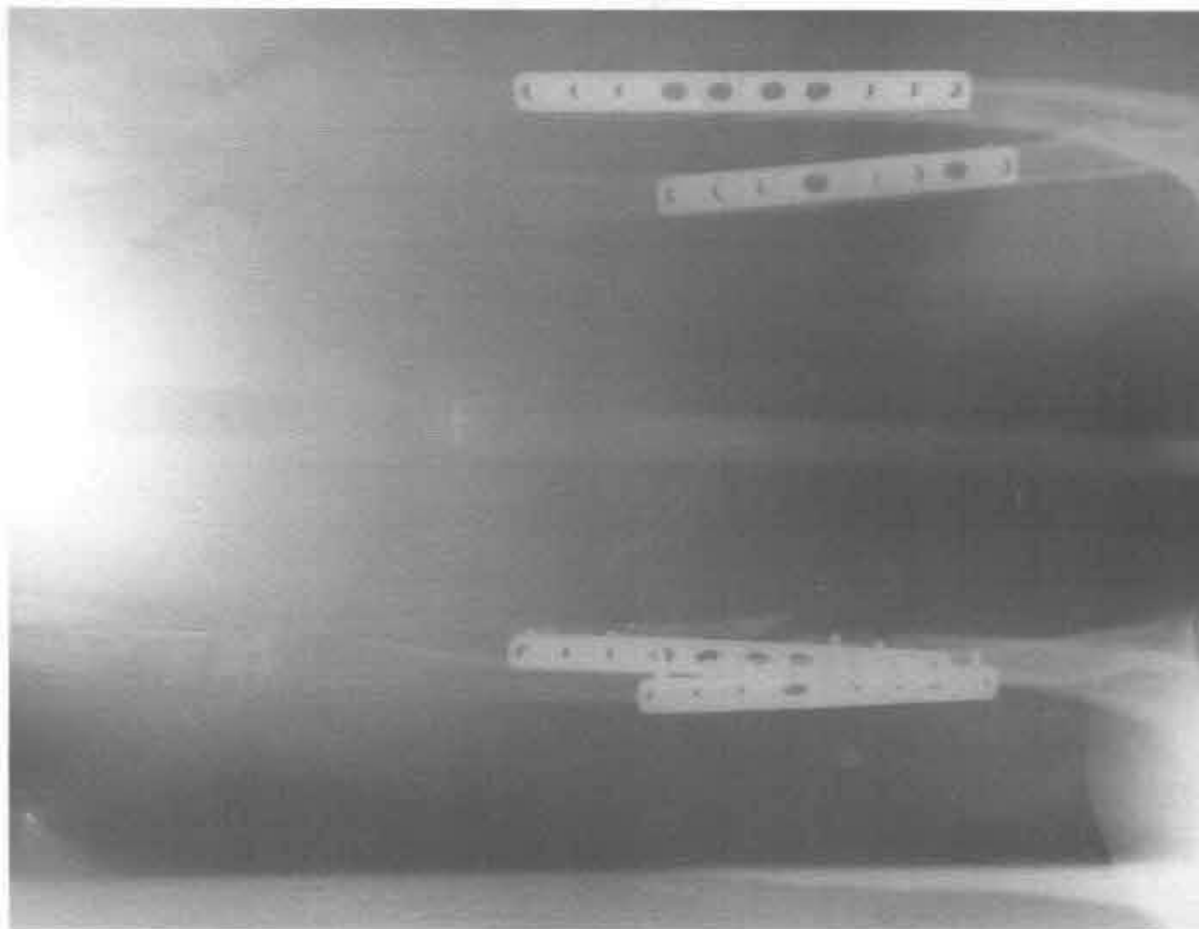
Dr. Paulo Sotomaior  
Ortopedista  
CRM-PE 110745

Médico-CRM

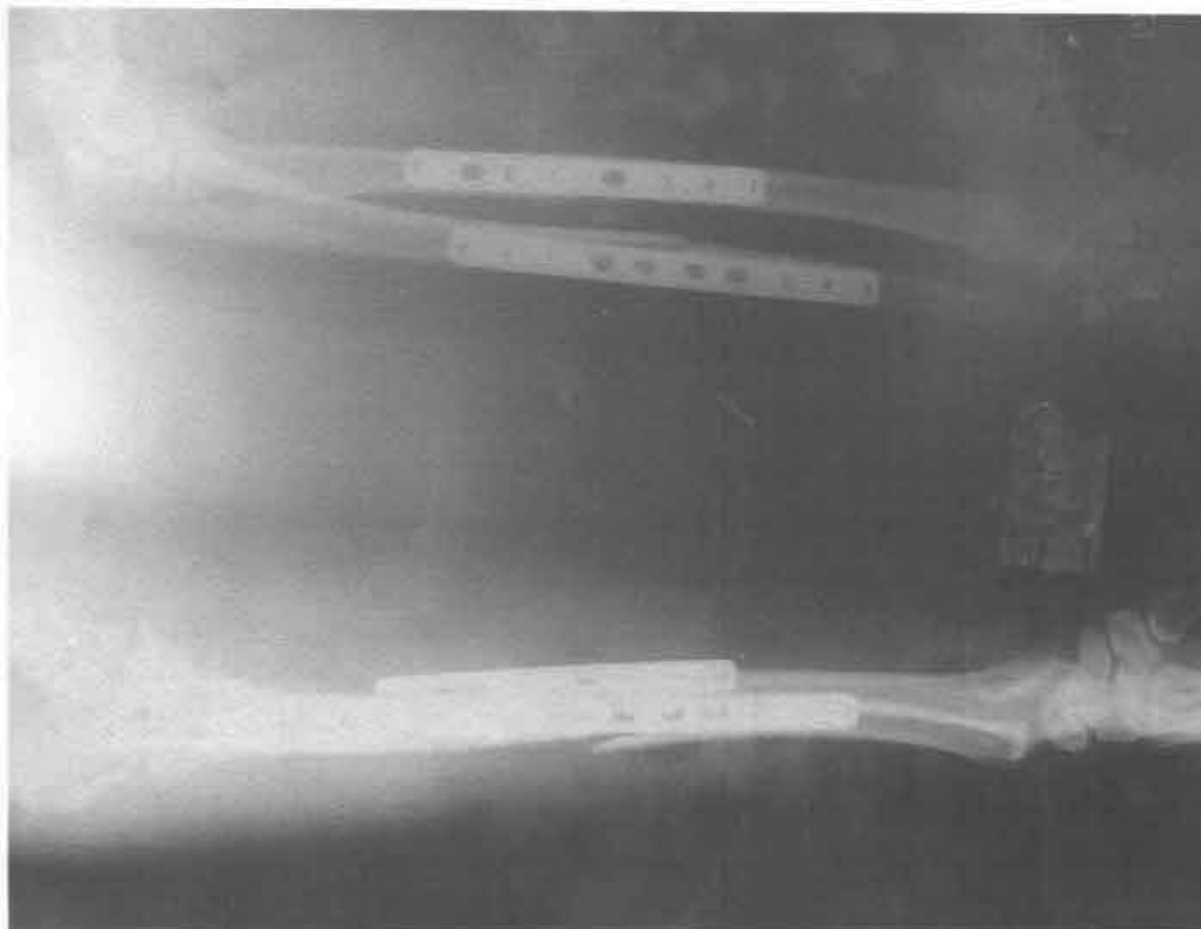
075-HOF



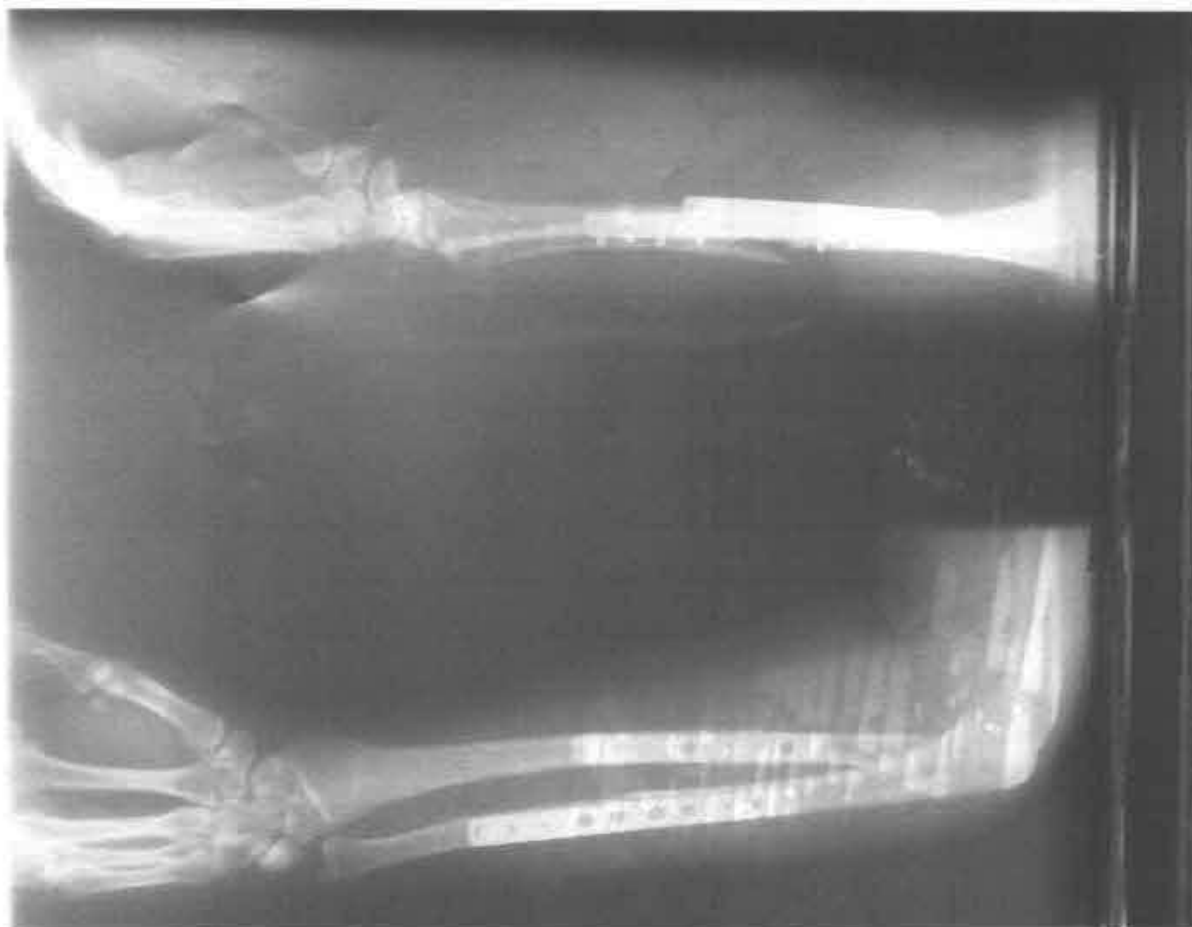




















# PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura:



DAMIS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES)



INVALIDEZ PERMANENTE



MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL:

3 - CPF da vítima:

093.803.654-89

4 - Nome completo da vítima:

ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo:

ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

6 - CPF:

093.803.654-89

7 - Profissão:

DO LAR

8 - Endereço:

TRAVESSA GEASE ALVES SILVA

9 - Número:

35

10 - Complemento:

CASA

11 - Bairro:

CENTRO

12 - Cidade:

MACAPARANA

13 - Estado:

PE

14 - CEP:

55.865-000

15 - E-mail:

16 - Tel.(DDD):

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal:

18 - CPF do Representante Legal:

19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:

☒ RECUSO INFORMAR  
☐ SEM RENDA

☐ R\$1.00 A R\$1.000,00  
☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00

☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00  
☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS:

☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO

☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237)

☐ Itaú (341)

☒ Banco do Brasil (001)

☐ Caixa Econômica Federal (104)

☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO:

AGÊNCIA:

2257

8

CONTA:

19507

3

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir) VAR-51

AGÊNCIA:

CONTA:

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

☒ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou

☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou

☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima:

☐ Solteiro

☐ Casado (no Civil)

☐ Divorçado

☐ Separado judicialmente

☐ Viúvo

24 - Data do óbito da vítima:

25 - Grau de Parentesco com a vítima:

26 - Vítima deixou companheiro(a):

☐ Sim

☐ Não

27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos?

☐ Sim

☐ Não

29 - Se tinha filhos, informar Vivos:

Falecidos:

30 - Vítima deixou nascituro (filho nascido)?

☐ Sim

☐ Não

31 - Vítima teve irmãos?

☐ Sim

☐ Não

32 - Se tinha irmãos, informar Vivos:

Falecidos:

33 - Vítima deixou pais/avós vivos?

☐ Sim

☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

Impressão digital da vítima ou beneficiário não autorizada

35 - Nome legível de quem assina a rogo/a pedido

36 - CPF legível de quem assina a rogo/a pedido

37 - (\*) Assinatura de quem assina a rogo/a pedido

38 - 1ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

39 - 2ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data, MACAPARANA, 07 DE AGOSTO DE 2019

\* Ana Paula de Andrade Araujo  
41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

Josimar Carvalho de Souza  
43 - Assinatura do Procurador (se houver)

Representante Legal (se houver)

019



FONTE: [http://www.tjpe.jus.br/noticias\\_ascomSY/ver\\_noticia.asp?id=9785](http://www.tjpe.jus.br/noticias_ascomSY/ver_noticia.asp?id=9785)

Notícia

Busca:  - Período de: Jan / 2018 a Set / 2019

Segunda-feira, 19 de maio de 2015 - 16:28:00

**Seguradora Líder vai custear despesas referentes ao Seguro DPVAT de peritos indicados por juízes**



**Diário Oficial**

[Ver em formato HTML](#)

[RSS](#) Saiba como

**Últimas Notícias**

22/8/2015 - TJPEdal adiado nesta quarta (12/8) devido à falta de bateadores

7/8/2015 - TJPEdal retoma suas atividades nesta quarta-feira (12/8)

11/11/2013 - Nota de falecimento

24/10/2013 - TJPE promove palestra sobre lavratura de acordos

20/9/2013 - Servidores e voluntários do TJPE têm 50% de desconto em pós-graduação na FOCCA

A Seguradora Líder de consórcios do Seguro DPVAT, em resposta ao Ofício Nº 005/2015 da Coordenadora Geral do Sistema de Resolução Consensual e Arbitral de Conflitos (CGSRCAC), se comprometeu a custear as despesas referentes ao trabalho realizado pelos peritos, desde que sejam vinculadas aos processos do Consórcio do Seguro DPVAT.

Dessa forma, o magistrado terá a autonomia para escolher e nomear os peritos de sua confiança, que tenham habilitação própria para esse fim. Caberá à Seguradora Líder promover o pagamento dos honorários periciais em até 15 dias, contados da intimação para o pagamento, caso não haja qualquer necessidade de informação complementar ao laudo produzido. O valor custeado pela Seguradora por cada laudo pericial será de até R\$ 200,00.

A medida resultará em celeridade no Tribunal de Justiça de Pernambuco, em especial as metas de baixa processual estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Além disso, a medida diminuirá o volume excessivo de processos acumulados nos núcleos de conciliação sob a coordenação da (CGSRCAC).

*Confirma o efeito no sistema*





<http://www.tjpb.jus.br/tribunal-de-justica-da-paraiba-firma-convenio-com-a-seguradora-lider/>



TJPB

INSTITUCIONAL \* TRANSPARENCIA OLVIDORIA CORREGEDORIA ESMA CONCILIAR IMPRENSA \*

PP10/2014 Convênio com a Líder

**Tribunal de Justiça da Paraíba firma convênio com a Seguradora Líder**

*Empresa é responsável pelo pagamento de indenização do seguro DPVAT*



TJPB assina convênio com a seguradora Líder

Em reunião realizada na tarde desta quinta-feira (09), o presidente em exercício do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Romero Marcelo, assinou convênio com a Seguradora Líder, empresa que administra o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT). O convênio vai beneficiar todas as comarcas que não recebem o Mutirão DPVAT, de modo que cada qual realize seu próprio esforço concentrado. A medida visa dar celeridade aos processos que envolvem o pagamento do seguro.

"O juiz, numa pequena comarca do sertão, vai poder, agora, realizar esforço concentrado na sua unidade. Ele pode, através desse convênio, indicar um perito e, caso não tenha, pedir ao núcleo que indique, que a Seguradora irá pagar. A prestação jurisdicional será eficaz e efetiva a aquelas pessoas que têm processo tramitando a bastante tempo na Justiça esperando a realização de uma perícia", afirmou o diretor-adjunto do Núcleo de Conciliação do TJPB, juiz Fábio Leandro.

Previsto no convênio, fica à competência do Tribunal dar ciência do acordo a todos os magistrados competentes para julgamento de ações relacionadas ao seguro, destacando a importância da realização de perícias médicas; bem como garantir a indicação de perito judicial e as indicações das partes autoras.

A Seguradora Líder deverá efetuar o pagamento dos honorários periciais judiciais em até 15 dias. O valor fixado individual é de R\$ 200,00 independente do resultado da avaliação médica realizada e da gravidade da lesão apresentada pela vítima. O mesmo valerá para as avaliações médicas.

Para o diretor jurídico da Líder, Marcelo Davoli Lopes, esse convênio representa um avanço significativo no que diz respeito ao pagamento das indenizações. "As pessoas que recorrem ao Judiciário passarão a receber o pagamento da indenização mais rapidamente. Para nós é uma enorme satisfação vir à Paraíba e ver que o Tribunal de Justiça do Estado se preocupa em dar celeridade aos processos. Só temos a elogiar", declarou.

A presidência do TJ também demonstrou satisfação com o convênio. "O Brasil hoje vive um pesadelo com relação aos acidentes e isso gera um número imensurável de ações. Esse é mais um esforço do TJPB para a dinamização da prestação jurisdicional", afirmou o desembargador Romero Marcelo.

Também participaram da reunião a diretora do Núcleo de Conciliação, desembargadora Maria das Graças Morais Guedes e o advogado da Empresa João Barbosa. O convênio entrará em vigor a partir da data de publicação no Diário da Justiça Eletrônica e terá vigência pelo período de 60 meses.

Gecom - TJPB com Karina Negreiros (estagiária)

PUSH

PULL

Solicitar Certidão

e-Jus

Execuções Penais

PJE

Diário da Justiça

Custas Judiciais

Selo Digital

Pautas de Julgamentos

Plantões

Comarcas

Legislação

Licitações

Biblioteca

Atendimento de TI

Guias

Peritos e Leiloeiros

Concursos / Seleção

Cursos e Eventos

Modelos de Formulário

Telejudiciário

Juizados Especiais

Infância e Juventude

Núcleo de Cooperação Judiciária

Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema





**CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O TJPE E A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO  
SEGURO DPVAT S/A**

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Tel 21 3361-4600 [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)  
R. Senador Dantas 74, 5º andar  
Centro - Rio de Janeiro - CEP 20051-205



Seguradora Líder - DPVAT

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2015  
DPVAT/JUR - 583/2015

Ao

EXMO. JUIZ COORDENADOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Coordenadoria Geral do Sistema de Resolução Consensual e Arbitral de Conflitos  
Ilmo. Sr. Dr. Ruy Trezena Patu Júnior


**Assunto: Resposta ao Ofício Nº 005/2015 - CGSRCAC**

A Seguradora Líder de Consórcios de Seguro DPVAT em resposta ao ofício Nº 005/2015 - CGSRCAC, encaminhado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco vem se comprometer a efetuar o pagamento com despesas referentes ao trabalho realizado pelos peritos indicados pelos juízes nos processos do Consórcio do Seguro Dpvat no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Após a realização da perícia, e consecutiva intimação do resultado da mesma através de seu patrono constituído nos autos, a Seguradora Líder DPVAT promoverá o pagamento dos honorários periciais em até 15 (quinze) dias a contar da intimação para o pagamento, caso não reste qualquer necessidade de informação complementar ao laudo produzido.

Destacamos que a presente medida resultará em celeridade no Tribunal de Justiça, e acreditamos que com tal medida deste T. Tribunal de Justiça, em especial às metas de baixa processual estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Cordialmente,

  
Marcelo Davoli Lopes  
Diretor Jurídico



Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder - DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.





**CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O TJRN E A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO  
SEGURO DPVAT S/A**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
Divisão de Contratos e Convênios

**CONVÊNIO Nº 01/2013**

**TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO  
INSTITUCIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE E  
A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO  
SEGURO DPVAT S/A, NOS TERMOS ABAIXO ADUZIDOS**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, estabelecido na Praça 7 de Setembro, s/ nº, Cidade Alta, em Natal/RN - CEP nº 59.025.300, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.546.459/0001-05, neste ato representado neste ato representado pelo seu Presidente, Desembargador **ADERSON SILVINO DE SOUSA** portador da Cédula de Identidade nº 247.892 - SPP/RN, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 037.842.074-72, doravante denominado **TRIBUNAL**, e a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, na qualidade de gestora do seguro DPVAT no Brasil, neste ato representada pelo seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI**, doravante denominada **SEGURADORA LÍDER**, ajustam a celebração do presente **CONVÊNIO**, sob sujeição às normas da lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, fazendo-o em observância das seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente convênio o estabelecimento das bases de cooperação entre as partes, no âmbito das suas respectivas áreas de atuação, com vistas à realização de perícias médicas judiciais em ações envolvendo o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT.

- 1.1. A realização das perícias judiciais poderá ser indicada pelos Magistrados em quaisquer ação que envolvam o seguro DPVAT, independentemente de qual seja a entidade/seguradora demandada;
- 1.2. O Magistrado indicará perito de sua confiança, ficando facultada as partes a indicação de assistentes técnicos para acompanhamento das avaliações médicas;
- 1.3. As perícias realizadas serão pagas pela **SEGURADORA LÍDER** a um valor fixo de **R\$ 200,00 (duzentos reais)**, independente de seu resultado (constatação ou não de invalidez permanente da vítima periciada).

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS CONVENIENTES DOS COMPROMISSOS DOS PARTICIPES**

Para cumprimento do presente convênio, os convenientes comprometem-se a implementar ações conjuntas, observada a legislação em vigor.

**2.1. Compete ao TRIBUNAL:**

- 2.1.1. Dar ciência a todos os Magistrados competentes para julgamento de ações relacionadas ao seguro DPVAT acerca do conteúdo do presente convênio, destacando a importância da realização de perícias médicas para identificação da legitimidade das partes e do correto valor a indenizar;
- 2.1.2. Garantir a indicação de perito judicial e as intimações; da parte autora, para realização da perícia médica; e de ambas as partes para ciência de que a perícia poderá ser acompanhada por assistentes técnicos de ambas as partes;





**2.2. Compete à SEGURADORA LÍDER:**

2.2.1. Receber as intimações acerca das perícias judiciais designadas e providências assistentes técnicos para acompanhamento das avaliações médicas;

2.2.2. Providenciar o pagamento das perícias judiciais realizadas processo a processo, a um valor fixado individual de R\$ 200,00 (duzentos reais), independente do resultado da avaliação médica realizada e da gravidade da lesão apresentada pela vítima/autor da ação.

2.2.3. Providenciar as comprovações dos pagamentos das perícias judiciais realizadas nos autos, na forma de Lei.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO**

O presente Convênio entrará em vigor a partir da data da sua assinatura, e terá vigência pelo período de 60 (sessenta) meses.

**CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO**

O presente convênio poderá ser rescindido, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias de antecedência para a comunicação por escrito, sem que assista a qualquer das partes direito a indenização.

**CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

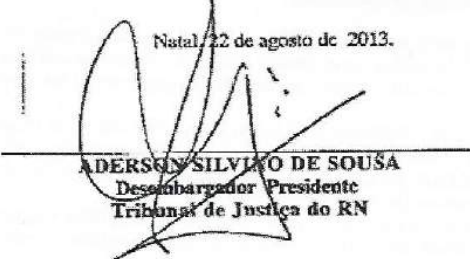
O extrato do presente Contrato será publicado na imprensa oficial (Diário da Justiça Eletrônico), em obediência ao disposto do parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666/93.


**CLÁUSULA SEXTA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Natal como competente para dirimir questões decorrentes deste convênio.

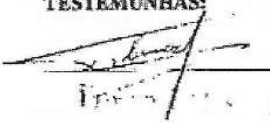
Assim, justos e combinados, os partícipes assinam o presente instrumento em três (03) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Natal, 22 de agosto de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
**ADERSON SILVANO DE SOUSA**  
Desembargador Presidente  
Tribunal de Justiça do RN

  
\_\_\_\_\_  
**MARCELO DAVOLI**  
Seguradora Líder

**TESTEMUNHAS:**

  
\_\_\_\_\_  
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte  
Processo nº 011573/2012

  
\_\_\_\_\_  
2 de 2







**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
Divisão de Contratos e Convênios

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N° 01/2013 QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE E A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, sediado à Praça Sete de Setembro, s/nº, Centro, Natal/RN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.546.459/0001-05, neste ato representado por seu Presidente, **CLÁUDIO MANOEL DE AMORIM SANTOS**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 128.277 - ITRP/RN, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 106.850.904-60, doravante denominado TRIBUNAL, e a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.245.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, na qualidade de gestora do seguro DPVAT no Brasil, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente, **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER** e pelo seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAYOLI LOPES**, doravante denominada SEGURADORA LÍDER, residente e domiciliado em Natal/RN ajustam a celebração do presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N° 01/2013** conforme as cláusulas e condições seguintes:

**1- CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1.1 – O objeto do presente aditivo consiste na modificação do teor da cláusula primeira (do objeto) e segunda (das Obrigações dos Convententes dos Compromissos dos Participes).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES**

Depois da assinatura do presente instrumento, as Cláusulas 1ª e 2ª, abaixo destacadas, passarão a vigor com a seguinte redação:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente convênio o estabelecimento das bases de cooperação entre as partes, no âmbito das suas respectivas áreas de atuação, com vistas à realização de perícias médicas judiciais em ações envolvendo o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT.

- 1.1. A realização das perícias judiciais poderá ser indicada pelos Magistrados em quaisquer ação que envolvam o seguro DPVAT, independentemente de qual seja a entidade/seguradora demandada;
- 1.2. O Magistrado indicará perito de sua confiança, ficando facultada as partes a indicação de assistentes técnicos para acompanhamento das avaliações médicas;
- 1.3. As perícias realizadas serão pagas pela SEGURADORA LÍDER a um valor fixo de R\$ 200,00 (duzentas reais), independente de seu resultado (constatação ou não de invalidez permanente da vítima/periciada);
- 1.4. Realizada a perícia, a SEGURADORA LÍDER – DPVAT terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da





intimação, para efetuar o pagamento;

1.5 Realizado acordo nos mutirões DPVAT a seguradora Líder ficará isenta do pagamento dos custos finais do processo.

1.6 O pagamento dos honorários dos peritos médicos que trabalharem no mutirão serão depositados em Juízo até o prazo máximo de 30(trinta) dias depois de finalizado cada mutirão, e que o TIRN abrirá uma conta bancária exclusivamente com a finalidade de receber os depósitos dos pagamentos dos honorários dos peritos médicos e de expedir os alvarás para os peritos, facilitando e dando maior eficácia aos atos praticados nos mutirões DPVAT.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS CONVENIENTES DOS COMPROMISSOS DOS PARTICÍPIES**

Para cumprimento do presente convênio, os convenientes comprometem-se a implementar ações conjuntas, observada a legislação em vigor.

### **2.1. Compete ao TRIBUNAL:**

2.1.1. Dar ciência a todos os Magistrados competentes para julgamento de ações relacionadas ao seguro DPVAT acerca do conteúdo do presente convênio, destacando a importância da realização de perícias médicas para identificação da legitimidade das partes e do correto valor a indenizar;

2.1.2. Garantir a indicação de perito judicial e as intimações: da parte autora para realização da perícia médica, e de ambas as partes para ciência de que a perícia poderá ser acompanhada por assistentes técnicos de ambas as partes.

### **2.2. Compete à SEGURADORA LÍDER:**

2.2.1. Receber as intimações acerca das perícias judiciais designadas e providenciar assistentes técnicos para acompanhamento das avaliações médicas;

2.2.2. Providenciar o pagamento das perícias judiciais realizadas processo a processo, a um valor fixado individual de R\$ 200,00 (duzentos reais), independente do resultado da avaliação médica realizada e da gravidade da lesão apurada pela vítima/autor da ação.

2.2.3. Providenciar as comprovações dos pagamentos das perícias judiciais realizadas nos autos, na forma de Lei.

2.2.4. Durante os eventos dos mutirões DPVAT a Seguradora Líder se compromete a pagar todas as despesas para a montagem da estrutura física dos eventos e também os custos com materiais de expediente tais como, resma de papel, canetas, etc.

## **2 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL:**

2.1 O presente editivo tem amparo na lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## **3 - CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO:**

3.1 - Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições até então pactuadas e não expressamente modificadas por este aditivo.

## **4 - CLÁUSULA QUINTA - DO FORO:**

4.1 Fica eleito o foro da Comarca de Natal/RN, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relativas ao presente convênio, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.





E, por estarem justos e acordados, firma o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado por todas as partes e pelas testemunhas abaixo arroladas.

Natal/RN, 30 de Junho de 2015.

**CLÁUDIO MANOEL DE AMORIM SANTOS**  
Desembargador Presidente  
Tribunal de Justiça do RN

**RICARDO DE SA ACATAUASSU XAVIER**  
Diretor Presidente  
SEGURODORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

**MARCELO DAVOLI LOPES**  
Diretor Jurídico  
SEGURODORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

TESTEMUNHAS

**JOSÉ ALVES BIZBASA**

**Jon Minerva Pontet Neto**

**José Márcio Pontet Neto**  
CPF: 876.281.044-87







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção A da 7ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0020407-92.2020.8.17.2001**

AUTOR: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

RÉU: GENTE SEGURADORA SA, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

## DESPACHO

Vistos etc.

O Art. 99, § 4º do NCPC estabelece que “*A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça*”.

Assim, concedo os benefícios da justiça gratuita.

Considerando tratar-se de demanda recorrente, na qual não se verifica êxito nas conciliações quando ainda não houve a realização da perícia médica, e em nome princípios da Celeridade e Economia processual, verifico ser mais razoável que a audiência de conciliação seja realizada após a realização da prova pericial. Cite-se a parte demandada para, querendo, ofertar defesa nos moldes do art. 335 e ss. do NCPC, no prazo de 15 dias (art. 335, III, c/c 219, do NCPC), sob pena de revelia.

Recife, 27 de abril de 2020.

# IASMINA ROCHA

Juíza de Direito







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0020407-92.2020.8.17.2001

AUTOR: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

RÉU: GENTE SEGURADORA SA, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO - autor**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 7ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 61088687, conforme segue transcrito abaixo:

" Vistos etc. O Art. 99, § 4º do NCPC estabelece que "A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça". Assim, concedo os benefícios da justiça gratuita. Considerando tratar-se de demanda recorrente, na qual não se verifica êxito nas conciliações quando ainda não houve a realização da perícia médica, e em nome princípios da Celeridade e Economia processual, verifico ser mais razoável que a audiência de conciliação seja realizada após a realização da prova pericial. Cite-se a parte demandada para, querendo, ofertar defesa nos moldes do art. 335 e ss. do NCPC, no prazo de 15 dias (art. 335, III, c/c 219, do NCPC), sob pena de revelia. Recife, 27 de abril de 2020. IASMINA ROCHA Juíza de Direito"

RECIFE, 28 de abril de 2020.

**GUILHERME ANTONIO AMORIM LOBO**

**Diretoria Cível do 1º Grau**





## CONTESTAÇÃO







EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

PROCESSO: 00204079220208172001

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

#### BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **01/05/2019**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **12/07/2019**.

Cumprido esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br





A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

#### **PRELIMINARMENTE**

#### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>1</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

#### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015<sup>2</sup>.

#### **DO MÉRITO**

#### **DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA**

#### **DAS DIVERGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA**

Conforme dispõe o art. 385, NCPC/15, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial o BOLETIM DE OCORRÊNCIA, haja vista que a narrativa dos fatos, não foi exposta de forma clara, não há testemunhas, constando apenas relatos unilaterais da parte Autora.

Portanto, para que não pairasse qualquer dúvida sobre a autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício à Delegacia de Polícia na qual fora registrada a ocorrência, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

<sup>1</sup>[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

<sup>2</sup>[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;





### DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>3</sup>.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

### DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, após a regulação do sinistro.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

*“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretirável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”*

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquirir a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

<sup>3</sup>“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)





Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

### **DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO**

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **01/05/2019**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**.

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais<sup>4</sup>.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ<sup>5</sup>.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

<sup>4</sup> RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

<sup>5</sup> **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”





Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 2.362,50 (DOIS MIL E TREZENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

#### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>6</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>7</sup>.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

#### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

#### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

<sup>6</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

<sup>7</sup>art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.





Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e horários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de todos os meios de prova em direito admitidas e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do convênio de cooperação institucional celebrado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT nº014/2017

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona **DRA. RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB-PE 25393**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 30 de junho de 2020.

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





### **QUESITOS DA RÉ**

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma seqüela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de seqüelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a graduação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.**





### **TABELA DE GRADAÇÃO**

<b>Danos Corporais Previstos na Lei</b>	<b>Total (100%)</b>	<b>Intensa (75%)</b>	<b>Média (50%)</b>	<b>Leve (25%)</b>	<b>Residual (10%)</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					





## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**, inscrito na **30225 - OAB/PE** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO**, em curso perante a **7ª VARA CÍVEL** da comarca de **RECIFE**, nos autos do Processo nº 00204079220208172001.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)







**CELPE**  
www.celpe.com.br

Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado  
de Pernambuco-ARPE: 0800-727-0167-Ligação Gratuita de Telefones Fixos  
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL  
167-Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis

JARBAS BRANCO DE SIQUEIRA SANTOS  
CPF: 583.453.524-13

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA:

RUA MATIAS DE ALBUQUERQUE 223 APT-804

STO ANTONIO RECIFE  
500 10-990 RECIFE PE

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta em nossas unidades de atendimento e no site [www.celpe.com.br](http://www.celpe.com.br)

DATA DE VENCIMENTO  
**02/07/2019**

TOTAL A PAGAR (R\$)  
**0,00**

DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL  
25/06/2019

DATA DA APRESENTAÇÃO  
25/06/2019

NUMERO DA NOTA FISCAL  
067401896

CONTA CONTRATO  
004003839066

N° 00 CUEN  
2800480062

Nº DA INSTALAÇÃO  
2003201816

**B3 COMERCIAL • COMERCIAL**  
**Monofásico**

RESERVADO AO FISCO

14CF.616A.2CD5.D29F.40B0.8C31.825D.AC91

**DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL**

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO	VALOR (R\$)
Consumo Ativo (kWh)	237,00	0,74183679	175,81
Acesso ao Banco AMARELA			0,00
Contrib. Dem. Pública Municipal			24,00
ICMS Subst. eq. COE-NF 059648073-26/04/18			2,10
TOTAL DA FATURA			209,45

## INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

ICMS			PIS			COFINS		
BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
176,26	25,0%	44,06	176,26	0,17	0,29	176,26	0,78	1,39

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

CONTINUAÇÃO DO CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
NUMERO DO MEDIDOR	TIPO DA BUNÇÃO	INSCRIÇÃO		ATUAL		Nº DIAS	CONSUMO FVTE	AJUSTE	CONSUMO KWH
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
0200000171338978	CAT	27/05/2019	4.950,30	26/05/2019	5.187,00	30	1,00000	0,00	237,00

LISTA PREPARADA PARA A PRÓXIMA LEITURA: 22/07/2012

### DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES

ANÁLISE DE CUSTOS DAS INTERMEDIÇÕES					
DESCRIÇÃO	CONSUMO	VALOR APLICADO	MÉDIA MENSUAL	MÉDIA TOTAL	MÉDIA ANUAL
MONTES					
DESMULHASADAS COM ENERGIA	VALVOMETRO	1,60	4,79	5,61	18,96
FICHA DE MANUTENÇÃO ENERGIA		3,33	1,19	6,27	12,45
DESMULHASADAS MANUTENÇÃO DE INTERMEDIÇÕES COMUNS		0,09	4,50	0,60	2,18
DESMULHASADAS DE INTERMEDIÇÕES DE MANUTENÇÃO					
				UNIDADE DE CUSTO	12,68
ELABORAR O VALOR DE ENCARGO DE MANUTENÇÃO		28,74			
NOTA: O ENCARGO DE MANUTENÇÃO PODE SER APLICADO A TODAS AS INTERMEDIÇÕES.					

### INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Pague no ponto mais perto de você! O controle central salvará e enviará para os seus pontos de atendimento informações de pagamento de 20 minutos antes da chegada do cliente. Assim, você poderá antecipar o atendimento e evitar filas.

Mais dados sobre o benefício que virão à tona. Mais informações em [www.beneficio.gov.br](http://www.beneficio.gov.br).

Cobrança: ICMS sobre serviços de transporte. Conforme Decreto Estadual nº 34.943/13.

Pagão, em atraso: gera multa 2% (R\$648,40) ANUELL. Juros: 12% ANUAL (R\$438,00) e atualização monetária no pro. mês.

O Cliente é compensado quando há cumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.

### NÍVEIS DE TENSÃO

TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)	
	MÍNIMO	MÁXIMO
220	202	234

**AUTENTICAÇÃO MECÂNICA**

CONTA CONTRATO	MES/ANO	TOTAL A PAGAR(R\$)	VALIDADEZ
004003039066	06/2019	0,00	02/07/2019

**TALÃO DE PAGAMENTO**

Evite dobrar, perfurar ou rasurar.  
Este cartão será usado em leitora ótica.

**AUTENTICAÇÃO MECÂNICA**

autoatendimento.celpa.com.br/NDP\_DCSRUCES\_D~home-neologw-sap.com/servlet/fagin.neoenergia.com.RFCConversaoServlet?redirefatura=1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 07/07/2020 15:09:55  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070715095508500000063103644>  
 Número do documento: 20070715095508500000063103644



**DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO**  
**CIRCULAR SUSEP 445/12**

Para mais esclarecimentos, acesse o site <https://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES:**

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.SUSEP.GOV.BR/BIBLIOTECABEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro (DPVAT), contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF**<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguros, previdência privada aberta, capitalização e resseguro

<sup>2</sup> Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613-98.

Pelo exposto, eu JOSEMAR CARVALHO DE SOUZA, inscrito (a) no CPF sob o Nº 402.061.224 / 70 na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO inscrito (a) no CPF sob o Nº 093.803.659 / 89, do sinistro de DPVAT cobertura IM Valdez da Vítima ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO, inscrito (a) no CPF sob o Nº 093.803.054 / 89, conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: \_\_\_\_\_ Renda: \_\_\_\_\_ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

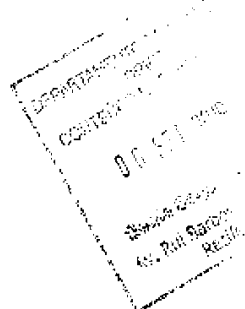
Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço	<u>Rua Matias de Albuquerque, Edif. Barromeio</u>			Número	<u>223</u>	Complemento	<u>Sala 804</u>
Bairro	<u>Santo Antonio</u>	Cidade	<u>Recife</u>	Estado	<u>PE</u>	CEP	<u>50010-090</u>
Email	<u>joimar.advogado@gmail.com</u>			Telefone comercial (DDD)	<u>(81) 99989-5498</u>	Telefone celular (DDD)	<u>(81) 991889707</u>

Recife - PE 06 de Setembro de 2019  
Local e Data

Joimar Carvalho de Souza  
Assinatura do Declarante





# DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO

Para mais esclarecimentos, acesse o site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br) ou entre em contato através de um dos números abaixo.

Central de Atendimento (para consultas sobre indenizações e prêmios, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h)  
Capitais e regiões metropolitanas: 4020-1596 / Outras regiões: 0800 022 12 04

SAC (para reclamações e sugestões, 24 horas por dia): 0800 022 81 89 | SAC (para deficientes auditivos e de fala): 0800 022 12 06 | Central Ouvidoria: 0800 021 91 35

Eu, VAIR DE ANDRADE MORAES NETO

RG nº 6.778.674, data de expedição 12/07/17,

Órgão SDS-PE, portador do CPF nº 059.706.514-43

com domicílio na cidade de MACAPARANA, no Estado de PERNAMBUCO

onde resido na (Rua/Avenida/Estrada) RUA PEDRO VAZ FERREIRA PAIVA, nº 43 A

complemento —, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a vítima

ANA PAULA DE ANDRADE ARAÚJO, cujo o condutor era

WILLIAMMS PAULO DE ARAÚJO

Veículo: MOTOCICLETA Modelo: POP Ano: 2017

Placa: PCH-6740 Chassi: 9C2JB0100HR520015

Data do Acidente: 01/05/19

Local e Data: MACAPARANA, 07 DE AGOSTO DE 2019

Vair de Andrade Moraes Neto

Assinatura do Declarante

Williamms Paulo de Araújo

Assinatura do Condutor

( caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro )

**CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO** CESAR AUGUSTO DE FIGUEIREDO PEDROSA, Analista e Registrador  
FUNDOS DE INVESTIMENTO, 4020-1596, Centro, CEP: 54060-000, Fone: (41) 9912-2710, Alameda - Foz de Iguaçu, Paraná

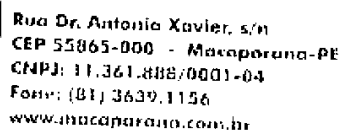
Recebi para Autenticidade a firma de VAIR DE ANDRADE MORAES NETO  
em Macaparana-PE, 16/08/2019 11:45:43. Em testemunho da  
fidelidade CESAR AUGUSTO DE FIGUEIREDO PEDROSA - TABELADO  
Em 13/09, FENR R\$ 0,00 FERC R\$ 0,40 Total  
R\$ 0,40 Total 4,38 - 613:0074418162706201901.01546 - Consulte autenticidade em  
[a.tipe.jus.br/sefodigital](http://a.tipe.jus.br/sefodigital)

**CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO** CESAR AUGUSTO DE FIGUEIREDO PEDROSA, Analista e Registrador  
FUNDOS DE INVESTIMENTO, 4020-1596, Centro, CEP: 54060-000, Fone: (41) 9912-2710, Alameda - Foz de Iguaçu, Paraná

Recebi para Autenticidade a firma de WILLIAMMS PAULO DE ARAÚJO  
em Macaparana-PE, 16/08/2019 11:46:16. Em testemunho da  
fidelidade CESAR AUGUSTO DE FIGUEIREDO PEDROSA - TABELADO  
Em 13/09, FENR R\$ 0,00 FERC R\$ 0,40 Total 4,38 - 613:0074418162706201901.01547 - Consulte







Unidade Mista Joaquim Francisco de Melo Cavalcanti

Nome do Paciente: Paulo Roberto de Souza Neto

Destino: Hof (Atención)

Senha: 5674780

Diagnóstico: Inf. No T. 4 Am 2-10-1960 0.406

## REMOÇÃO

Motivo (Registro Detalhado)

July 2 to July 10 (Wed 9), Red on  
for 10 days a total - 10 for 10 days a total. 5 a total

Assinatura do Médico

Nº do CRM

Date: 11 / 15 / 14

**Hora da Saída:**

07.165.026/0001-39  
PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MACAPÁ/ARANA

União Mista Joaquim Francisco  
de Melo Cavalcanti  
Rua Dr. Antonio Xavier, 594  
Alicaparana-PE  
55665-000

**Unid. Mista Joaquim Francisco de Melo Cavalcanti**







Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco  
Hospital Otávio de Freitas

Nome: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO  
Sexo: FEMININO  
Mão: MÃE: MARIA ELIZABETE DE ANDRADE  
Endereço: AVENIDA TOAD FRANCISCO, N.º 35 - 35 BAIRRO: CENTRO - CIDADE: MACAPARANA - UF: PE  
Idade: 31 Anos 3 Meses 23 Dias  
Nasc: 18/03/1988  
CNS: 704809522143545  
Contatos: 81. 92430120 | Celular: 81.

Dados do Atendimento:

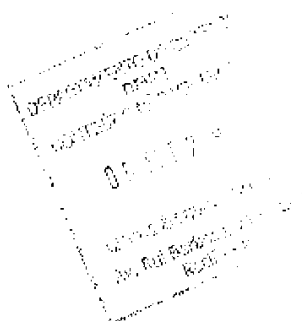
Data/Hora Atend.: 02/05/2019 13:33  
Prontuário: 281767  
Nº. Atendimento: 3327928  
Serviço: ORTOPEDIA E

Enfermaria/Leito:  
TRAUMATOLOGIA POSTO I-02-03

Médico:  
DILAMAR MOREIRA PINTO

DESCRIÇÃO CIRÚRGICA DETALHADA

AVISO DE CIRURGIA:	DATA AVISO CIRURGIA:	ATENDIMENTO:	CÓDIGO PACIENTE:
		03327928	00281767
NOME DO PACIENTE:			SITUAÇÃO CIRURGIA:
ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO			COM CEC: COM ROBÓTICA:
TIPO DE ANESTESIA:			
BLOQUEIO PLEXO BRAQUIAL			
CID FINAL:			
FRATURA DAS DIAFISES DO RADIO E DO CUBITO [ULNA] - S524			
Procedimento			
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DIAFISARIA DE AMBOS OS OSSOS DO ANTEBRAÇO (C/ SINTESE) - 0408020423			
Material:			
DATA / HORA INICIAL:	DATA / HORA FINAL:		
03/05/2019 15:50	03/05/2019 17:10		
DESCRIÇÃO DA CIRURGIA:			
CIRURGIÃO: ROBERTO WANDERLEY 1 AUX: EDUARDO KRUG ANESTESISTA: DIOGO TORRES			
1. ASSEPSIA + ANTISSEPSIA 2. APOSEIÇÃO DOS CAMPOS CIRÚRGICOS 3. INCISÃO LONGITUDINAL EM BORDO ULNAR EM ANTEBRAÇO DIREITO 4. ABERTURA POR PLANOS COM EXPOSIÇÃO DE FOCO DE FRATURA ULNAR DIREITA 5. LIMPEZA EXAUSTIVA DE FOCO DE FRATURA COM SF 0,9% + DESBRIDAMENTO DE TECIDOS DESVITALIZADOS 6. SINTESE POR PLANOS COM MONONYLON 3,0 7. CURATIVO 8. TALA AXILO-PALMAR 9.			
OBS.: FERIMENTO E HEMATOMA COM ASPECTO INFECCIOSO. APÓS EXPLORAÇÃO, CONSTATADA EXPOSIÇÃO APENAS DA ULNA DIREITA NÃO UTILIZADO FIXADOR EXTERNO PELA FALTA DO FIXADOR EXTERNO PARA ANTEBRAÇO			



Hospital Otávio de Freitas - CNES: 426 - CNPJ: 10.572.048/0004-70  
Rua Aprígio Guimarães, s/nº - Tejupió - Recife/PE CEP: 50.920-640 Fone: (81) 3182.8500







Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco  
Hospital Otávio de Freitas

Nome: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO  
Sexo: FEMININO  
Mão: MARIA ELIZABETE DE ANDRADE  
Endereço: AVENIDA JOAO FRANCISCO, N.º 35 - 35 BAIRRO: CENTRO - CIDADE: MACAPARANA - UF: PE  
Idade: 31 Anos 3 Meses 23 Dias  
CNS: 704809522143545  
Contatos: 81. 92430120 | Celular: 81.

Dados do Atendimento:

Data/Hora Atend.: 02/05/2019 13:33  
Prontuário: 281767  
Nº. Atendimento: 3327928  
Serviço: ORTOPEdia E

Enfermaria/Letto:

TRAUMATOLOGIA POSTO I-07-03

Médico:

DILAMAR MOREIRA PINTO

CIRURGIA PROPOSTA:

TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA EXPOSTA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO DIREITO

CIRURGIA REALIZADA:

TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA EXPOSTA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO DIREITO

DIAGNOSTICO INICIAL:

FRATURA EXPOSTA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO DIREITO

DIAGNOSTICO CIRURGICO:

FRATURA EXPOSTA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO DIREITO

INTERCORRÊNCIA:

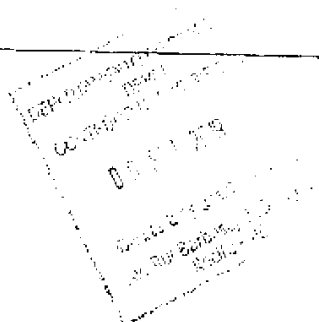
NDN

ÓRTESE E PRÓTESE:

NÃO UTILIZADO  
FIXADOR EXTERNO PARA ANTEBRAÇO INDISPONÍVEL

NOME DO MÉDICO: DILAMAR MOREIRA PINTO

LIBERA AVISO DE CIRURGIA PARA CONFIRMAÇÃO



Hospital Otávio de Freitas - CNES: 426 - CNPJ: 10.572.048/0004-70  
Rua Aprígio Guimarães, s/nº - Tel: (81) 3192.8500 - Recife/PE CFP: 50.920-640 Fone: (81) 3192.8500







**HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS  
SES/PE**



**RELATÓRIO DA OPERAÇÃO**

NOME DO PACIENTE: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO		Nº DO REGISTRO: 281767
CLÍNICO: ORTOPEDISTA		Nº DO LEITO: 2-1
OPERADOR: DR EDUARDO QUEIROZ		
1º ASSISTENTE: DR ULYSSES BARBOSA	2º ASSISTENTE: DR RICARDO VILLAR	
INSTRUMENTADOR:	ANESTESISTA: DR OMAR	
ANESTESIA: BLOQUEIO + SEDAÇÃO	DURAÇÃO:	
DATA DA OPERAÇÃO: 13/05/19	INÍCIO:	FIM:
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: FRATURA DE OSSOS DO ANTEBRAÇO DIREITO		
DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO: O MESMO		
OPERAÇÃO PROPOSTA: TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DE OSSOS DO ANTEBRAÇO		
OPERAÇÃO REALIZADA: CIRURGIA SUSPensa NO INTRA-OPERATÓRIO DEVIDO A CONDIÇÕES CLÍNICAS		

**DESCRIÇÃO DO ATO OPERATÓRIO**

1. PACIENTE EM DDH SOB ANESTESIA
2. POSICIONAMENTO DE GARROTE PNEUMÁTICO
3. ASSEPSIA E ANTIASSEPIA
4. INCISÃO DE HENRY EM ANTEBRAÇO DIREITO
5. DIVULSAO POR PLANOS
6. SUTURA POR PLANOS
7. CURATIVO COMPRESSIVO
8. RETIRADA DE GARROTE
9. APOSIÇÃO DE TALA AXILO-PALMAR
10. A SRA

OBS: PACIENTE APRESENTOU COMPLICAÇÕES ANESETESIOLÓGICAS DURANTE O PROCEDIMENTO CIRÚRGICO QUE SE ESTENDERAM POR MAIS DE 40 MINUTOS. OPTADO POR FECHAMENTO DE FERIDA OPERATÓRIA E REALIZAÇÃO DE CIRURGIA POSTERIORMENTE DEVIDO AO RISCO QUE AS COMPLICAÇÕES TRARIAM À PACIENTE A AO RESULTADO DA CIRURGIA.







HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS  
SES/PE



RELATÓRIO DA OPERAÇÃO

NOME DO PACIENTE: ANA PAULA DE ANDRADE ARAÚJO		Nº DO REGISTRO: 281767
CLÍNICO: ORTOPEDISTA		Nº DO LEITO: 07-03
OPERADOR: DR EDUARDO QUEIROZ		
1º ASSISTENTE: DR ULYSSES BARBOSA	2º ASSISTENTE: DRA MONICA / DR ARTUR	
INSTRUMENTADOR:	ANESTESISTA: DR OMAR	
ANESTESISTA: GERAL + BLOQUEIO	DURAÇÃO:	
DATA DA OPERAÇÃO: 20/05/2019	INÍCIO:	FIM:
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: FRATURA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO DIREITO		
DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO: O MESMO		
OPERAÇÃO PROPOSTA: TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO		
OPERAÇÃO REALIZADA: A MESMA		

DESCRIÇÃO DO ATO OPERATÓRIO

1. DECUBITO DORSAL SOB ANESTESIA + GARROTE DE MSD
2. ASSEPSIA + ANTISSEPÇÃO + APOSIÇÃO DE CAMPOS
3. INCISÃO VOLAR SOB INCISÃO PREVIA PARA ACESSO A FRATURA DE RÁDIO + ABERTURA POR PLANOS
4. REDUÇÃO DA FRATURA
5. APOSIÇÃO DE PLACA E PARAFUSOS
6. INCISÃO ULNAR SOB INCISÃO PRÉVIA PARA ACESSO A FRATURA DA ULNA + ABERTURA POR PLANOS
7. REDUÇÃO DA FRATURA
8. APOSIÇÃO DE PLACA E PARAFUSOS
9. VISUALIZADO BOA REDUÇÃO SOB RADIOSCOPIA
10. LAVAGEM COM SF 0,9%
11. SUTURA POR PLANOS
12. CURATIVO
13. TALA AXILO PALMAR
14. RETIRADO O GARROTE
15. PULSOS E PERFUSÃO NORMAIS

EMPRESA:	MATERIAL USADO:
ORTOMÉDICA	02 PLACAS DCP 3,5
PARAFUSOS	12 PARAFUSOS CORTICAIS

Mônica Magalhães  
Médica  
CRM-PE 26962





Atendimento: 3327928

Dt Atendimento: 02/05/2019 - 13:33

Dt Alta: 22/05/2019 - 12:14

Paciente: 281767 ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

Serviço: 37 ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

Convênio: 1 SUS - INTERNACAO

Leito: 128 TRAU 07-03 - POSTO I

Plano: 1 PLANO UNICO

Motivo Alta: 5 ALTA COM PREVISAO DE RETORNO P

Usuário: JULIAFS

Diretor Clínico:

CID: S524 FRATURA DAS DIAFISES DO RADIO E DO CUBITO [ULNA]

Procedimento de Alta: - Procedimento não Informado

Observação de Alta:

SOULMV - SIMPLES E COMPLETO







SES  
HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS

Pernambuco End. Rua Aprigio Guimarães S/N Tejipió-Recife-PE PABX 3182-8500

## RECEITUÁRIO/REQUISIÇÃO DE EXAMES

Nome: Dr. Paulo de S. Mello Registro: \_\_\_\_\_

Clínica: \_\_\_\_\_ Procedência: \_\_\_\_\_

Um mês

paciente vítima de acidente  
de trânsito em 01/05/2020  
0.25.

teve fraturas do antebraço  
direito. foi realizado o tratamento  
e mobilização imediata

0125520

Dr. Paulo S. Mello  
Ortopedista  
CRM-PE 110745

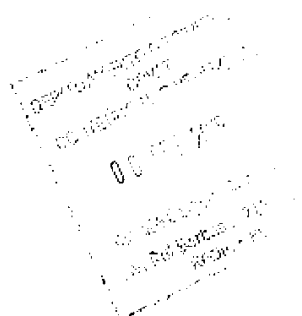
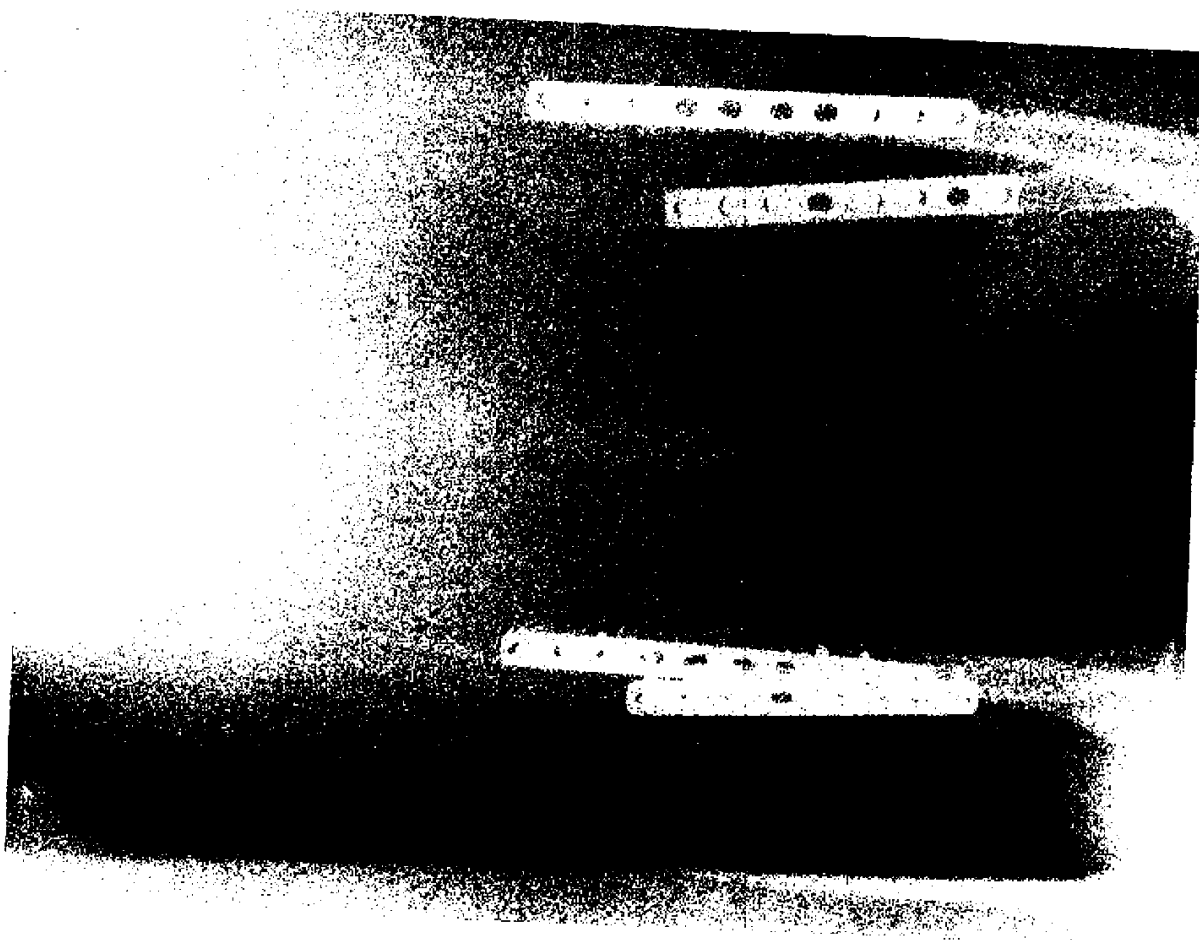
Data: 21/06/20

Médico CRM

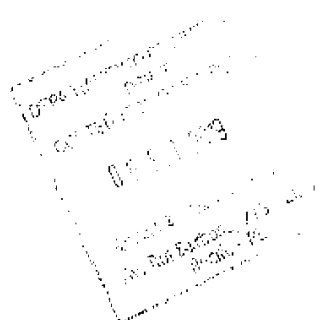
075-HOF















Assinado eletronicamente por:  
ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR  
Data: 07/07/2020  
Hora: 15:09:55







Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 07/07/2020 15:09:55  
https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070715095508500000063103644  
Número do documento: 20070715095508500000063103644



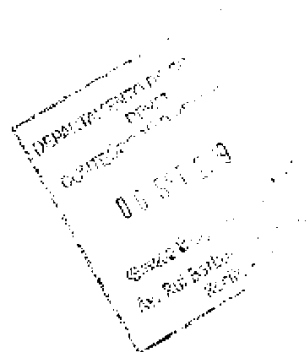
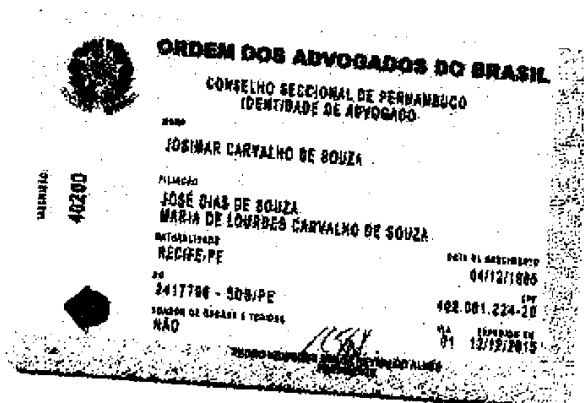
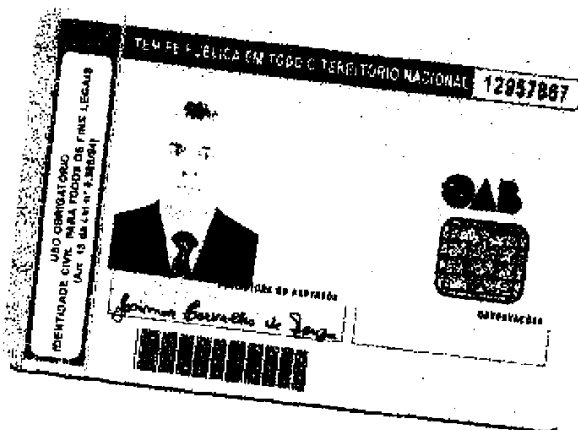


NOME: 6.559.534  
 DATA DE NASCIMENTO: 29/08/2017  
 ENDEREÇO: << ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO >>  
 << PAULO DE ARAUJO >>  
 << MARIA ELIZABETE DE ANDRADE >>  
 MACAPARAUA - PE  
 093.803.654-89  
 18/03/1988  
 MACAPARAUA-PE 17/08/2007 >>  
 ASSINADO ELETRONICAMENTE POR: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR  
 DATA: 07/07/2020 15:09:55

06R03  
 ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO  
 06R03

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR:  
 ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR  
 DATA: 07/07/2020 15:09:55  
 Nº. 06R03







## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

Seguradora Líder em  
Condições de Seguro DPVAT

### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0309813/19

Vítima: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

CPF: 093.803.654-89

Seguradora: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS

Data do acidente: 01/05/2019

Titular do CPF: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

CPF de: Própria

### DOCUMENTOS ENTREGUES

#### Sinistro

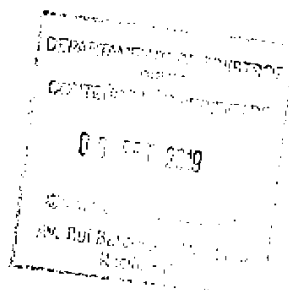
Boletim de ocorrência  
Comprovação de registro de acidente declarado  
Declaração de Inexistência de IML  
Declaração do Proprietário do Veículo  
Documentação médico-hospitalar  
Documentos de identificação  
Outros

JOSIMAR CARVALHO DE SOUZA : 402.061.224-20

Comprovante de residência  
Declaração Circular SUSEP 445/12  
Documentos de identificação  
Procuração

ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO : 093.803.654-89

Autorização de pagamento  
Comprovante de residência



### ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue 0800-0221204.
- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de cancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação entregue

Data da entrega: 06/09/2019  
Nome: JOSIMAR CARVALHO DE SOUZA  
CPF: 402.061.224-20

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 06/09/2019  
Nome: JULIANA BEZERRA DE LUNA  
CPF: 114.202.964-69

JOSIMAR CARVALHO DE SOUZA

JULIANA BEZERRA DE LUNA





## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

Número: 3190520560

Cidade: Macaparana

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

Data do acidente: 01/05/2019

Seguradora: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 24/09/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA DIAFISÁRIA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO DIREITO.(PAG.03.04.05)

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO ( OSTEOSSÍNTESE + DEBRIDAMENTOS)(PAG.02)

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DE MOVIMENTOS DO MEMBRO SUPERIOR DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Documento/Motivo:

Nome do documento  
faltante:

Apontamento do Laudo  
do IML:

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DÉFICIT FUNCIONAL LEVE DE MEMBRO SUPERIOR DIREITO.

Documentos  
complementares:

Observações:

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros superiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
Total			17,5 %	R\$ 2.362,50





**PROCURAÇÃO**

**OUTORGANTE(S):** ANA PAULA DE ANDRADE ARAÚJO, brasileira, solteira, RG nº 6.559.534 -- SDS/PE, inscrita no CPF (MF) sob o nº 093.803.654-89, residente na Travessa Gease Alves Silva, nº 35, Centro, Macaparana/PE. CEP 55.865-000

**OUTORGADO: JOSIMAR CARVALHO DE SOUZA**, brasileiro, casado, RG nº 2.417.796 - SDS/PE, inscrito no CPF sob o nº 402.061.224-20, com endereço profissional sito à rua Matias de Albuquerque, nº 223, sala 804, Edf. Bancomércio, Stº Antônio, Recife, PE.

**PODERES:** Pelo presente instrumento particular de procuração, o(s) outorgante(s) acima qualificado(s), nomeia(m) e constitui(em) como seu(s) bastante(s) procurador(a)(s), (a)(s) outorgado(a)(s) também qualificado(a)(s), para representá-lo(a)(s) no que diz respeito ao recebimento da indenização do seguro DPVAT (Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre).

**OBS.:** É de responsabilidade do outorgante a veracidade das informações prestadas e documentos apresentados e disponibilizados ao outorgado.

Recife/PE, 20 de agosto de 2019.

Ara Paula de Andrade Araújo  
OUTORGANTE

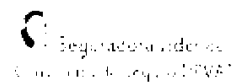
**CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO** CENSO AUGUSTO DE OLIVEIRA DE PEDREIRA, L. Vianini e Registrador  
 1.º andar do edifício, Rua de São José, 100 - Centro - 41160-000 - Salvador, BA - 24 horas de atendimento  
 Recife, MA, Curitiba, SP, São Paulo, RJ, 35999-000, Fone: (011) 9999-9999, Maceió, Al, 52000-000, Fone: (011) 9999-9999

Assinatura por Autenticidade: A Firma de ANA PAULA DE ANDRADE  
 886303 Magalhães-PE, 22/08/2019 08:50:41. Em testemunho  
 da TABELA. CESAR RUIZATO DO FONSECA PEDREIRA  
 TABELA. Erol3.99, TSNR R\$ 0,30 FERC  
 R\$ 0,40 TOTAL 0,70 Valor:070440.LS00001901.0167? Consulte a  
 autenticidade em [www.tipei.us.br/selodigital](http://www.tipei.us.br/selodigital)

[illegible]



## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0309813/19

Número do Sinistro: 3190520560

Vítima: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

CPF: 093.803.654-89

Seguradora: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS

Data do acidente: 01/05/2019

CPF de: Próprio

Titular do CPF: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

### DOCUMENTOS ENTREGUES

#### Sinistro

Comprovação de registro de acidente declarado

### ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação entregue

Data da entrega: 17/09/2019  
Nome: JOSIMAR CARVALHO DE SOUZA  
CPF: 402.061.224-20

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 17/09/2019  
Nome: Marta Marinho dos Santos  
CPF: 492.294.514-87

JOSIMAR CARVALHO DE SOUZA

Marta Marinho dos Santos







Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 09 de Setembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190520560

Vítima: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

Data do Acidente: 01/05/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: JOSIMAR CARVALHO DE SOUZA

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

<b>Comprovação de registro de acidente declarado</b>	Apresentar a cópia simples de documento que contenha o nome completo da vítima e confirme o acidente declarado, tais como, atendimento pelo Corpo de Bombeiros, Anjos do Asfalto ou SAMU, Inquérito Policial, Laudo de Necropsia, e/ou Boletim de Primeiro Atendimento Médico, com a indicação dos procedimentos adotados, pois o registro de ocorrência policial entregue foi efetuado apenas com base na declaração do interessado, sem a presença da autoridade policial no momento do acidente.
--	---

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Pag. 01759/01760 - carta\_03 - INVALIDEZ

00010880



Carta nº 14761509







Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

**Rio de Janeiro, 06 de Outubro de 2019**

**Nº do Pedido do**

**Seguro DPVAT: 3190520560**

**Vítima: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO**

**Data do Acidente: 01/05/2019**

**Cobertura: INVALIDEZ**

**Procurador: JOSIMAR CARVALHO DE SOUZA**

**Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO**

**Senhor(a), ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO**

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 2.362,50

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros superiores 70%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 70%) 17,50%

Valor a indenizar: 17,50% x 13.500,00 = R\$ 2.362,50

Recebedor: **ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO**

Valor: **R\$ 2.362,50**

Banco: **001**

Agência: **000002257-8**

Conta: **000010019507-5**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: [www.seguradoralider.com.br/recomeco](http://www.seguradoralider.com.br/recomeco).

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você







Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 09 de Setembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190520560

Vítima: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

Data do Acidente: 01/05/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: JOSIMAR CARVALHO DE SOUZA

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Carta nº 14917009

Pag. 00569/00570 - carta\_01 - INVALIDEZ

00330285





# PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura:

☐

DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES)

☒

INVALIDEZ PERMANENTE

☐

MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL:

3 - CPF da vítima:

093.803.654-89

4 - Nome completo da vítima:

ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo:

ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

7 - Profissão:

DO LAR

8 - Endereço:

TRAVESSA GEASE ALVES SILVA

6 - CPF:

093.803.654-89

11 - Bairro:

CENTRO

12 - Cidade:

MACAPARANA

9 - Número:

35

10 - Complemento:

CASA

15 - E-mail:

13 - Estado:

PE

14 - CEP:

55.865-000

16 - Tel.(DDD):

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal:

18 - CPF do Representante Legal:

19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:

☒

RECUSO INFORMAR

☐

SEM RENDA

☐

R\$1,00 A R\$1.000,00

☐

R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00

☐

R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00

☐

ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS:

☒

BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO

☐

REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

22 - CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção):

☐

Bradesco (237)

☐

Itaú (341)

☒

Banco do Brasil (001)

☐

Caixa Econômica Federal (104)

☐

CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO:

AGÊNCIA:

2257

8

CONTA:

19507

3

AGÊNCIA:

CONTA:

Autorizo a Seguradora Lider a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

☒

Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou

☐

O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou

☐

O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Lider para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes do acidente de trânsito, conforme Lei 5.194/74 art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia com ordinação com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar laudo discordante do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima:

☐

Solteiro

☐

Casado (no Civil)

☐

Divorciado

☐

Separado judicialmente

☐

Viúvo

24 - Data do óbito da vítima:

25 - Grau de Parentesco com a vítima:

26 - Vítima deixou companheiro(a):

☐

Sim

☐

Não

27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos?

☐

Sim

☐

Não

29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos:

30 - Vítima deixou nascituro (nascituros)?

☐

Sim

☐

Não

31 - Vítima teve irmãos?

☐

Sim

☐

Não

32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos:

33 - Vítima deixou pais/avós vivos?

☐

Sim

☐

Não

Estou ciente de que a Seguradora Lider pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte a aqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando em plena posse de qualquer obrigação ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34 - Assinatura de quem assina a rogo/a pedido

35 - Nome legível de quem assina a rogo/a pedido

36 - CPF legível de quem assina a rogo/a pedido

37 - (\*) Assinatura de quem assina a rogo/a pedido

38 - 1ª Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

39 - 2ª Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data: MACAPARANA, 07 DE AGOSTO DE 2019

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante): Ana Paula de Andrade Araujo

43 - Assinatura do Procurador (se houver): Joana Carolina de Souza

Assinatura do Representante Legal (se houver)





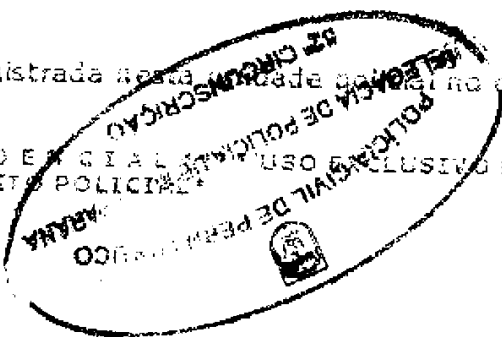
546249  
0309813/19

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLICIA DA 13ª CIRCUNSCRIÇÃO - MACAPARANA -  
DEPARTAMENTO INTERMUNICIPAL DE SECC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA (COMPLETO)  
Nº. 19E0142000565

Ocorrência registrada nesta Delegacia de Polícia no dia 12/07/2019 às 16:32

\*\*\* CONFIDENCIAL \*\*\* USO EXCLUSIVO PARA INVESTIGAÇÃO E/OU INQUÉRITO POLICIAL



Ocorrência nº

**NOTÍCIA - ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culpeiro (Consumado):**

Data: 15/07/2019 Hora: Não

Informante: NÃO INFORMADO

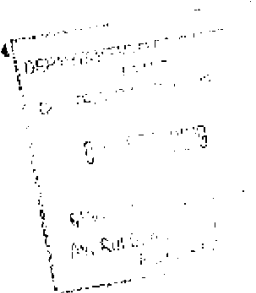
Localização: MUNICÍPIO DE MACAPARANA, 1. RUA NOVA,  
333-335 CENTRO, MACAPARANA, PERNAMBUCO, BRASIL  
Tipo de Via: VIA PÚBLICA

Envolvidos:

Qualidade: VÍTIMA  
Nome: ANDRÉ DE OLIVEIRA  
Data de Nascimento: 12/07/1982  
Local de Nascimento: PERNAMBUCO, BRASIL

Objetos:

Veículo: FORD FALCON 2000, cor preta, placa: JAI-00000, proprietário: JAIRO DE  
ANDRADE MORAES NETO, endereço: RUA WILLIAMMS PAULO DE  
ARAUJO



Envolvidos:

ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO (presente no plantão), sexo FEMININO,  
Data de Nascimento: 12/07/1982, HETEROSSEXUAL, cor preta, placa: JAI-00000, proprietário: JAIRO DE  
ANDRADE MORAES NETO, endereço: RUA WILLIAMMS PAULO DE ARAUJO, 12/07/1982, HETEROSSEXUAL, NÃO INFORMADO,  
PERNAMBUCO, BRASIL  
Data de Nascimento: 12/07/1982, HETEROSSEXUAL, cor preta, placa: JAI-00000, proprietário: JAIRO DE  
ANDRADE MORAES NETO, endereço: RUA WILLIAMMS PAULO DE ARAUJO, 12/07/1982, HETEROSSEXUAL, NÃO INFORMADO,  
PERNAMBUCO, BRASIL

07/08/2019 10:12





Nome do Autor: \_\_\_\_\_

Endereço: 32, Avenida FORTE, JARDIM PARDAL, 500, JARDIM CASTANHO

Endereço: OUTRO

Endereço: SEM DEFICIÊNCIAS

Endereço: 35, RUA GEAS ALVES DA SILVA, 55000-000, CENTRO, MACAPARANA, PERNAMBUCO, BRASIL

WILLIANES PAULO DE ARAUJO (não presente no plantão) Sexo: MASCULINO, Estado Civil: NÃO INFORMADO, Data de Nascimento: 13/2/1989, Nacionalidade: NÃO INFORMADO, PERNAMBUCO, BRASIL, Nascimento: NÃO INFORMADO, Nascimento: NÃO INFORMADO

Endereço: \_\_\_\_\_

Endereço: 30, Avenida DESCONHECIDO, 55000-000, CENTRO, MACAPARANA, PERNAMBUCO, BRASIL

Endereço: OUTRO

Endereço: SEM DEFICIÊNCIAS

Endereço: 35, RUA GEAS ALVES DA SILVA, 55000-000, CENTRO, MACAPARANA, PERNAMBUCO, BRASIL

JAIR DE ANDRADE MORAES NETO (não presente no plantão) Sexo: MASCULINO, Estado Civil: NÃO INFORMADO, Data de Nascimento: 13/2/1989, Nacionalidade: NÃO INFORMADO, PERNAMBUCO, BRASIL, Nascimento: NÃO INFORMADO, Nascimento: NÃO INFORMADO

Endereço: \_\_\_\_\_

Endereço: DESCONHECIDO, 55000-000, CENTRO, MACAPARANA, PERNAMBUCO, BRASIL

Endereço: OUTRO

Endereço: SEM DEFICIÊNCIAS

Endereço: 35, RUA PEDRO VAZ FERREIRA DA SILVA, 55000-000, CENTRO, MACAPARANA, PERNAMBUCO, BRASIL

Objetos

VEICULO (VEICULO)

Endereço: 35, RUA PEDRO VAZ FERREIRA DA SILVA, 55000-000, CENTRO, MACAPARANA, PERNAMBUCO, BRASIL

Endereço: 35, RUA PEDRO VAZ FERREIRA DA SILVA, 55000-000, CENTRO, MACAPARANA, PERNAMBUCO, BRASIL

Endereço: 35, RUA PEDRO VAZ FERREIRA DA SILVA, 55000-000, CENTRO, MACAPARANA, PERNAMBUCO, BRASIL

Complementos

A VITIMA INFORMA QUE TRAFEGAVA NA GARUPA DA REFERIDA MOTO QUANDO TEVE UM MAL SUBITO VINDO A CAIR, TENDO A FRATURA EXPOSTA NO ANTE BRAÇO DIREITO.

S.O. requerido por DEVIDO ZEFERINO MAIA DANIEL - NAT. 208.651-4

Ana Paula de Souza de Araújo

07/07/2020 15:09







GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLICIA DA 052ª CIRCUNSCRIÇÃO - MACAPARANA - DP52ªCIRC  
DINTER1/11ªDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA (COMPLETO)  
Nº. 19E0142000565

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **12/07/2019** às **16:32**

**\*\*\* CONFIDENCIAL \*\*\*** USO EXCLUSIVO PARA INVESTIGACAO E/OU INQUERITO  
POLICIAL\*

#### Ocorrência

Natureza: **ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposo (Consumado)**

Data **11/5/2019** Hora **Noite**

Motivação: **NÃO INFORMADO**

Endereço do fato: **MUNICIPIO DE MACAPARANA, 1, RUA NOVA, 55000-000 CENTRO, MACAPARANA, PERNAMBUCO, BRASIL**

Lugar do fato: **VIA PUBLICA**

#### Envolvidos:

WILLIAMMS PAULO DE ARAUJO (AUTOR / AGENTE)

JAIR DE ANDRADE MORAES NETO (OUTRO)

ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO (VÍTIMA)

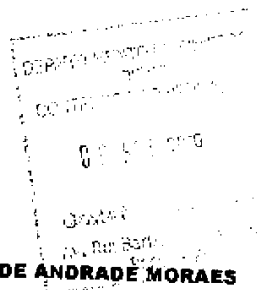
#### Objetos:

VEICULO: MOTOCICLETA (usado na geração da ocorrência)

NETO

- Utilizado por: **WILLIAMMS PAULO DE ARAUJO**

- Proprietário: **JAIR DE ANDRADE MORAES**



#### Envolvidos

**ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO (presente no plantão)** Sexo: **FEMININO**, Orientação Afetivo-sexual: **HETEROSSEXUAL**, Identidade Afetivo-sexual: **HETEROSSEXUAL**, Mãe: **MARIA ELIZABETE DE ANDRADE**, Pai: **PAULO DE ARAUJO**; Nascimento: **18/3/1988**; Nacionalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**  
Documentos: **8559534/SDS/PE (RG)**, **09380365489 (CPF)** Estado Civil: **NAO INFORMADO**; Escolaridade: **NAO INFORMADO**; Profissão: **NAO INFORMADO**

#### Características Físicas:

Idade aparente: **32**; Aparência: **FORTE**; Cor da pele: **PARDA**; Cor dos olhos: **CASTANHO**

Particularidade: **OUTRO**

Pessoa com Deficiência: **SEM DEFICIÊNCIAS**

Endereço Residencial: **MUNICIPIO DE MACAPARANA, 35; RUA GEASI ALVES DA SILVA; 55000-000; CENTRO; MACAPARANA; PERNAMBUCO; BRASIL**





**WILLIAMMS PAULO DE ARAUJO** (não presente ao plantão) Sexo: **MASCULINO**; Orientação Afetivo-sexual: **NÃO INFORMADO**; Identidade Afetivo-sexual: **NÃO INFORMADO**; Mãe: **MARIA ELIZABETE DE ANDRADE**; Pai: **PAULO DE ARAUJO**; Nascimento: **13/2/1989**; Naturalidade: **NÃO INFORMADO** / **PERNAMBUCO** / **BRASIL**; Estado Civil: **NÃO INFORMADO**; Escolaridade: **NÃO INFORMADO**; Profissão: **NÃO INFORMADO**

Características Físicas:

Idade aparente: **31**; Aparência: **DESCONHECIDO**; Cor da pele: **DESCONHECIDA**; Cor dos olhos: **DESCONHECIDO**;

Peculiaridade: **OUTRO**

Pessoa com Deficiência: **SEM DEFICIÊNCIAS**

Endereço Residencial: **MUNICIPIO DE MACAPARANA, 35; RUA GEASE ALVES DA SILVA; 55000-000; CENTRO; MACAPARANA; PERNAMBUCO; BRASIL**

**JAIR DE ANDRADE MORAES NETO** (não presente ao plantão) Sexo: **MASCULINO**; Orientação Afetivo-sexual: **NÃO INFORMADO**; Identidade Afetivo-sexual: **NÃO INFORMADO**; Mãe: **NÃO INFORMADO**; Nascimento: **NÃO INFORMADO**; Naturalidade: **NÃO INFORMADO** / **PERNAMBUCO** / **BRASIL**; Estado Civil: **NÃO INFORMADO**; Escolaridade: **NÃO INFORMADO**; Profissão: **NÃO INFORMADO**

Características Físicas:

Aparência: **DESCONHECIDO**; Cor da pele: **DESCONHECIDA**; Cor dos olhos: **DESCONHECIDO**; Cor dos cabelos: **DESCONHECIDO**;

Peculiaridade: **OUTRO**

Pessoa com Deficiência: **SEM DEFICIÊNCIAS**

Endereço Residencial: **MUNICIPIO DE MACAPARANA, 43; RUA PEDRO VAZ FERREIRA PAIVA; 55000-000; CENTRO; MACAPARANA; PERNAMBUCO; BRASIL**

#### Objetos

##### MOTOCICLETA (VEICULO)

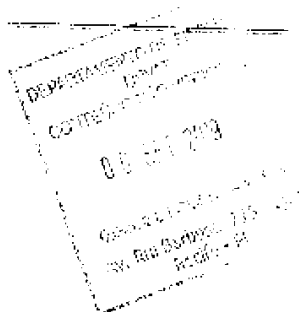
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA / HONDA / POP 100** - Objeto apreendido: **Não**  
Número de Série: **NÃO INFORMADO** Cor: **NÃO INFORMADO** Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**  
Valor Unitário: **(MOEDA NÃO INFORMADA)**

Placa: **PCH6710** (PERNAMBUCO / NÃO INFORMADO)  
Ano Fabricação/Modelo: **2017 / 2017**

#### Complemento

**A VITIMA INFORMA QUE TRAFEGAVA NA GARUPA DA REFERIDA MOTO QUANDO TEVE UM MAL SUBITO VINDO A CAIR ,TENDO SOFRIDO FRATURA EXPOSTA NO ANTE BRAÇO DIREITO.**

B.O. registrado pelo policial: **ZEFERINO MAIA DANIEL - MAT. 208.651-4**





# PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura:

☐

DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES)

☒

INVALIDEZ PERMANENTE

☐

MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL:

3 - CPF da vítima:

093.803.654-89

4 - Nome completo da vítima:

ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo:

ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

7 - Profissão:

DO LAR

8 - Endereço:

TRAVESSA GEASE ALVES SILVA

6 - CPF:

093.803.654-89

11 - Bairro:

CENTRO

12 - Cidade:

MACAPARANA

9 - Número:

35

10 - Complemento:

CASA

15 - E-mail:

13 - Estado:

PE

14 - CEP:

55.865-000

16 - Tel.(DDD):

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal:

18 - CPF do Representante Legal:

19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:

☒ RECUSO INFORMAR

☐ SEM RENDA

☐ R\$1.00 A R\$1.000,00

☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00

☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00

☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS:

☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO

☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção):

☐ Bradesco (237)

☐ Itaú (341)

☒ Banco do Brasil (001)

☐ Caixa Econômica Federal (104)

☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO:

AGÊNCIA: 2257

8

CONTA: 19507

3

AGÊNCIA:

CONTA:

Autorizo a Seguradora Lider a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

☒ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou

☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou

☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Lider para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes do acidente de trânsito, conforme Lei 5.194/74 art. 3º, § 1º, declarando que esta autorização não significa prévia com omissão com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar laudo discordante do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima:

☐ Solteiro

☐ Casado (no Civil)

☐ Divorciado

☐ Separado judicialmente

☐ Viúvo

24 - Data do óbito da vítima:

25 - Grau de Parentesco com a vítima:

26 - Vítima deixou companheiro(a):

☐ Sim

☐ Não

27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos?

☐ Sim

☐ Não

29 - Se tinha filhos, informar Vivos:

Falecidos:

30 - Vítima deixou nascituro (nascituros)?

☐ Sim

☐ Não

31 - Vítima teve irmãos?

☐ Sim

☐ Não

32 - Se tinha irmãos, informar Vivos:

Falecidos:

33 - Vítima deixou pais/avós vivos?

☐ Sim

☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Lider pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte a aqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando o presente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

35 - Nome legível de quem assina a rogo/a pedido

36 - CPF legível de quem assina a rogo/a pedido

37 - (\*) Assinatura de quem assina a rogo/a pedido

38 - 1ª Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

39 - 2ª Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data: MACAPARANA, 07 DE AGOSTO DE 2019

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante): Ana Paula de Andrade Araujo

43 - Assinatura do Procurador (se houver): Jorgem Carvalho de Souza

Assinatura do Representante Legal (se houver)




**UNIDADE MISTA JOAQUIM FRANCISCO DE MELO CAVALCANTI**

**Declaração**

Declaro para os devidos fins que Ana Paula de Andrade Araújo, deu entrada nesta Unidade de Saúde no dia 01/05/2019, após queda de moto, apresentando fratura dos ossos do antebraço D.

Tendo sido transferido para o Hospital Otávio de Freitas.

Macaparana, 14 de agosto de 2019.

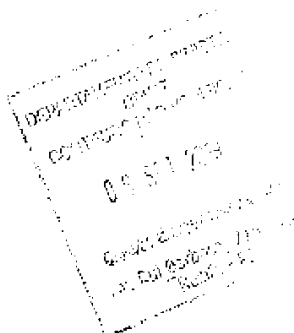
  
**Rinaldo Ribeiro de Azevedo**  
Médico  
CRM PE 19314

**Médico Plantonista**

**Unid. Mista Joaquim Francisco de Melo Cavalcanti**

**07.165.026/0001-39**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**DE MACAPARANA**

Unid. Mista Joaquim Francisco  
de Melo Cavalcanti  
Rua Dr. Antonio Xavier, S/N  
Macaparana-PE  
55865-000



**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACAPARANA**  
CNPJ/MF: 07.165.026/0001-39  
RUA DR. ANTÔNIO XAVIER, S/N, CENTRO.  
CEP: 55.865-000 – MACAPARANA  
<http://macaparana.pe.gov.br/portal/>







Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco  
Hospital Otávio de Freitas

Nome: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO  
Idade: 23 Anos 1 Mês 14 Dias  
Sexo: FEMININO  
Mão: MÃE  
CNS: 704809522143545  
Contatos: 81. 92430120 | Celular: 61.  
Masc: 18/03/1988  
Endereço: AVENIDA JOAO FRANCISCO, N.º 35 - 35 BAIRRO: CENTRO - CIDADE: MACAPARAUA - UF: PE

Dados do Atendimento:

Data/Hora Atendimento: 02/05/2019 01:24  
Prontuário: 281767  
Nº. Atendimento: 3327580  
Serviço: CIRURGIA

Enfermaria/Leito:

Médico: MEDICO PLANTONISTA

## Admissão

### Queixa Principal

DOR, SANGRAMENTO E IMPOTENCIA FUNCIONAL DO ANTEBRAÇO DIREITO

### História Clínica

REFERE ACIDENTE DE AUTO, APRESENTA FRATURA EXPOSTA DO ANTEBRAÇO DIREITO

### Exame Físico

DOR, SANGRAMENTO E IMPOTENCIA FUNCIONAL DO ANTEBRAÇO DIREITO

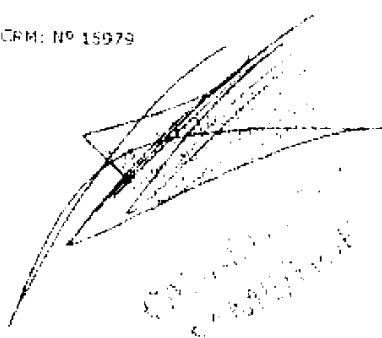
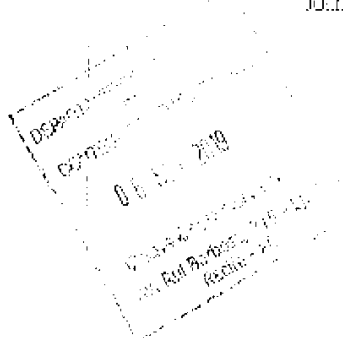
### Observações

RX. FR. LRA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO DIREITO

### Conduta

TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO ANTEBRAÇO DIREITO

JULIANO MACHADO ALVES DA SILVA CRM: Nº 15979



RECEBUE

02/05/19  
Gonçalves

RECEBUE

Hospital Otávio de Freitas - CNES: 425 - CNPJ: 10.572.048/0001-70  
Rua Aprígio Guimarães, s/nº - Tejipió - Recife/PE CEP: 50.920-840 Fone: (81) 3181.8500









# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

---

DATA DA TRANSFERENCIA: 30/09/2019

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 2.362,50

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

BANCO: 001

AGÊNCIA: 02257-8

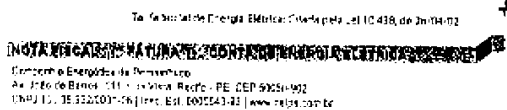
CONTA: 000010019507-5

---

Nr. da Autenticação 0A2C09AF48DC1B52







ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA:

CC-BY 4.0 International license

5500-2-0117

550,000

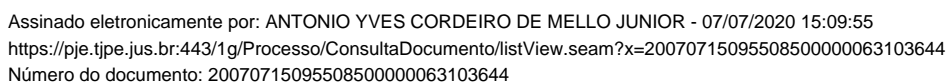
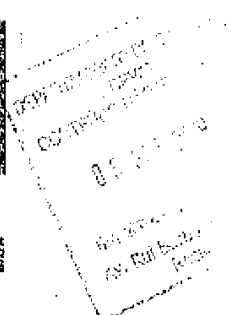
1203144612	95/2019
27/05/2019	18/06/2019
86 38	

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED

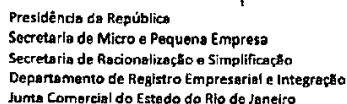
[illegible]

en 12

CONTROLE DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA									
Nº DO MEDIDOR	TÍPOLOGIA	DATA	LEITURA	DATA	LEITURA	Nº DE OMB	CONSTANTE	CLIENTE	CONSUMO (KWH)
100000	100	10/01/2000	100000	10/01/2000	100000	10	100000		100000

[illegible][illegible]





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL, QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

### Tree functions

**Sociedade anônima**

Porte Empresarial

Normal

**Nº do Protocolo**

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

**JUCERJA**

Último Arquivamento:

00003131303 - 18/12/2017

NIRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52D23-073D-4232-8033-7CC9943DA9DA

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00

**REQUERIMIENTO**

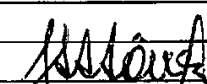
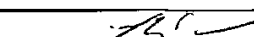
Ilmo Sr. Presidente da Junta Commercial do Estado do Rio de Janeiro

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

## Representante legal da empresa

Local	Nome:	 
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028473-6 Protocolo: 03-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4356AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 2/13



**JUDITH A.**  
 Associate Professor of English



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 07/07/2020 15:09:55  
<https://pje.tje.jus.br:443/1/g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070715095520500000063103646>  
 Número do documento: 20070715095520500000063103646

Num. 64293900 - Pág. 1



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.



**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: **(a) JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; **(b) HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FAA8220CFDE4356AFAD85ECF8FFD5CF69740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 3/13





Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

*Handwritten signatures and initials.*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149053 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F2336496AFDA80B1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 4/13



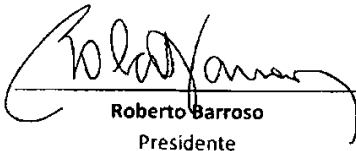


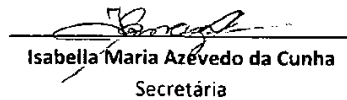
**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

**Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.**

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
**Roberto Barroso**  
Presidente

  
**Isabella Maria Azevedo da Cunha**  
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: CO-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 0033149053 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 5/13





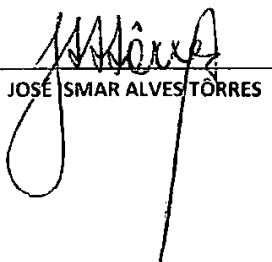
SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 0003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFADE5ECF6FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 0/13





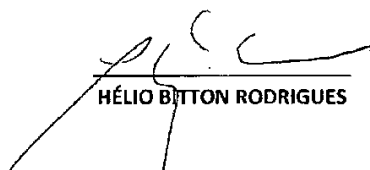
**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04**

**LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**TERMO DE POSSE**

**HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 09-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 10/13







## PORTARIA Nº 755, DE 21 DE JANEIRO 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSPEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Suspep, por meio da Portaria n.º 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Suspep 15414/619783/2017-04, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelas assembleias de ALTA SEGURADORA S.A. - MICROSEGURADORA, CNPJ n.º 23.694.721/0001-80, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de junho de 2017:

I - Aumento do capital social em R\$ 400.168,00, elevando-o para R\$ 5.153.583,81, dividido em 179.246.992 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Reverter que a parcela de R\$ 180.140,00 do aumento de capital subscrito deverá ser integralizada até 30 de junho de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

## PORTARIA Nº 756, DE 22 DE JANEIRO 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSPEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Suspep, por meio da Portaria n.º 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Suspep 15414/619783/2017-04, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de SEGURADORA LÍDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ n.º 09.248.608/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado no reunião do conselho de administração realizada em 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

## PORTARIA Nº 757, DE 21 DE JANEIRO 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSPEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Suspep, por meio da Portaria n.º 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o artigo 5º da Lei Complementar n.º 126, de 15 de janeiro de 2007 e o que consta do processo Suspep 15414/625816/2017-30, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de membro do comitê de auditoria de IRB BRASIL RESEGUROS S.A., CNPJ n.º 33.376.989/0001-91, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 26 de maio de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

## RETIFICAÇÃO

No artigo 1º da Portaria Suspep/Diorg n.º 721, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 3 de janeiro de 2018, página 188, seção 1, onde se lê: "... na reunião do conselho de administração realizada em 1º de novembro de 2017...", leia-se: "... na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017..."

Ministério da Indústria,  
Comércio Exterior e ServiçosINSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,  
QUALIDADE E TECNOLOGIA

## PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n.º 6.235, de 28 de novembro de 2007,

Considerando o Decreto Federal n.º 56.044, de 18 de maio de 1976, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 16, de 14 de janeiro de 2016, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2016, seção 01, página 46;

Considerando que o Inmetro ou entidade por ele acreditada, conforme o disposto no § 1º do art. 7º do Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, deve assegurar a adequação dos veículos e dos equipamentos rodoviários destinados a este fim;

Considerando a necessidade de submissão do Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP) pelo novo Certificado para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP), aplicável somente à modalidade de construção de tanques de carga rodoviários;

Considerando a necessidade de ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade aprovados pela Portaria Inmetro n.º 16/2016, resolve:

Art. 1º Firam aprovados os ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicados pela Portaria Inmetro n.º 16, de 14 de janeiro de 2016, conforme disposto no Anexo desta Portaria, disponibilizado no site [www.inmetro.gov.br](http://www.inmetro.gov.br) ou no endereço abaixo:

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

Diretoria de Avaliação da Conformidade - Dept. Rua Santa Alexandrina, n.º 416 - 5º andar - Rio Comprido

Cep 20.261-231- Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Ficam substituídos os Anexos A e D da Portaria Inmetro n.º 16/2016 pelos Anexos A e D anexos a esta Portaria.

Art. 3º Ficam incluídos na Portaria Inmetro n.º 16/2016 os Anexos F e G anexos a esta Portaria.

Art. 4º Ficam inseridos, no art. 4º da Portaria Inmetro n.º 16/2016, os seguintes parágrafos:

## SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

## CIRCULAR Nº 4, DE 21 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, torna públicas, conforme o conteúdo do Anexo, as propostas de modificação da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e da Tarifa Externa Comum em análise pelo Departamento de Negociação Internacional (DEINT), com o objetivo de colher subsídios para definição de posicionamento do governo brasileiro no âmbito da coordenação do Comitê Técnico nº 1, de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias, do Mercosul (CT-1).

1. Manifestações sobre as propostas deverão ser dirigidas ao DEINT por meio do Protocolo-Geral do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "A", Térreo, CEP 20033-900, Brasília (DF). As correspondências deverão fazer referência ao número desta Circular e ser encaminhadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Circular no Diário Oficial da União.

2. As informações relativas às propostas deverão ser apresentadas mediante o preenchimento integral do roteiro prévio, disponível na página deste Ministério na Internet, no endereço [http://www.mdic.gov.br/mae/REPORTORIO/Decreto/indicadores/CTC\\_2017/indicadores/indicadores.htm](http://www.mdic.gov.br/mae/REPORTORIO/Decreto/indicadores/CTC_2017/indicadores/indicadores.htm). O formulário também pode ser solicitado pelos telefones (61) 2027-7303 e 2027-7258 ou pelo endereço de correio eletrônico [CTC@mdic.gov.br](mailto:CTC@mdic.gov.br).

3. O acompanhamento sobre a análise das propostas poderá ser realizado por meio do endereço eletrônico <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/ctc/atividades/comercio-exterior-94/atividades-atividades.htm>.

4. Caso haja, posteriormente, ajustes de texto realizados pelos técnicos em nomeclatura do CT-1, eventuais manifestações a respeito devem ser encaminhadas a esta Secretaria mediante os procedimentos previstos nesta Circular.

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

## ANEXO

SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PROPOSTA
2917.20.00 - Ácidos policarboxílicos cíclicos, cíclicos ou cícloarilínicos, seus anidridos, halogênios, peróxidos e seus derivados	2917.20 - Ácidos Policarboxílicos, cíclicos, cíclicos ou cícloarilínicos, seus anidridos, halogênios, peróxidos e seus derivados
	2917.20.1 - Ésteres de ácidos policarboxílicos cíclicos
	2917.20.15 - Cíclononano de dióxido
	2917.20.80 - Outros
	Outros

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012018123000014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.6028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: F06974386FA8220CFDE4356AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFUA30E1B8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 6/13







**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**

12/11

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

4996307

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º**– A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 1 de 10

  
Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4994308

**ARTIGO 8º** – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** – A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** – A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** – Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo,  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** – As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** – Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de  $\frac{2}{3}$  (dois terços) das ações ordinárias.

#### CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

**ARTIGO 9º** – A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** – Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** – As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







44293900

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## **CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 3 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





convocada.

13/4



4095510

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** – O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** – Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou *e-mail* a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** – Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4995511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 5 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4093512

15/10  
lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

#### CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único** - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

#### CAPÍTULO VI - DIRETORIA EXECUTIVA

**ARTIGO 19** - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1(um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 6 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284793  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9206296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4893313

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

16/7

**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 7 de 10

  
Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4998514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

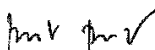
b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

## CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 8 de 10

  
Bernardo F. S. Benwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996546

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

## **CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

## **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 9 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





de março de 1967.

19/9



4998516

## XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





### PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, a SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua da Assembleia, nº 100, 26º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20011-904, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, RG nº 2.237.060, SSP-DF, CPF/MF nº 186.088.769-49, e por seu Diretor, MILTON BELLIZIA FILHO, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 8.536.007-7, SSP/SP, CPF/MF nº 040.985.308-99, doravante denominada OUTORGANTE, nomeia e constitui seus bastantes procuradores adiante listados, ambos com endereço profissional na sede da Outorgante:

#### OUTORGADOS:

- 1) HÉLIO BITTON RODRIGUES, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ 71.709;
- 2) MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132;
- 3) MARIANA ROSADO SATHLER, CPF/MF nº 071.487.547-39 e OAB/RJ nº 113.702;
- 4) ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545;
- 5) LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974;
- 6) ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969;
- 7) PAULO LEITE DE FARIAS FILHO, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674;
- 8) JULIANA DANTAS BORGES, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435,

#### PODERES:

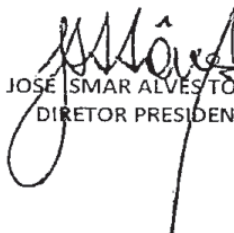
Os poderes da cláusula *AD JUDICIA ET EXTRA* para, em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, Ordem dos Advogados do Brasil, em seu Conselho Federal e Seccionais; Conselhos Regionais e Federal de Medicina; Conselhos Regionais e Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Conselhos Regionais e Federal de Enfermagem; Conselhos Regionais e Federal de Odontologia, ou qualquer outro órgão de classe profissional, podendo firmar compromisso, receber citações, notificações e intimações, requerer, retirar, assinar e apresentar documentos, alegar e prestar declarações e informações, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar e ratificar termos e compromissos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, promover a defesa dos interesses da Outorgante, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, estando os Outorgados, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado Mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos financeiros, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2 ou outra conta bancária que venha a Outorgante indicar por escrito, em nome da SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF 09.248.608/0001-04.

O presente mandato poderá ser substabelecido, no todo ou em parte, com reserva de iguais poderes.

VALIDADE: prazo indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2018.



  
JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES  
DIRETOR PRESIDENTE

  
MILTON BELLIZIA FILHO  
DIRETOR





15º OFÍCIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO - TABELIA  
Rua do Ourador, nº 89, Centro, Rio de Janeiro/RJ - Fone: (21) 3233-2800

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico e dou fé que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apresentado.  
Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2019.

JEFFERSON DE OLIVEIRA CRUZ  
ESCREVENTE - Mat. 94.013429  
Emolumentos R\$ 5,78 - TJ+Fundos R\$ 2,36 - Total R\$ 8,14

Selo: EDHY51565-AAB - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

MATRIZ  
AA076110



Jefferson de Oliveira Cruz  
CPF: 133.919.677-81  
Escrevente  
15º Ofício de Notas  
Mat.: 94013429

CARTÓRIO  
**VANELE FALCÃO**  
Av. Erasmo Braga, 255, loja A - Centro, Rio de Janeiro  
Tel: (21) 2532-2121 - 2532-2121 - 2532-2121 988930AA707900

21º OFÍCIO DE NOTAS - Dra. VANELE FALCÃO - TABELIA DE NOTAS  
Av. Erasmo Braga, nº 255 loja A - Centro - Tel. (21) 2532-2121 05 de Dezembro de 2018

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de  
**JOSE ISMAI ALVES TORRES; MILTON BELLIZIA FILHO**

Em testemunho  
Mat. GUILHERME KEAL DE MENEZES WENCESLAU Escrevente  
Emolumentos R\$ 11,12 TJ+Fundos R\$ 4,56 Total R\$ 15,68  
ECVK14276-RCB, ECVK14277-RFI  
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>






**SUBSTABELECIMENTO**

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

*Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora LIDER DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.*





com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

**JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**  
OAB/SP 111.807



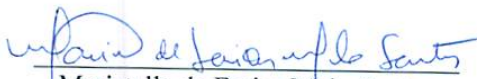


## SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procuradores da **GENTE SEGURADORA S/A**, doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandado anexo, substabelecemos, com reservas de iguais, na pessoa dos Drs. **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº. 4.246; **HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTTA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 113.815; **FABIO JOÃO DA SILVA SOITO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 114.089; todos integrantes da sociedade de advogados denominada **JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, com escritório nesta Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua São José, 90, 4º e 8º andares, Centro, CEP 20.010.020, todos os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 2007

  
Marcelo Davoli Lopes

  
Maristella de Farias Melo Santos

### 22º OFÍCIO DE NOTAS - NOTÁRIO WILHAMI DE OLIVEIRA

Matriz, Rua Senador Dantas 39 - Centro-RJ - 2344-0277. Reconhecido por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS

Cod: 074005E89018 (SCRR)

Rio de Janeiro, 20 de Julho de 2007.

Em testemunho

da verdade. Serventia

10% TITULUNDOS

WILHAMI CANDIDO BERNARDES - ESC - SUBSTITUTO Total





## PROCURAÇÃO

**GENTE SEGURADORA S/A.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Porto Alegre, RS., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 90.180.605/001-02, por seus representantes legais ao final assinados, **SÉRGIO SUSLIK WAIS**, brasileiro, casado, segurador, residente e domiciliado nesta Capital na Rua Pedro Chaves Barcellos, nº 878, CPF nº 062.422.780-49 e por seu Diretor **MARCELO WAIS**, brasileiro, solteiro, segurador, residente e domiciliado nesta Capital na Rua Jaraguá, nº 192/501, CPF nº 638.005.380-15, nomeia e constitui seus bastante procuradores **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Estado de São Paulo sob o n.º 143.370, inscrito no CPF/MF sob o n.º 132.870.808-06; **CYNTHIA BRAGA NOGUEIRA CUPOLILLO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Estado do Rio de Janeiro, sob o n.º 38.267, inscrita no CPF/MF sob o n.º 619.122.367-34, **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Estado do Rio de Janeiro, sob o n.º 135.132, inscrita no CPF/MF sob o n.º 082.587.197-26, todos com escritório à Rua Senador Dantas, n.º 74, 5.º andar, Centro, CEP 20031-205, no Município do Rio de Janeiro – RJ, aos quais, independentemente da ordem de nomeação, confere plenos poderes, incluindo a Cláusula **Ad Judicia et Extra**, para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal, podendo propôr contra quem de direito as medidas, ações ou recursos competentes e defender a Outorgante nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, receber e dar quitação, nomear prepostos para representar a Outorgante nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT.

Porto Alegre, 06 de agosto de 2007.

**GENTE SEGURADORA S/A.**

  
**Sérgio Suslik Wais**  
Diretor Presidente

  
**Marcelo Wais**  
Diretor





249 OFICIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINO  
 Av. Almeida Barroso, 109 - Loja C - Fone: 2544-4744 NE: 07081014442  
 Autentico a presente copia reproduzida conforme o original a mim apresentado de que dou fe, Rio de Janeiro, 24 de Agosto de 2017.

Valores: R\$ 1.000,00  
 Autentic.: R\$ 0,44  
 Prec. dados: R\$ 4,44  
 Total: R\$ 1.004,44





CNPJ Nº 00.180.805/0001-02 - NIRE Nº 4920002/0004

[illegible]

## ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2006

[illegible]

Cat: 3679





240 OFICIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO JUNIO  
Av. Almirante Bessa 139 - Lota C - Fone: 2544-4744 NE:07081014637  
AUTENTICADO - Frente  
Autentico a presente copia reprografica conforme o original a mim apr  
esentado, de que dou fe. Rio de Janeiro, 18 de Agosto de 2007.  
Valores: .....R\$ 1,07  
Autenticado: .....R\$ 3,42  
Proc. dados: .....R\$ 4,44  
Total: .....R\$ 8,93  
FOLIO 0588 ANEXO DE PROTOCO





Quinta-feira, 28 de maio de 1998 - Nº 3 - Ano 66

# PUBLICIDADE LEGAL

## EDITAL DE CITAÇÃO

[illegible]

**COMUNICADO DE  
FURTO DE DO  
CUMENTO FISCAL**

ARMADA DA FILA, CMC 8230000000001-05 e  
Licença Econômica 0082015104, assinada e  
fornecida de acordo com a Nota Fiscal (N 001 e 150)  
e (N 001 e 250), sendo registrada e lançada  
na guilota em 30.01.97. A empresa não se  
responsabiliza pelo uso indevido das docu-  
mentos citados.

Porto Alegre, 21 de maio de 1995.

## EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E NOTIFICAÇÃO

[illegible]

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO  
DE RECURSOS HUMANOS



**AVISO**  
**CONCURSO PÚBLICO**

**C-1079 - TÉCNICO EM PLANEJAMENTO**  
A FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS  
HUMANOS - FDRH, comunica.

1 - Ratificação da Lista de Resultados  
Ratifica-se a Lista de Resultados, divulgada, através do Edital no D.O.E. de 26-05-88, e publicada na Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, na mesma data, pelo seguinte motivo: a correção eletrônica das provas foi feita segundo a ordem seqüencial em que as mesmas foram lidas no subitem 2.1.1 do Edital de Abertura do Concurso. Entretanto, por razões práticas, ao ser montado o paderno das provas na gráfica, essa seqüência teve que ser alterada.

Constatado o engano, foi providenciada uma nova correção eletrônica com a sequência correta das provas e a emissão de uma nova Lista de Resultados.

2. **Prazo para Recursos**  
Tendo em vista a alteração da Lista de Resultados, os candidatos do Concurso C-1079 - Técnico em Planejamento têm prazo para interpor recursos até o dia 02-06-58 e entregá-los no Protocolo da FDRH, no endereço acima, no horário das 8h às 12h e das 14h às 17h.

**HUGO MARDINI**  
Diretor-Presidente

Porto Alegre, 28 de maio de 1938.

**GENTE SEGURO S. A.**

COE-MF Nº 02.12.1987-40 - Nº 02 40000000

[illegible]

## EDITAL PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E NOTIFICAÇÃO

SED: 0040454 CONTRATO: 216345  
DATA: 28 de maio de 1998 às 14:30 horas  
LOCAL: EM FRENTE AO FORUM DE TRAMANDA/RS

**JOSÉ ANTONIO MOURA**, Laborteiro(a) Oficial, estabelecido a RUA TAPI-  
CÁ, 310 - SALA 404 bairro PASSO D'ÁGUA na cidade de PORTO ALE-  
GRE/RS CEP 91300-080 faz saber que, devidamente(a) pelo age-  
nte público, designado pelo então Banco Nacional do Habitação, suscitado  
por Caixa Econômica Federal na forma do Decreto-Lei nº 2291/68, vendê-  
ri na forma da Lei (Decreto-Lei nº 70, de 21/11/1965 e Regulamentação Compe-  
tente), em Primeiro Público Leilão, no dia, hora e local acima referidos, o  
imóvel adiante descrito para pagamento da dívida hipotecária em favor de  
BANCO BRADESCO S/A e de propriedade de:  
**SRS PRISTAS DE OLIVEIRA FILHO** C: 20089373273 - CPF: 12567257034  
- CASADORA -  
**LUCIA NELEMA DA SILVA OLIVEIRA** C: 1015120031 - CPF: 12567257034  
- CASADORA - DO LAR

**IMÓVEL: PRÉDIO RESIDENCIAL EM ALVENARIA, SITO A RUA MUÇUM 500, COM A ÁREA DE 105,85, E O RESPECTIVO TERRENO, COM A ÁREA DE 380,00M2, DO LOTE 28, DA QUADRA 248, NO QUANTERÃO FORMADO PELAS RUAS MUÇUM, ESTEIO E AVENIDAS GUERINHO E FREDERICO WESTPHALEN, NA PRAIA DE IMBÉ NA CIDADE DE TRAMANDAR.**

**Conforme matricule(s) N° 62453.**

A venda será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar no ato, como sinal, 20% (vinte por cento) do preço da arrematação e o saldo restante no prazo improrrogável de 8 dias, sob pena de perda do sinal.

O lance mínimo para a venda será de R\$ 105.306,43 no valor do crédito hipotecário e acessórios, sujeito porém, a atualização até 24 horas antes da realização do leilão.

Fica(m) desde já notificado(s) do presente leilão o(s) mutuário(s) acima indicado(s) caso não seja(m) localizado(s).

O(a) Leiloeiro(a) acha-se habilitado(a) a fornecer aos interessados informações pormenorizadas sobre o imóvel no seguinte local:  
**RUA BENTO MARTINS, 24 - 13º ANDAR - CENTRO - CEP 90010-080**  
**PORTO ALEGRE-RS - Fone: (051) 221.9122**

**JOSÉ ANTONIO MOURA**  
Ladoeiro Círcul

63 19 0 3573



249 OFICIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINO  
Av. Almirante Barroso, 131 - Loja C - Fone: 2544-4744 NE: 07081014651  
AUTENTICACAO - Fente  
Autenticado a presente copia reproduzida conforme o original a mim apr  
esentado, de que dou fe.  
Valores  
Autentic.....R\$ 1.07  
Proc.dados.....R\$ 3.42  
Total.....R\$ 4.44  
Rio de Janeiro, 28 de Agosto de 2007  
PAULO CESAR MENDES DE ARAUJO







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção A da 7ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0020407-92.2020.8.17.2001**

AUTOR: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

REU: GENTE SEGURADORA SA, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**DECISÃO INTERLOCUTÓRIA**

Trata-se de demanda que tem por objeto a cobrança de Seguro DPVAT, em razão de invalidez permanente por acidente de via terrestre, sendo indispensável a realização de perícia médica para avaliação da existência de invalidez permanente, bem como do seu grau de intensidade, razão pela qual, nomeio perito, nos termos do art. 465 do NCPC, o Dr. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM-PE 18.868, com endereço e dados pessoais e profissionais arquivados na Secretaria deste Juízo, arbitrando, os seus honorários profissionais em R\$ 300,00, a serem pagos pela parte demandada, **no prazo de 15 (quinze) dias**, nos termos do convenio firmado entre Seguradora Líder e o TJPE (DPVAT/JR-583/2015 e Ofício nº 005/2015- TJPE/CGRSCAC).

Suprido o disposto no § 2º do art. 465, NCPC, em face de contato telefônico no qual ocorreu a concordância com o valor dos honorários periciais.

Intimem-se as partes para, querendo, apresentarem quesitos e assistentes técnicos **no prazo de 15 (quinze) dias**, consoante § 1º do art. 465, NCPC.

Efetuada o depósito, deverão ser as partes intimadas da data da realização da perícia, nos moldes do art. 474, do NCPC, devendo o Sr. Perito informar data em Juízo, possível de intimação prévia das partes.

Devendo ser respondidos os seguintes questionamentos:

A) Quais foram os danos sofridos pela parte autora em decorrência do sinistro objeto desta demanda? Em qual das categorias da Tabela constante do anexo da Lei nº 6.194/72 se enquadram tais danos;

B) Dos danos sofridos pelo(a) periciando(a) resultou debilidade ou deformidade física permanente, ou ainda incapacidade permanente por ele desenvolvido e qual o seu grau?





Fixo o prazo de 30 dias da data da perícia para confecção e entrega na Secretaria desta Vara do respectivo laudo avaliatório.

**O não comparecimento injustificado, na data designada pelo Sr. Perito acima nomeado, para realização da perícia, implicará na extinção do processo sem julgamento de mérito.**

Intimem-se.

Recife, 01 de julho de 2020.

**IASMINA ROCHA**  
**Juíza de direito**







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0020407-92.2020.8.17.2001  
AUTOR: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

REU: GENTE SEGURADORA SA, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**INTIMAÇÃO DE DECISÃO - autor e réu**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 7ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 64326993, conforme segue transcrito abaixo:

*"Trata-se de demanda que tem por objeto a cobrança de Seguro DPVAT, em razão de invalidez permanente por acidente de via terrestre, sendo indispensável a realização de perícia médica para avaliação da existência de invalidez permanente, bem como do seu grau de intensidade, razão pela qual, nomeio perito, nos termos do art. 465 do NCPC, o Dr. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM-PE 18.868, com endereço e dados pessoais e profissionais arquivados na Secretaria deste Juízo, arbitrando, os seus honorários profissionais em R\$ 300,00, a serem pagos pela parte demandada, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do convenio firmado entre Seguradora líder e o TJPE (DPVAT/JR-583/2015 e Ofício nº 005/2015- TJPE/CGRSCAC). Suprido o disposto no § 2º do art. 465, NCPC, em face de contato telefônico no qual ocorreu a concordância com o valor dos honorários periciais. Intimem-se as partes para, querendo, apresentarem quesitos e assistentes técnicos no prazo de 15 (quinze) dias, consoante § 1º do art. 465, NCPC. Efetuado o depósito, deverão ser as partes intimadas da data da realização da perícia, nos moldes do art. 474, do NCPC, devendo o Sr. Perito informar data em Juízo, possível de intimação prévia das partes. Devendo ser respondidos os seguintes questionamentos: A) Quais foram os danos sofridos pela parte autora em decorrência do sinistro objeto desta demanda? Em qual das categorias da Tabela constante do anexo da Lei nº 6.194/72 se enquadram tais danos; B) Dos danos sofridos pelo(a) periciando(a) resultou debilidade ou deformidade física permanente, ou ainda incapacidade permanente por ele desenvolvido e qual o seu grau? Fixo o prazo de 30 dias da data da perícia para confecção e entrega na Secretaria desta Vara do respectivo laudo avaliatório. O não comparecimento injustificado, na data designada pelo Sr. Perito acima nomeado, para realização da perícia, implicará na extinção do processo sem julgamento de mérito. Intimem-se. Recife, 01 de julho de 2020. IASMINA ROCHA Juíza de direito"*

RECIFE, 15 de julho de 2020.

**GUILHERME ANTONIO AMORIM LOBO**  
Diretoria Cível do 1º Grau







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0020407-92.2020.8.17.2001

AUTOR: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

REU: GENTE SEGURADORA SA, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO**

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente a CITAÇÃO/INTIMAÇÃO de GENTE SEGURADORA SA. O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 28 de julho de 2020

**ROBERTO FERREIRA DA SILVA**

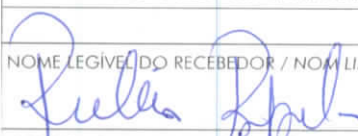



**Diretoria Cível do 1º Grau**





PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
Nome: GENTE SEGURADORA SA			
Endereço: AV RUI BARBOSA, 715, Loja 05, GRAÇAS, RECIFE - PE - CEP:			
ENDERECO 52011-040			
CEP / CO			
0020407-92.2020.8.17.2001		ID 61160410	7
CITAÇÃO/INTIMAÇÃO Seção A da 7ª Vara Cível da Capital			
DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
		<input type="checkbox"/> PRIORITARIA / PRIORITAIRE	
		<input type="checkbox"/> EMS	
		<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DECLAREE	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DO RECEBIMENTO / DATE DE L'IMBATION	
			
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR		CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION	
			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGAO EXPEDIDOR		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADOR / SIGNATURE DE L'AGENT	
708456		Ivison Batista do Nascimento Mat. 506.962-0	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS			

FC0463 / 16

114 X 186mm





**Correios** Brasil

**AVISO DE RECEBIMENTO** **AR**

**AVIS CN07**

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT **10 JUN 2020**

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT **AGF SÃO JOSÉ**

(CÓDIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO)

**JV 657 335 325h**

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

____/____/____	____/____/____	____/____/____
h	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMATA

ENDERECO PARA DEVOLUCAO RETOUR

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NON OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDERECO PARA DEVOLUCAO RETOUR

**DIRETORIA CIVIL DE 1º GRAU DA CAPITAL**

**FÓRUM DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO - 1º ANDAR**

**AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/Nº**

**LHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP: 50.080-900**

BRASIL  
BRÉSIL





## JUNTADA DE HONORÁRIOS PERICIAIS







EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

**Processo: 00204079220208172001**

**GENTE SEGURADORA S.A.**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,  
Pede Deferimento.

RECIFE, 31 de julho de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/PE 4246

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
30225 - OAB/PE





			Nº DA CONTA JUDICIAL 0	
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO 28/07/2020	AGÊNCIA (PREF / DV) 0	TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL
DATA DA GUIA 28/07/2020	Nº DA GUIA 2732796	Nº DO PROCESSO 00204079220208172001		
UF/COMARCA PE	ORGÃO/VARA Vara Cível	DEPOSITANTE RÉU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 300,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO GENTE SEGURADORA S/A		TIPO DE PESSOA Jurídica	CPF / CNPJ 90180605000102	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO		TIPO DE PESSOA FÍSICA	CPF / CNPJ 09380365489	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA F9AC5209C160188E				
CÓDIGO DE BARRAS 10498.39291 94000.100043 12137.959230 9 83530000030000				







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0020407-92.2020.8.17.2001  
AUTOR: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

REU: GENTE SEGURADORA SA, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**INTIMAÇÃO DE DECISÃO - PERITO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 7ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 64326993, conforme segue transcrito abaixo:

*"Trata-se de demanda que tem por objeto a cobrança de Seguro DPVAT, em razão de invalidez permanente por acidente de via terrestre, sendo indispensável a realização de perícia médica para avaliação da existência de invalidez permanente, bem como do seu grau de intensidade, razão pela qual, nomeio perito, nos termos do art. 465 do NCPC, o Dr. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM-PE 18.868, com endereço e dados pessoais e profissionais arquivados na Secretaria deste Juízo, arbitrando, os seus honorários profissionais em R\$ 300,00, a serem pagos pela parte demandada, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do convenio firmado entre Seguradora líder e o TJPE (DPVAT/JR-583/2015 e Ofício nº 005/2015- TJPE/CGRSCAC). Suprido o disposto no § 2º do art. 465, NCPC, em face de contato telefônico no qual ocorreu a concordância com o valor dos honorários periciais. Intimem-se as partes para, querendo, apresentarem quesitos e assistentes técnicos no prazo de 15 (quinze) dias, consoante § 1º do art. 465, NCPC. Efetuado o depósito, deverão ser as partes intimadas da data da realização da perícia, nos moldes do art. 474, do NCPC, devendo o Sr. Perito informar data em Juízo, possível de intimação prévia das partes. Devendo ser respondidos os seguintes questionamentos: A) Quais foram os danos sofridos pela parte autora em decorrência do sinistro objeto desta demanda? Em qual das categorias da Tabela constante do anexo da Lei nº 6.194/72 se enquadram tais danos; B) Dos danos sofridos pelo(a) periciando(a) resultou debilidade ou deformidade física permanente, ou ainda incapacidade permanente por ele desenvolvido e qual o seu grau? Fixo o prazo de 30 dias da data da perícia para confecção e entrega na Secretaria desta Vara do respectivo laudo avaliatório. O não comparecimento injustificado, na data designada pelo Sr. Perito acima nomeado, para realização da perícia, implicará na extinção do processo sem julgamento de mérito. Intimem-se. Recife, 01 de julho de 2020. IASMINA ROCHA Juíza de direito"*

RECIFE, 4 de agosto de 2020.

**GUILHERME ANTONIO AMORIM LOBO**  
Diretoria Cível do 1º Grau





Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM - PE: 16.868, CPF: 009.226.694 - 06, médico perito judicial, honrado pela confiança técnica depositada por Vossa Excelência em minha pessoa, informo que para realização de perícias enquanto não existir controle do COVID- 19, trabalharemos com redução da quantidade de agendamentos e sempre que possível com horário marcado. As pessoas saem de casa, em sua maioria, comparecem acompanhadas, se aglomeram no transporte, se aglomeram na entrada, já que o medo de deixar de ser atendido as fazem chegar até 03 horas antes do horário agendado, não sendo possível nem garantir a distância mínima recomendada para minimizar a propagação do vírus.

A perícia, que avalia lesões e sequelas, exige o contato físico das partes, que no atual momento, ainda apresenta risco para ambas as partes.

Retomando as atividades, suspensas por motivo de força maior, peço desculpas quanto à distância do agendamento, no entanto, foi providenciado aumento da equipe administrativa, sendo possível o envio do laudo em até dois dias após a realização das perícias.

Solicito agendamento/reagendamento para o dia **10/09/2020, às 09:40, RESPEITAR O HORÁRIO AGENDADO**, na Rua Jornalista Paulo Bittencourt, 155, sala 201, Empresarial Derby Park, Derby, Recife-PE, CEP: 52010-260, telefone: 81 4101-0698 (empresarial localizado em frente ao Grupo Máximo Educacional / Rua da Emergência Clínica do Hospital da Restauração). Deverá comparecer com a intimação com a data em mãos e todos os seus exames (inclusive Raio X, se tiver) e documentos relacionados ao acidente.

**SOLICITO:**

- Que compareçam acompanhados apenas os menores de idade, idosos ou pessoas com necessidades especiais;
- Respeitem o horário agendado, não chegando com “horas” de antecedência, evitando assim aglomeração de pessoas;
- Compareçam com as intimações ou que seja informado por seu representante, número de seu processo, para tornar o atendimento mais rápido.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Recife, 05 de agosto de 2020.

Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho

CRM 16.868







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção A da 7ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0020407-92.2020.8.17.2001**

AUTOR: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

REU: GENTE SEGURADORA SA, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

### **DESPACHO**

**Vistos etc.**

**Acolho designação de data e horário para realização da perícia médica, devendo ambas as partes serem intimadas quanto à petição de id. 65795330.**

**Honorários depositados, conforme id. 65692412.**

**Intime-se a parte autora, pessoalmente, e por meio de seu patrono, para comparecimento no local e na data indicados na petição do perito, observando**





**as considerações estabelecidas por aquele:**

- 1. Que compareçam acompanhados apenas os menores de idade, idosos ou pessoas com necessidades especiais;**
- 2. Respeitem o horário agendado, não chegando com “horas” de antecedência, evitando assim aglomeração de pessoas;**
- 3. Compareçam com a intimações ou que seja informado por seu representante, número de seu processo, para tornar o atendimento mais rápido.**

**O não comparecimento injustificado da parte autora ao ato da perícia, implicará na perda da oportunidade probatória.**

**Intimem-se as partes.**

**Recife, 05 de agosto de 2020.**





**Iasmina Rocha**  
**Juíza de Direito**







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0020407-92.2020.8.17.2001

AUTOR: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

REU: GENTE SEGURADORA SA, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO - autor e réu**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 7ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 65799065, conforme segue transcrito abaixo:

*"[Vistos etc. Acolho designação de data e horário para realização da perícia médica, devendo ambas as partes serem intimadas quanto à petição de id. 65795330. Honorários depositados, conforme id. 65692412. Intime-se a parte autora, pessoalmente, e por meio de seu patrono, para comparecimento no local e na data indicados na petição do perito, observando as considerações estabelecidas por aquele: 1. Que compareçam acompanhados apenas os menores de idade, idosos ou pessoas com necessidades especiais; 2. Respeitem o horário agendado, não chegando com "horas" de antecedência, evitando assim aglomeração de pessoas; 3. Compareçam com a intimações ou que seja informado por seu representante, número de seu processo, para tornar o atendimento mais rápido. O não comparecimento injustificado da parte autora ao ato da perícia, implicará na perda da oportunidade probatória. Intimem-se as partes. Recife, 05 de agosto de 2020. Iasmira Rocha Juíza de Direito"]*

RECIFE, 5 de agosto de 2020.

**GUILHERME ANTONIO AMORIM LOBO**  
Diretoria Cível do 1º Grau





## JUNTADA DE HONORÁRIOS PERICIAIS







EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

**Processo: 00204079220208172001**

**GENTE SEGURADORA S.A.**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,  
Pede Deferimento.

RECIFE, 31 de julho de 2020.


**JOÃO BARBOSA**  
OAB/PE 4246

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
30225 - OAB/PE






## RECIBO DO SACADO

		104-0	10498.39291 94000.100043 12137.959230 9 83530000030000	
Cedente / Beneficiário <b>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL</b>			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04	Agência / Código do Cedente 2717 / 839299
Nº do documento 040271700342007226	Nosso Número 14000000121379592-6	Vencimento 20/08/2020	Valor do Documento 300,00	
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente): TRIBUNAL: TJ PERNAMBUCO COMARCA: RECIFE VARA: RECIFE - 07A VARA CIVEL PROCESSO: 00204079220208172001 N° GUIA: 1 JURISDICIONADOS: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU CONTA: 2717 040 01802417 - 6 PARA ENVIAR TED JUDICIAL, UTILIZAR O ID: 040271700342007226 OBS:				(-) Desconto (-) Outras Deduções/Abatimentos (+) Mora/Multa/Juros (+) Outros Acréscimos (=) Valor Cobrado
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU				CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04 UF: CEP:
Sacador/Avalista:				CPF/CNPJ:

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

		104-0	10498.39291 94000.100043 12137.959230 9 83530000030000	
Local de pagamento PREFERENCIALMENTE NA REDE LOTERICA OU NAS AGENCIAS DA CAIXA				Vencimento 20/08/2020
Beneficiário <b>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL</b>			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04	Agência / Código do Cedente 2717 / 839299
Data do documento 22/07/2020	Nº do documento 040271700342007226	Espécie de docto. DJ	Aceite S	Data do processamento 22/07/2020
Uso do Banco	Carteira CR	Moeda R\$	Quantidade	Nosso Número 14000000121379592-6
				(=) Valor do Documento 300,00
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente): TRIBUNAL: TJ PERNAMBUCO COMARCA: RECIFE VARA: RECIFE - 07A VARA CIVEL PROCESSO: 00204079220208172001 N° GUIA: 1 JURISDICIONADOS: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU CONTA: 2717 040 01802417 - 6 PARA ENVIAR TED JUDICIAL, UTILIZAR O ID: 040271700342007226 OBS:				(-) Desconto (-) Outras Deduções/Abatimentos (+) Mora/Multa/Juros (+) Outros Acréscimos (=) Valor Cobrado
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU				CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04 UF: CEP:
Sacador/Avalista:				CPF/CNPJ:

Autenticação - Ficha de Compensação





			Nº DA CONTA JUDICIAL	
			0	
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
		28/07/2020	0	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO		
28/07/2020	2732796	00204079220208172001		
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
PE	Vara Cível	RÉU	300,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
GENTE SEGURADORA S/A		Jurídica	90180605000102	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO		FÍSICA	09380365489	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
F9AC5209C160188E				
CÓDIGO DE BARRAS				
10498.39291 94000.100043 12137.959230 9 83530000030000				





Anexo.





**EXMO (A). SR (A). DR (A). JUIZ (A) DA 7ª VARA CÍVEL DA CAPITAL SEÇÃO A**

**PROC.: 0020407-92.2020.8.17.2001**

**RECLAMANTE: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO**

**RÉUS: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT e GENTE  
SEGURADORA SA**

**Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho**, CRM-PE 16.868, CPF: 009.226.694-06, PIS/PASEP 19033820407, médico perito judicial, nomeado por Vossa Excelência para atuar como perito no processo em epígrafe vem, considerando o termino da sua lide e a entrega do laudo médico pericial

**Solicitar a liberação de seus honorários, por meio de alvará e que seja informado quando for liberado.**

Nesses termos

Pede deferimento.

Recife, 10 de setembro de 2020.



**Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho**  
**CRM 16.868**  
**Médico Perito**

☎ 81 4101.0698

✉ pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com





Nº do processo: 0020407-92.2020.8.17.2001

Nome Completo: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

Assinatura do Reclamante: Ana Paula de Andrade Araujo

CPF: 093.803.654-89

Vara: 7ª VARA CÍVEL DA CAPITAL – SEÇÃO A

**Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes**

**Informações do Acidente**

Local do Acidente:

MACAPARANA-PE

Data do Acidente: 01/05/2019

**Avaliação**

I) Há lesão cuja a etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo auto-motor de via terrestre?

a) ☒ Sim b) ☐ Não

**Só prosseguir em caso de resposta afirmativa**

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

Membro superior direito

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Fratura de rádio e ulna da direita submetido a tratamento cirúrgico.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

a) ☐ Sim b) ☒ Não

Se sim, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias  
b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

lesão do nervo ulnar (não em goma) + pseudotumor da ulna + Bloqueio da pronação do antebraço + comprometimento da força de preensão palmar.

V) Em virtude da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- a) ☐ Sim, em que prazo: \_\_\_\_\_  
b) ☒ Não

Em caso de enquadramento da opção "a" ou de resposta afirmativa ao item V favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais suscetível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto em instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

- a) ☐ Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima).  
b) ☒ Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental).

(81) 4101.0698

pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com

Paulo Menezes  
Perícias Médicas  
CRM-PE 16868  
CPF: 009.226.694-06



# PAULO MENEZES

## PERÍCIAS MÉDICAS

b.1) ☒ **Parcial Completo** (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa a forma global algum segmento corporal da vítima).

100% (completo) do membro superior direito.

b.2) ☐ **Parcial Incompleto** (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

### Segmento Anatômico

### Marque o percentual

1º Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve

☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

2º Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve

☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3º Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve

☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4º Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve

☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

**Observação:** Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

### Informações Complementares

Data da realização do exame médico legal:

10/09/2020

Paulo Menezes  
Perícias Médicas

CRM-PE/16868

CEP: 009.226/694-06

Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho

CRM-PE/16.868

(81) 4101-0698

pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção A da 7ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0020407-92.2020.8.17.2001**

AUTOR: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

REU: GENTE SEGURADORA SA, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**DESPACHO**

Intimem-se as partes para manifestação sobre o laudo pericial, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Expeça-se alvará ao Sr. Perito.

Recife, 10 de setembro de 2020.

**IASMINA ROCHA**  
Juíza de Direito

Juiz(a) de Direito







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0020407-92.2020.8.17.2001

AUTOR: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

REU: GENTE SEGURADORA SA, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 7ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 67786631, conforme segue transcrito abaixo:

*DESPACHO*

*Intimem-se as partes para manifestação sobre o laudo pericial, no prazo comum de 15 (quinze) dias.*

*Expeça-se alvará ao Sr. Perito.*

*Recife, 10 de setembro de 2020.*

IASMINA ROCHA

*Juíza de Direito*

*Juiz(a) de Direito*

RECIFE, 11 de setembro de 2020.

**DANIELLE TAVARES DA MOTA FERNANDES**

**Diretoria Cível do 1º Grau**







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0020407-92.2020.8.17.2001

AUTOR: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

REU: GENTE SEGURADORA SA, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES**

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da Seção A da 7ª Vara Cível da Capital **AUTORIZA**, por meio do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo(a)(s) beneficiário(a)(s), do(s) valor(es) autorizado(s), como descrito abaixo:

**BENEFICIÁRIO: PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM-PE 16.868**

**VALOR AUTORIZADO: R\$ 300,00 (trezentos reais), com juros e correção monetária porventura existentes.**

**DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CONTA 2717 040 01802417-6 (ID 65988615)**

Tudo conforme **DESPACHO** de **ID 67786631** dos autos do Processo Judicial Eletrônico - PJe, acima epigrafado:

"Expeça-se alvará ao Sr. Perito."

Eu, GUILHERME ANTONIO AMORIM LOBO, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé.

RECIFE, 11 de setembro de 2020.

**DANIELLE TAVARES DA MOTA FERNANDES**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**  
**(assinado eletronicamente)**

**IASMINA ROCHA**  
**Juiz(a) de Direito**  
**(assinado eletronicamente)**

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> ], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Alvará impresso.  
Grato.





**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA CAPITAL/PE. – Seção A**

**PROCESSO Nº 0020407-92.2020.8.17.2001**

**DEMANDANTE: ANA PAULA DE ANDRADE ARAÚJO**

**DEMANDADAS: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT e GENTE SEGURADORA S/A.**

**ANA PAULA DE ANDRADE ARAÚJO**, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, através de seus advogados que a presente subscrevem, em atenção ao Despacho inserido no ID 67786631, vem perante V.Exa., se manifestar sobre o laudo pericial de ID 67773017, nos termos que se seguem:

O Laudo Pericial de Avaliação Médica elaborado pelo perito judicial, em data de 10.09.2020, é conclusivo no que diz respeito à debilidade permanente suportada pela parte autora, em razão do acidente de trânsito sofrido, corroborando com as informações contidas nos documentos acostados com a petição inicial.

No referido laudo, observa-se que foi constatado pelo Sr. Perito, que houve 100% (cem por cento) de perda de estrutura do segmento anatômico do MSD (membro superior direito), que, conforme Tabela para Cálculo de Invalidez instituída pela MP 451/2008, e posteriormente convertida na Lei 11.945/2009, corresponde valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

Ocorre que, reconhecendo a invalidez permanente da Demandante, ao analisar os documentos enviados à Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT, ora Demandada, a mesma efetuou o pagamento no valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) no âmbito administrativo, conforme comprovante inserido no ID 61078737, o que não corresponde ao percentual de invalidez que foi apurado pelo Sr. Perito Judicial nomeado por esse D. Juízo.

Por fim, concorda a parte autora com o resultado da perícia técnica.

Pelo exposto, requer a V.Exa., com base nas provas carreadas aos autos, notadamente com fulcro no laudo pericial, pugna pelo julgamento antecipado da lide, nos termos do Art. 355, I do CPC, a fim de condenar as Demandadas ao pagamento do valor de R\$ 7.087,50 (sete mil oitenta e sete reais e cinquenta centavos), corrigidos monetariamente a partir do evento danoso, juros moratórios a partir da citação, custas judiciais e honorários de sucumbência no percentual máximo permitido em lei.

**Nestes termos.**

**Pede deferimento.**

**Recife, 15 de setembro de 2020.**

**JOSIMAR CARVALHO DE SOUZA – OAB/PE Nº 40.200**

**DINARA GUIMARÃES DA SILVA - OAB/PE Nº 14.650**

**ISMAR TIBURTINO DOS SANTOS – OAB/PE Nº 29455**





## IMPUGNAÇÃO AO LAUDO PERICIAL







EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00204079220208172001

**GENTE SEGURADORA S.A.**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>ª</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.





Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 22 de setembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção A da 7ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0020407-92.2020.8.17.2001**

AUTOR: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

REU: GENTE SEGURADORA SA, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**SENTENÇA**

**EMENTA: CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO DO SEGURO. VALOR. ACIDENTE OCORRIDO EM 2019. UTILIZAÇÃO DA CIRCULAR Nº 29/91 DA SUSEP E APLICAÇÃO DA LEI 6.194/74, ART. 3º. IMPROCEDÊNCIA. PAGAMENTO REALIZADO NA VIA ADMINISTRATIVA.**

Vistos etc.

**ANA PAULA DE ANDRADE ARAÚJO** qualificada na peça exordial, por meio de advogado, ajuizou **AÇÃO DE COBRANÇA em face da GENTE SEGURADORA S/A e SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, igualmente identificadas.**

Requerendo a concessão do benefício da justiça gratuita, arguiu ter sido vítima de acidente automobilístico no dia **01/05/2019** e, por consequência, ficou com graves e definitivas lesões.

Afirmou ter recebido administrativamente a quantia de **R\$ 2.362,50** e requereu a condenação da empresa ré ao pagamento do valor complementar, para perfazer o montante referente ao teto da indenização do seguro obrigatório no importe de R\$ 7.087,50.

Juntou documentos.

Decisão de id.61088687 deferindo a gratuidade da justiça e determinando a citação.

Contestação id. 64293894, afirmou o adimplemento administrativo, ausência de laudo do IML, o pagamento proporcional a lesão.

Despacho determinando a produção de prova pericial id. 64326993.

Laudo médico id.67773017.

Manifestação da parte autora (id.67979023).

Manifestação da parte ré (id.68524511).

**É o Relatório, passo à decisão.**

Trata-se de ação de cobrança em que a parte autora persegue a condenação da ré, empresa seguradora, ao pagamento de complementação da indenização do seguro obrigatório – DPVAT relativo à invalidez permanente por acidente em via terrestre.

Restam incontroversos nos autos a ocorrência do acidente automobilístico sofrido pela parte demandante.

O relatório médico para avaliação de invalidez permanente (total ou parcial) realizado, por perito do juízo, verificou a existência de dano anatômico e/ou funcional definitivo **completo no membro superior direito.**

Entendo não ser necessária a realização de nova perícia pelo IML, pois o laudo





elaborado por esse órgão não é um documento imprescindível à análise do caso em questão.

Nesse sentido, temos as seguintes decisões que dispensam laudo do IML quando, por outros meios de prova é possível comprovar a invalidez e aferir o seu grau:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULO. DPVAT. COBRANÇA DE DIFERENÇA INDENIZATÓRIA. INTERESSE DE AGIR. CONFIGURAÇÃO. A quitação dada pela parte autora não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74.

ARGÜIÇÃO DE FALTA DE DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL. DESACOLHIMENTO. **O laudo do Departamento Médico Legal (DML) não é indispensável, nos termos do art. 283 do CPC, uma vez que a comprovação da invalidez permanente pode ser obtida por outros meios probatórios.**

MORTE. INDENIZAÇÃO DEVIDA, ABATIDO O PAGAMENTO ADMINISTRATIVO PARCIAL. Prevalência da Lei nº 6.194/74 sobre resoluções administrativas. Princípio da reserva legal. O seguro obrigatório (DPVAT), no caso de morte, deve corresponder a 40 salários mínimos nacionais, sem que isso importe violação a regras legais ou constitucionais. Precedentes do STJ.

AFASTADAS AS PRELIMINARES. AMBOS OS RECURSOS DESPROVIDOS.

(Apelação Cível nº 70020104410, Comarca de Guaporé, Des. Ubirajara Mach de Oliveira, Sexta Câmara Cível, julgado em 22/11/2007, DJ 10/12/2007)- grifei

SEGURO OBRIGATÓRIO - RESPONSABILIDADE CIVIL - ACIDENTE DE TRÂNSITO - DPVAT - INDENIZAÇÃO POR INVALIDEIZ PERMANENTE

**- A falta de laudo do IML não induz à inépcia da inicial e nem é aquele documento essencial ao exercício do direito "sub judice", ainda mais que, no decorrer da instrução, foi realizada prova pericial - Indenização devida no grau máximo já que a invalidez é total e permanente e não parcial**

- Exegese da Lei 6.194/74, artigo 3º, letra "b" - Possibilidade de vinculação ao salário mínimo - Reconhecimento do direito à indenização de 40 salários mínimos - Honorários periciais adequadamente fixados, ou seja, em 03 salários mínimos e não em 09 salários mínimos, como tenta fazer

crer a apelante - Sentença mantida - Apelação não provida. (Apelação Cível nº 1125304005, Comarca de São Manuel, Des. Romeu Ricúpero, Trigésima Sexta Câmara Cível, julgado em 08/05/2008)- grifei

**Ademais, foi realizado exame pericial na autora por perito nomeado pelo Juízo, sem haver alegação das partes na existência de qualquer nulidade do laudo.**

O sinistro que deflagrou a pretensão securitária ocorreu em **01/05/2019**, sob a égide da Lei nº 11.945, de 4/6/2009, que alterou a Lei nº 6.194, de 06/12/1974, fixando novos parâmetros para o cálculo da indenização do seguro obrigatório - DPVAT.

A teor do que prescreve o art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.482/07, para casos de invalidez permanente, a indenização chega a até R\$13.500,00. Nesses casos, as lesões deverão ser enquadradas na Tabela criada pela Lei nº 11.945/09 (Anexo Único da Lei nº 6.194/74), que classificou a invalidez permanente como total ou parcial, e esta última em completa ou incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais.

A lesão sofrida pela parte autora ocasionou a redução funcional **membro**





**superior direito** em decorrência do acidente automobilístico.

Essas provas constantes nos autos são satisfatórias e suficientes para demonstrar a invalidez permanente parcial completa.

Tendo o acidente ocorrido na vigência da Lei nº 11.945/2009, deve ser aplicada a tabela anexa à Lei 6.194/74 no cálculo da indenização do seguro DPVAT.

O art. 3º da Lei 6.194/74 estabelece:

*"Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: ...*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e*

*...*

*I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e .../\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11945.htm II - quando se tratar de **invalidez permanente parcial incompleta**, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à **redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.**"*

Conforme relatório médico acostado aos autos, a parte autora ficou com incapacidade permanente parcial completa, **correspondendo a um dano funcional de 100% em seu membro superior direito.**

A tabela anexa à Lei 6.194/74 traz o seguinte regramento:

Danos Corporais Totais	Percentual
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autônoma	100
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos	





funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</b>	Percentuais
<b>Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos <b>membros superiores</b> e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</b>	Percentuais
<b>Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</b>	das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Na peça de ingresso da demanda, a autora indica que recebeu de forma administrativa a quantia de **R\$ 2.362,50**. Em contestação houve indicação de **pagamento administrativo no mesmo valor**.

Dessa forma, constatada a invalidez permanente e parcial completa do segmento afetado, deve ser aplicado o percentual estipulado na tabela para **danos no membro inferior direito**, ou seja, 70% de R\$13.500,00, e tratando -se de lesão parcial completa com dano funcional de 100%.

Assim, a indenização a que faz jus a parte autora deve corresponder ao resultado da seguinte operação: 100% de 70% do valor de R\$13.500,00, perfazendo a quantia de **R\$ 9.450,00**.

Constando nos autos informação de recebimento administrativo do valor de R\$ 2.362,50, faz jus ao recebimento de complementação no valor de **R\$7.087,50**.

No que concerne ao termo inicial da correção monetária e dos juros moratórios, segundo entendimento sumulado pelo STJ: "A correção monetária nas indenizações do Seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no §7º do art. 5º da Lei n.6.194/1974, redação dada pela Lei n.11.482/2007, incide desde a data do evento danoso" (súmula n.580). Os juros de mora, por sua vez, "fluem a partir da citação" (STJ, súmula n.426).

Nesse sentido:

APELAÇÃO CÍVEL - SEGURO [DPVAT](#) - AÇÃO DE COBRANÇA - ACIDENTE DE TRÂNSITO - MORTE COMPROVADA - CONDENAÇÃO DEVIDA - REDUÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA EM CINQUENTA POR CENTO - NÃO APLICABILIDADE - A IDENTIFICAÇÃO OU NÃO DO VEÍCULO NÃO DESCONFIGURA A NATUREZA DO ACIDENTE DE TRÂNSITO - VALOR DA INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A QUARENTA SALÁRIOS MÍNIMOS VIGENTES NA ÉPOCA DO FATO - REDAÇÃO DO ART 3º, ALÍNEA A DA LEI Nº [6.194/74](#) - JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO - CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO EVENTO DANOSO - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO QUE SE DÁ PROVIMENTO.

1. Tendo a parte autora juntado documentos em que se permite observar as consequências permanentes do acidente, comprovando o falecimento da segurada, mostra-se devida a indenização.
2. A tabela de proporcionalidade deve ser aplicada apenas aos sinistros ocorridos a partir de 22/12/2008, tendo em vista que a Lei nº [6.194/74](#) não fez menção ao grau de invalidez permanente ou a qualquer possibilidade de limitação do seguro [DPVAT](#).
3. A identificação, ou não, do veículo causador do acidente não desconfigura a natureza do acidente como automobilístico,





nem a cobertura securitária reservada à espécie, sendo descabida a redução da quantia em cinquenta por cento.

4. Valor da indenização correspondente a quarenta salários mínimos, inteligência do art. 3º, alínea a da lei nº 6194/74.

5. **Aplicação da correção monetária, a partir do evento danoso, enquanto que os juros moratórios possuem a citação como termo a quo, de acordo com o que estabelece a Súmula 426 do STJ.** 6. **Recurso que se dá provimento.** (TJPE, APL 3119539 PE, 5ª Câmara Cível, Rel. Des. Agenor Ferreira de Lima Filho, j. 26/02/2014, DJ 18/03/2014)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TERMO INICIAL. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA (DPVAT). JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA DO STJ. MATÉRIAS DE ORDEM PÚBLICA. POSSIBILIDADE DE CORREÇÃO, INCLUSIVE DE OFÍCIO. 1. Consoante pacificado no C. STJ, o termo inicial dos juros de mora nas ações de indenização de seguro DPVAT é a data da citação, enquanto a correção monetária incide a partir do evento danoso. 2. Necessidade de alteração da sentença para amoldar a decisão aos precedentes vinculantes acerca da matéria. 3. A delimitação dos termos a quo de juros e de correção monetária constitui matéria de ordem pública, podendo ser alterado, inclusive de ofício, não havendo que se falar em reformatio in pejus. 4. Embargos de declaração acolhidos com efeitos infringentes. (TJ-PE - ED: 3292142 PE, Relator: Roberto da Silva Maia, Data de Julgamento: 24/05/2017, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/06/2017)

CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA CITAÇÃO (SÚMULA N. 426) E CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A DATA DO EVENTO DANOSO (STJ, SÚMULA 580). RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Sendo a sentença omissa quanto ao estabelecimento da incidência de juros e correção monetária é lícito ao Tribunal, mesmo de ofício, disciplinar a incidência dessas verbas, ainda que não haja recurso da parte interessada. Isso, porque essas parcelas decorrem de imposição legal (art. 322, § 1º, do CPC/2015) 2. Segundo entendimento sumulado pelo STJ: "A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso" (Súmula n. 580). 3. Os juros de mora, por sua vez, "fluem a partir da citação" (STJ, Súmula n. 426). 4. Recurso não provido. (TJ-PE - APL: 4606373 PE, Relator: Bartolomeu Bueno, Data de Julgamento: 13/12/2018, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 21/12/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do NCPC, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO**, para condenar a parte ré, a **pagar a parte autora o valor de R\$7.087,50**, que deverá ser corrigido monetariamente de acordo com os índices da tabela do ENCOGE, a partir da data do evento danoso (STJ súmula n.580), e acrescida de juros moratórios, no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação (STJ Súmula n.426).

Condeno a parte demandada ao pagamento das custas e honorários advocatícios que arbitro em R\$1.000,00 (hum mil reais).

Transitada em julgado esta decisão, arquivem-se os autos.  
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Recife, 07 de outubro de 2020.

**IASMINA ROCHA**  
Juíza de Direito







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0020407-92.2020.8.17.2001

AUTOR: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

REU: GENTE SEGURADORA SA, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**INTIMAÇÃO DE SENTENÇA**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 7ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 69160029, conforme segue transcrito abaixo:

**SENTENÇA**

EMENTA: CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO DO SEGURO. VALOR. ACIDENTE OCORRIDO EM 2019. UTILIZAÇÃO DA CIRCULAR Nº 29/91 DA SUSEP E APLICAÇÃO DA LEI 6.194/74, ART. 3º. IMPROCEDÊNCIA. PAGAMENTO REALIZADO NA VIA ADMINISTRATIVA.

Vistos etc.

ANA PAULA DE ANDRADE ARAÚJO qualificada na peça exordial, por meio de advogado, ajuizou AÇÃO DE COBRANÇA em face da GENTE SEGURADORA S/A e SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, igualmente identificadas.

Requerendo a concessão do benefício da justiça gratuita, argüiu ter sido vítima de acidente automobilístico no dia 01/05/2019 e, por consequência, ficou com graves e definitivas lesões.

Afirmou ter recebido administrativamente a quantia de R\$ 2.362,50 e requereu a condenação da empresa ré ao pagamento do valor complementar, para perfazer o montante referente ao teto da indenização do seguro obrigatório no importe de R\$ 7.087,50.

Juntou documentos.

Decisão de id.61088687 deferindo a gratuidade da justiça e determinando a citação.

Contestação id. 64293894, afirmou o adimplemento administrativo, ausência de laudo do IML, o pagamento proporcional a lesão.

Despacho determinando a produção de prova pericial id. 64326993.

Laudo médico id.67773017.

Manifestação da parte autora (id.67979023).

Manifestação da parte ré (id.68524511).





Éo Relatório, passo à decisão.

Trata-se de ação de cobrança em que a parte autora persegue a condenação da ré, empresa seguradora, ao pagamento de complementação da indenização do seguro obrigatório – DPVAT relativo à invalidez permanente por acidente em via terrestre.

Restam incontroversos nos autos a ocorrência do acidente automobilístico sofrido pela parte demandante.

O relatório médico para avaliação de invalidez permanente (total ou parcial) realizado, por perito do juízo, verificou a existência de dano anatômico e/ou funcional definitivo completo no membro superior direito.

Entendo não ser necessária a realização de nova perícia pelo IML, pois o laudo elaborado por esse órgão não é um documento imprescindível à análise do caso em questão.

Nesse sentido, temos as seguintes decisões que dispensam laudo do IML quando, por outros meios de prova é possível comprovar a invalidez e aferir o seu grau:

**APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULO. DPVAT. COBRANÇA DE DIFERENÇA INDENIZATÓRIA. INTERESSE DE AGIR. CONFIGURAÇÃO.** A quitação dada pela parte autora não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74.

**ARGÜIÇÃO DE FALTA DE DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL. DESACOLHIMENTO.** O laudo do Departamento Médico Legal (DML) não é indispensável, nos termos do art. 283 do CPC, uma vez que a comprovação da invalidez permanente pode ser obtida por outros meios probatórios.

**MORTE. INDENIZAÇÃO DEVIDA, ABATIDO O PAGAMENTO ADMINISTRATIVO PARCIAL.** Prevalência da Lei nº 6.194/74 sobre resoluções administrativas. Princípio da reserva legal. O seguro obrigatório (DPVAT), no caso de morte, deve corresponder a 40 salários mínimos nacionais, sem que isso importe violação a regras legais ou constitucionais. Precedentes do STJ.

**AFASTADAS AS PRELIMINARES. AMBOS OS RECURSOS DESPROVIDOS.**

(Apelação Cível nº 70020104410, Comarca de Guaporé, Des. Ubirajara Mach de Oliveira, Sexta Câmara Cível, julgado em 22/11/2007, DJ 10/12/2007)- grifei

**SEGURO OBRIGATÓRIO - RESPONSABILIDADE CIVIL - ACIDENTE DE TRÂNSITO - DPVAT - INDENIZAÇÃO POR INVALIDEI PERMANENTE**

- A falta de laudo do IML não induz à inépcia da inicial e nem é aquele documento essencial ao exercício do direito "sub judice", ainda mais que, no decorrer da instrução, foi realizada prova pericial - Indenização devida no grau máximo já que a invalidez é total e permanente e não parcial





- Exegese da Lei 6.194/74, artigo 3º, letra "b" - Possibilidade de vinculação ao salário mínimo - Reconhecimento do direito à indenização de 40 salários mínimos - Honorários periciais adequadamente fixados, ou seja, em 03 salários mínimos e não em 09 salários mínimos, como tenta fazer

crer a apelante - Sentença mantida - Apelação não provida. (Apelação Cível nº 1125304005, Comarca de São Manuel, Des. Romeu Ricúpero, Trigesima Sexta Câmara Cível, julgado em 08/05/2008)- grifei

Ademais, foi realizado exame pericial na autora por perito nomeado pelo Juízo, sem haver alegação das partes na existência de qualquer nulidade do laudo.

O sinistro que deflagrou a pretensão securitária ocorreu em 01/05/2019, sob a égide da Lei nº 11.945, de 4/6/2009, que alterou a Lei nº 6.194, de 06/12/1974, fixando novos parâmetros para o cálculo da indenização do seguro obrigatório - DPVAT.

A teor do que prescreve o art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.482/07, para casos de invalidez permanente, a indenização chega a até R\$13.500,00. Nesses casos, as lesões deverão ser enquadradas na Tabela criada pela Lei nº 11.945/09 (Anexo Único da Lei nº 6.194/74), que classificou a invalidez permanente como total ou parcial, e esta última em completa ou incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais.

A lesão sofrida pela parte autora ocasionou a redução funcional membro superior direito em decorrência do acidente automobilístico.

Essas provas constantes nos autos são satisfatórias e suficientes para demonstrar a invalidez permanente parcial completa.

Tendo o acidente ocorrido na vigência da Lei nº 11.945/2009, deve ser aplicada a tabela anexa à Lei 6.194/74 no cálculo da indenização do seguro DPVAT.

O art. 3º da Lei 6.194/74 estabelece:

"Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

...

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

...

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e ../\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11945.htm II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais."





Conforme relatório médico acostado aos autos, a parte autora ficou com incapacidade permanente parcial completa, correspondendo a um dano funcional de 100% em seu membro superior direito.

A tabela anexa à Lei 6.194/74 traz o seguinte regramento:

Danos Corporais Totais

Percentual

Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico

da Perda

Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores

Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés

Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior

Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral

Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental

100

alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre

deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)

comprometimento de função vital ou autonômica





Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital

#### Danos Corporais Segmentares (Parciais)

##### Percentuais

##### Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores

##### das Perdas

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos

70

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés

50

Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar

25

Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo

Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão

10

Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé





Danos Corporais Segmentares (Parciais)

Percentuais

Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais

das Perdas

Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho

50

Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral

25

Perda integral (retirada cirúrgica) do baço

10

Na peça de ingresso da demanda, a autora indica que recebeu de forma administrativa a quantia de R\$ 2.362,50. Em contestação houve indicação de pagamento administrativo no mesmo valor.

Dessa forma, constatada a invalidez permanente e parcial completa do segmento afetado, deve ser aplicado o percentual estipulado na tabela para danos no membro inferior direito, ou seja, 70% de R\$13.500,00, e tratando -se de lesão parcial completa com dano funcional de 100%.

Assim, a indenização a que faz jus a parte autora deve corresponder ao resultado da seguinte operação: 100% de 70% do valor de R\$13.500,00, perfazendo a quantia de R\$ 9.450,00.

Constando nos autos informação de recebimento administrativo do valor de R\$ 2.362,50, faz jus ao recebimento de complementação no valor de R\$7.087,50.

No que concerne ao termo inicial da correção monetária e dos juros moratórios, segundo entendimento sumulado pelo STJ: “A correção monetária nas indenizações do Seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no §7º do art. 5º da Lei n.6.194/1974, redação dada pela Lei n.11.482/2007, incide desde a data do evento danoso” (súmula n.580). Os juros de mora, por sua vez, “fluem a partir da citação” (STJ, súmula n.426).





Nesse sentido:

APELAÇÃO CÍVEL - SEGURO DPVAT - AÇÃO DE COBRANÇA - ACIDENTE DE TRÂNSITO - MORTE COMPROVADA - CONDENAÇÃO DEVIDA - REDUÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA EM CINQUENTA POR CENTO - NÃO APLICABILIDADE - A IDENTIFICAÇÃO OU NÃO DO VEÍCULO NÃO DESCONFIGURA A NATUREZA DO ACIDENTE DE TRÂNSITO - VALOR DA INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A QUARENTA SALÁRIOS MÍNIMOS VIGENTES NA ÉPOCA DO FATO - REDAÇÃO DO ART 3º, ALÍNEA A DA LEI Nº 6194/74 - JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO - CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO EVENTO DANOSO - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO QUE SE DÁ PROVIMENTO.

1. Tendo a parte autora juntado documentos em que se permite observar as consequências permanentes do acidente, comprovando o falecimento da segurada, mostra-se devida a indenização.

2. A tabela de proporcionalidade deve ser aplicada apenas aos sinistros ocorridos a partir de 22/12/2008, tendo em vista que a Lei nº 6.194/74 não fez menção ao grau de invalidez permanente ou a qualquer possibilidade de limitação do seguro DPVAT.

3. A identificação, ou não, do veículo causador do acidente não desconfigura a natureza do acidente como automobilístico, nem a cobertura securitária reservada à espécie, sendo descabida a redução da quantia em cinquenta por cento.

4. Valor da indenização correspondente a quarenta salários mínimos, inteligência do art. 3º, alínea a da lei nº 6194/74.

5. Aplicação da correção monetária, a partir do evento danoso, enquanto que os juros moratórios possuem a citação como termo a quo, de acordo com o que estabelece a Súmula 426 do STJ. 6. Recurso que se dá provimento. (TJPE, APL 3119539 PE, 5ª Câmara Cível, Rel. Des. Agenor Ferreira de Lima Filho, j. 26/02/2014, DJ 18/03/2014)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TERMO INICIAL. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA (DPVAT). JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA DO STJ. MATÉRIAS DE ORDEM PÚBLICA. POSSIBILIDADE DE CORREÇÃO, INCLUSIVE DE OFÍCIO. 1. Consoante pacificado no C. STJ, o termo inicial dos juros de mora nas ações de indenização de seguro DPVAT é a data da citação, enquanto a correção monetária incide a partir do evento danoso. 2. Necessidade de alteração da sentença para amoldar a decisão aos precedentes vinculantes acerca da matéria. 3. A delimitação dos termos a quo de juros e de correção monetária constitui matéria de ordem pública, podendo ser alterado, inclusive de ofício, não havendo que se falar em reformatio in pejus. 4. Embargos de declaração acolhidos com efeitos infringentes. (TJ-PE - ED: 3292142 PE, Relator: Roberto da Silva Maia, Data de Julgamento: 24/05/2017, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/06/2017)

CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA CITAÇÃO (SÚMULA N. 426) E CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A DATA DO EVENTO DANOSO (STJ, SÚMULA 580). RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Sendo a sentença omissa quanto ao estabelecimento da incidência de juros e correção monetária é lícito ao Tribunal, mesmo de ofício, disciplinar a incidência dessas verbas, ainda que não haja recurso da parte interessada. Isso, porque essas parcelas decorrem de imposição legal (art. 322, § 1º, do CPC/2015) 2. Segundo entendimento sumulado pelo STJ: "A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n.





11.482/2007, incide desde a data do evento danoso" (Súmula n. 580). 3. Os juros de mora, por sua vez, "fluem a partir da citação" (STJ, Súmula n. 426).4. Recurso não provido.(TJ-PE - APL: 4606373 PE, Relator: Bartolomeu Bueno, Data de Julgamento: 13/12/2018, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 21/12/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. art. 487, I, do NCPC, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, para condenar a parte ré, a pagar a parte autora o valor de R\$7.087,50, que deverá ser corrigido monetariamente de acordo com os índices da tabela do ENCOGE, a partir da data do evento danoso (STJ súmula n.580), e acrescida de juros moratórios, no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação (STJ Súmula n.426).

Condeno a parte demandada ao pagamento das custas e honorários advocatícios que arbitro em R\$1.000,00 (hum mil reais).

Transitada em julgado esta decisão, arquivem-se os autos.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Recife, 07 de outubro de 2020.

IASMINA ROCHA

Juíza de Direito

RECIFE, 7 de outubro de 2020.

**DANIELLE TAVARES DA MOTA FERNANDES**  
Diretoria Cível do 1º Grau







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção A da 7ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0020407-92.2020.8.17.2001**

AUTOR: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

REU: GENTE SEGURADORA SA, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**CERTIDÃO**

Certifico para os devidos fins de direito que a Sentença prolatada no referido processo transitou em julgado. O certificado é verdade e dou fé.

RECIFE, 12 de novembro de 2020

Chefe de Secretaria





Processo nº 0020407-92.2020.8.17.2001

**ANA PAULA DE ANDRADE ARAÚJO**, já qualificada nos autos da Ação de Complementação de Indenização do Seguro Obrigatório - DPVAT, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, através de seus advogados *in fine* assinados, requerer que tenha início a fase de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**, de modo que a **GENTE SEGURADORA S/A e SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, seja intimada para adimplir com a obrigação de pagar quantia fixada na sentença de mérito, inserida no ID 69160029, já transitada em julgado, conforme abaixo:

#### **DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Em processo de conhecimento, que tramitou perante este MM. Juízo, foi julgado PROCEDENTE o pedido formulado na ação, condenando as Requeridas ao pagamento, no valor de R\$7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), acrescida de juros legais de 1% ao mês a partir da data da citação e correção monetária conforme tabela ENCOGE do TJPE, a partir do evento danoso, mais, despesas processuais e honorários advocatícios no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) fixo.

Tendo em vista que as Requeridas, até a presente data não cumpriram voluntariamente a condenação imposta pela sentença, faz-se necessário o pedido de cumprimento de sentença, e, para tanto, apresenta a Demandante os cálculos atualizados, através da Planilha anexa (doc.01).

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência que tenha início a fase de Cumprimento de Sentença:

- a) Com a intimação das Requeridas para que, em 15 (quinze) dias, cumpra sua obrigação de pagar imposta na sentença e confirmada no acórdão, efetuando o pagamento do valor total de **R\$ 8.825,79 (oito mil, oitocentos e vinte e cinco reais e setenta e nove centavos)**, referente ao principal e honorários advocatícios;
- b) Ainda, se não ocorrer o pagamento voluntário no prazo de 15 dias, deverá ser acrescida multa de 10% (dez por cento), consoante primeira parte do artigo 523, §1º, do NCPC, devendo Vossa Excelência proceder com a penhora *online* do valor devido através do sistema BACENJUD, a ser atualizado até o momento do bloqueio, nos termos do artigo 835, I, e 854 ambos do NCPC de 2015.

Nestes termos,  
Pede deferimento.  
Recife, 26 de novembro de 2020.

**DINARA GUIMARÃES DA SILVA – OAB/PE 14.650**





**ISMAR TIBURTINO DOS SANTOS – OAB/PE 29.455**

**JOSIMAR CARVALHO DE SOUZA – OAB/PE 40.200**





[Imprimir](#)[Voltar](#)

## PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Data de atualização dos valores: novembro/2020

Indexador utilizado: ENCOGE (XI ENCONTRO)

Juros moratórios simples de 1,00% ao mês - a partir de 10/06/2020

Acréscimo de 0,00% referente a multa.

Honorários advocatícios de R\$ 1.000,00.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS 0,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS 1,00% a.m.	MULTA 0,00%	TOTAL
1	Valor da condenação	1/5/2019	7.087,50	7.453,13	0,00	372,66	0,00	7.825,79
Sub-Total								R\$ 7.825,79
Honorários advocatícios (R\$ 1.000,00) (+)								R\$ 1.000,00
Sub-Total								R\$ 1.000,00
TOTAL GERAL								R\$ 8.825,79







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0020407-92.2020.8.17.2001

AUTOR: ANA PAULA DE ANDRADE ARAUJO

REU: GENTE SEGURADORA SA, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**CERTIDÃO RETIFICAÇÃO VALOR DA CAUSA**

Certifico, para os devidos fins de direito, que, nesta data, procedi à retificação do valor da causa, tudo de acordo com petição de ID 71667302.

RECIFE, 27 de novembro de 2020.

**JANAINA LÚCIA LOUREIRO DE FREITAS**

**Diretoria Cível do 1º Grau**

